

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 – Série VII – N.º 720
15 de Outubro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa



Reunião plenária do Comité Central

FAZER FRENTE À OFENSIVA DO GOVERNO

O Comité Central do PCP aprovou resoluções sobre o processo de revisão da Constituição, sobre o trabalho dos comunistas no movimento sindical unitário e sobre a gestão autárquica e a ofensiva contra o Poder Local.

• PCP apresentará projecto próprio de revisão da Constituição

O PCP assumirá a defesa activa da Constituição (...) para conseguir, com as outras forças democráticas, as convergências necessárias para defender a Lei Fundamental e impedir a aprovação de alterações inconstitucionais. No quadro da sua actuação, o PCP está procedendo aos estudos necessários para a apresentação no momento próprio de um projecto de revisão pelo seu Grupo Parlamentar.

• Não deixar campo livre no Conselho de Concertação Social a decisões tomadas nas costas dos trabalhadores

Necessidade imperiosa do reforço da organização, unidade e acção do movimento sindical unitário como força essencial para a defesa dos interesses dos trabalhadores (...) pode exigir que, nas condições políticas actualmente existentes, não seja deixado campo livre no Conselho de Concertação Social a decisões tomadas nas costas dos trabalhadores com a colaboração da UGT (...) tendo em conta a situação presente, é natural que a CGTP-IN reconsidere a decisão até agora assumida de não ocupar os seus lugares no Conselho, questão esta que está em discussão no movimento sindical unitário e será por este resolvida.

• Travar a luta em defesa do Poder Local democrático

O CC do PCP sublinha que é possível travar a luta de forma combativa em defesa do Poder Local democrático, contra as ingerências e as discriminações. É possível derrotar a tentativa de afastar ou diminuir a influência dos comunistas e dos seus aliados mais próximos nas autarquias. É possível e necessário não só manter como alargar a confiança das populações nos eleitos do PCP e da CDU.

COMÍCIO PCP/PCI

A amizade e as diferenças

Apesar das sensíveis diferenças de opinião e de pontos de vista sobre importantes problemas, os dois partidos decidiram estreitar as relações de amizade e cooperação.

Reportagem e discursos de Álvaro Cunhal e Alessandro Natta nas págs. 1 a 7/Semana



Reivindicações/88

O movimento sindical unitário engloba em cinco eixos principais as acções reivindicativas dos trabalhadores para o próximo ano, de acordo com as linhas de orientação debatidas e aprovadas pelo Conselho Nacional da CGTP-IN.

PCP ao trabalho

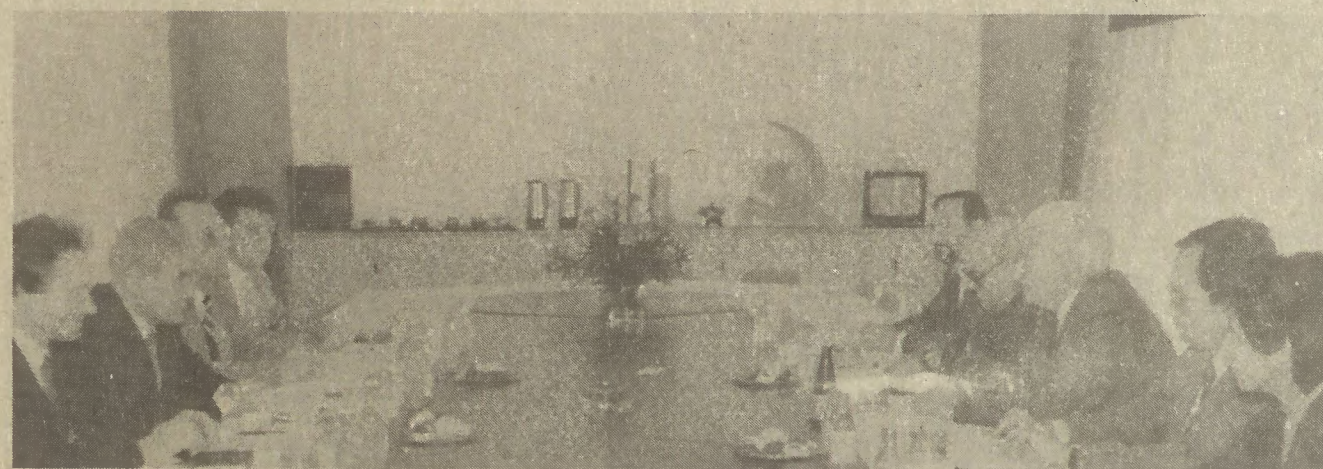
- Reuniões, encontros e plenários das organizações em todo o País. Em destaque a actualidade política e as conclusões do CC.
- Aveiro: a situação social caracterizada pela Comissão Distrital do Partido.
- O cerco à Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos e o comportamento falso do Governo de Cavaco denunciados pela Comissão Distrital de Viseu do PCP.
- Uma nova experiência na Organização Regional de Leiria
- Lisboa prepara grande encontro de quadros.

Reforma Agrária prepara a II.ª Conferência

Entraram na sua recta final os trabalhos preparatórios da XI Conferência da Reforma Agrária, a realizar em 24 e 25 próximos, nos pavilhões do Rossio de S. Brás, em Évora.

A pouco mais de uma semana, e de acordo com o mais recente balanço efectuado pela Comissão Organizadora, eleva-se a 130 o número de plenos efectuados nas UCPs/Cooperativas, reuniões no decorrer das quais participaram mais de quatro mil trabalhadores e técnicos e onde foram já eleitos 1348 dos 1500 delegados previstos.

A par das excursões em preparação em vários pontos do País, durante os poucos dias que nos separam da Conferência — sem dúvida o mais sério e profundo debate que anualmente se realiza em torno da problemática agrícola nos campos do Alentejo e Ribatejo —, prossegue entretanto a discussão dos temas que estarão em debate em Évora e os contactos e reuniões com vista à eleição dos restantes delegados.



Delegação do POUP visita Portugal

No âmbito das relações fraternais entre o Partido Comunista Português e o Partido Operário Unificado Polaco, encontra-se de visita ao nosso país uma delegação do POUP, dirigida por Jan Glowczyk, membro da Comissão Política e secretário do Comité Central.

A delegação do POUP, que chegou a Lisboa na terça-feira passada e visitará Portugal a convite do Comité Central do PCP, encontrou-se ontem com uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral, e composta pelos camaradas Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Raimundo Narciso, membro do CC, Vítor Neto, suplente do CC e Manuela Bernardino, da Secção Internacional. A delegação do POUP, dirigida pelo camarada Jan Glowczyk, integrava os camaradas Stanislaw Lewon, Lech Miodex e Zbigniew Luszcynsky.

Amanhã, às 21.30 horas, realiza-se um comício de amizade na Sociedade Filarmónica da Amadora, no qual tomarão a palavra os camaradas Álvaro Cunhal e Jan Glowczyk.

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 720

15 de Outubro de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O CC do PCP e a situação política actual

A actuação da equipa governante do PSD capitaneada por Cavaco Silva, na sua versão revista e actualizada depois das eleições de 19 de Julho e a dois meses da tomada de posse, confirma, nas posições e propósitos expressos e nas medidas práticas, a natureza antipopular e anti-constitucional da política do Governo e a aceleração do plano de destruição do regime democrático e das suas principais conquistas.

Esta é uma conclusão do Comité Central do PCP na sua reunião plenária de anteontem no próprio dia em que o Primeiro-Ministro veio também à TV responder a perguntas de três jornalistas sobre a sua política nestes dois últimos meses.

Os perigos para o regime democrático resultantes da nova realidade política saída das eleições de 19 de Julho assinaladas pelo CC do PCP quatro dias depois do acto eleitoral que deu ao PSD a maioria absoluta da Assembleia da República são patentes na acção governativa e nas reiteradas declarações do Primeiro-Ministro.

A precipitação do processo de revisão da Constituição que o Primeiro-Ministro se propõe efectivar durante a primeira metade de 1988 foi confirmada por ele. O carácter do projecto do Governo — já terminado, e que tudo aponta ir ser apresentado na AR nos primeiros dias de Novembro — é inequívoco nos seus objectivos destruidores do regime democrático.

A esta luz as cinco direcções apontadas pelo CC do PCP em 23 de Julho e reafirmadas na reunião de anteontem para uma necessária resposta do movimento operário, popular e democrático assumem inteira validade.

O Governo e o partido governante não somente se propõem uma revisão inconstitucional da Constituição como estão desde já avançando medidas a nível do Executivo que frontalmente violam a Constituição.

Diz o Primeiro-Ministro que da «sua» revisão — inconstitucional — depende a «modernidade do País» e o acerto do passo com a realidade institucional da CEE. Mas o que afirma no que respeita à alteração dos limites materiais da Constituição e no que se propõe pôr em prática antes mesmo da revisão constitucional significaria a destruição do regime democrático expresso na Constituição e a reconstituição nas condições actuais do poder dos monopólios extinto em 25 de Abril pelo patriótico movimento dos jovens capitães.

— A reprivatização do Sector Público e Empresarial do Estado com a entrega dos sectores mais rentáveis ao capital privado;

— As medidas no sector da Agricultura com a continuação das ilegalidades, prepotências, roubos e usurpações às UCP's/Cooperativas e as leis rurais de destruição das pequenas e médias explorações agrícolas, pecuárias e florestais;

— O ataque aos direitos dos trabalhadores;

— Os planos já em curso para a entrega ao capital privado dos principais meios de comunicação social do Estado;

— Uma política externa de crescente dependência do País relativamente ao imperialismo americano, à NATO e à CEE;

— As medidas para perpetuar o PSD no governo, têm no entender do CC do PCP um carácter antidemocrático e antipopular inconfundível.

O Governo pela boca de Cavaco Silva reclama-se de «estabilidade» mas de facto os seus projectos e medidas já avançadas e em perspectiva apontam à subversão anti-Abril, mergulhariam Portugal na instabilidade generalizada.

A ofensiva de reconstituição dos monopólios com as suas características intrínsecas de concentração e centralização de capitais e a acumulação capitalista à custa da miséria e exploração acrescida dos trabalhadores está já em pleno desenvolvimento com a política governativa anti-constitucional dos factos consumados e a criação e activação dos mecanismos tradicionais da desenfreada especulação financeira, com o regresso em pleno do clima de alta corrupção característico do capitalismo monopolista que atinge já círculos dirigentes e outras particularidades.

O PM fugiu na entrevista de anteontem a pronunciar-se sobre os escândalos da EPAL, que envolveria alguns ministros do seu Governo, e do Fundo Social Europeu nas verbas destinadas à Formação Profissional, descartando-se com a ausência até agora de quaisquer informações oriundas da Alta Autoridade Contra a Corrupção, assim como não fez qualquer referência aos casos ainda não apurados dos inquéritos parlamentares a Rui Amaral, ex-secretário de Estado do PSD e Álvaro Barreto, actual ministro da Agricultura.

Diz o Primeiro-Ministro que as Empresas Públicas não são para vender já, que é um processo ainda em «meditação» e que os planos de privatização do Governo atiram para além dos quatro anos de legislatura.

Mas ao mesmo tempo que significativamente silencia as suas surpreendentes declarações não desmentidas ao «Financial Times» avança que até ao fim do ano, mesmo antes da revisão constitucional, serão postos à venda 49% dos capitais de algumas Empresas Públicas mais rentáveis e doura o assalto do grande capital ao Sector Empresarial do Estado com o eufemismo do «capitalismo popular» expressão a que preferiu opor à «democratização do capital».

A chamada «democratização do capital» é uma estafada designação retirada do velho arsenal da fraseologia monopolista cuja expressão prática se destina a assegurar tecnicamente o controlo dos grandes grupos financeiros com uma per-

centagem mínima do capital das empresas.

A venda e a distribuição das acções aos trabalhadores e aos pequenos aforradores — cuja revenda o Primeiro-Ministro se propõe obstaculizar — asseguram na prática das sociedades anónimas uma grande dispersão do capital por uma infinidade de pequenos accionistas os quais, detentores da maioria do capital, não têm afinal qualquer peso nas decisões dos conselhos de administração e ficam muitas vezes privados, pela decisão maioritária dos grandes accionistas, do próprio usufruto dos dividendos e lucros de exploração.

A desenfreada especulação bolsista, nas Bolsas de Lisboa e Porto onde diariamente se transaccionam milhões de contos de acções ameaça tornar-se incontrolável e reduzir à penúria os pequenos aforradores.

Diz o Primeiro-Ministro que para travar a especulação «excessiva» foi nomeado há algum tempo um auditor para as actividades da Bolsa. Mas no próprio dia em que refere esta medida só duas empresas transaccionaram nas Bolsas de Lisboa e Porto 600 000 acções de valor nominal de mil escudos a cotações que variam entre os 12,4 e os 40 contos, num volume de vendas superior a 15 milhões de contos!

O Governo de Cavaco, como o aprendiz de feiticeiro, fomenta a febre do ganho e do lucro fácil, a euforia do «El Dorado», do puro jogo especulativo financeiro sem relação correspondente com o processo produtivo.

Cedo ou tarde os que se deixarem enleiar em tal jogo verificarão a fraude restauracionista da direita governante e a perda pura e simples das suas pequenas poupanças e economias.

A nova realidade política nacional coloca problemas novos e novas tarefas ao movimento operário, popular e democrático. Principalmente no plano laboral é à classe operária portuguesa — força social sobre cujas costas se projecta atirar o peso da ofensiva restauracionista — que incumbe um papel decisivo no enfrentamento da política anti-social do Governo.

O CC do PCP abordou esta candente questão e no Documento saído da reunião de anteontem — que noutro lugar publicamos e para o qual chamamos a atenção do leitor — são apresentadas propostas e, no que respeita aos comunistas, são tomadas decisões e feitas recomendações atinentes.

Os planos para a liberalização dos despedimentos, para a redução e condicionamento do exercício das liberdades sindicais e as tentativas de esvaziamento da contratação colectiva através da transferência da política salarial para o Conselho de Concertação Social, a criação de um sistema de total insegurança no emprego para os trabalhadores, são acompanhados duma intensa ofensiva ideológica e divisionista contra o movimento operário organizado, em particular contra o movimento sindical unitário com a ajuda dos dirigentes da UGT.

«As alterações produzidas na correlação de forças» — diz o documento do CC — colocam a necessidade imperiosa do reforço da organização, unidade e acção do movimento sindical unitário, exigem que não seja deixado campo livre no CCS a decisões tomadas nas costas dos trabalhadores com a colaboração da UGT».

Os comunistas organizados na CGTP-IN devem — no entender do Comité Central — aceitar a reconsideração nas actuais condições da decisão anterior de não ocupar os seus lugares no Conselho, questão actualmente em discussão no movimento sindical unitário e que deverá ser por ele resolvida.

O Governo Cavaco Silva/PSD intenta quebrar a dinâmica de massas do movimento operário que tem garantido e continuará a garantir decisivamente a defesa dos interesses e o triunfo das reivindicações de classe dos trabalhadores.

O CC do PCP pronunciou-se sobre o processo de revisão constitucional e ainda sobre a gestão autárquica e a ofensiva contra o Poder Local.

Cavaco Silva foi claro na sua entrevista de anteontem à RTP: o Governo já tem concluído o seu projecto de que ele definiu as linhas gerais, que apontam não a uma formal revisão mas à imposição anticonstitucional de uma nova Constituição.

É de facto uma verdadeira rotura constitucional o que visa. Na revisão dos limites materiais, na expurgação da chamada «carga ideológica» da Constituição está a destruição da base jurídica democrática da nossa Lei Fundamental.

Cavaco Silva fez um apelo (sob a forma de aviso e de chantagem) ao PS: «a revisão não pode ser feita sem o PS».

E é verdade. Depende do PS a consumação ou não da ofensiva de destruição do regime democrático expresso na Constituição da República a que aspira o PSD e as forças da contra-revolução.

Neste capítulo não deixam de ser preocupantes os temas em debate no seio do PS, da sua direcção, em matéria de revisão constitucional. O próprio facto de se fazer dentro do PS um inquérito sobre a possibilidade de uma alteração dos limites materiais da Constituição não é de molde a tranquilizar a opinião democrática e a garantir uma firme oposição à ofensiva restauracionista da direita.

O Comité Central do PCP decidiu a apresentar na altura própria o seu próprio projecto de revisão constitucional e procurará manter informado o povo português sobre o andamento do processo.

Com as medidas organizativas e de reforço da sua ligação às massas populares encaradas pelo Comité Central o PCP propõe-se intervir por todos os meios no plano institucional para travar e inverter a ofensiva restauracionista da direita e do seu Governo.

Resumo

7
Quarta-feira

A convite do PCP chega a Portugal uma delegação do PCI, dirigida



pelo seu secretário-geral Alessandro Natta. Uma delegação da Comissão Executiva da CGTP-IN é recebida em audiência pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, e apresenta ao Governo «um conjunto de reivindicações» relacionadas com salários mínimos, pensões de reforma, trabalho infantil e horários de trabalho. No Chile decorre uma greve geral de 24 horas promovida pelo Comando Geral dos Trabalhadores. Manifestantes cortam os acessos rodoviários a Bilbao protestando contra as operações policiais em França e Espanha visando a ETA-Militar. A selecção olímpica portuguesa de futebol ganha à Islândia por 2-1, mantendo intactas as possibilidades de apuramento para Seul.

8
Quinta-feira

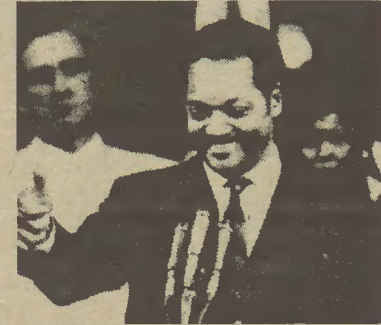
O Governo apresenta à PJ uma denúncia sobre eventuais irregularidades existentes nos processos de candidatura aos financiamentos do Fundo Social Europeu. A delegação dos EUA abandona a Assembleia Geral da ONU, durante um discurso em que o presidente nicaraguano, Daniel Ortega, ataca a política de Washington para a América Central. Helicópteros dos EUA destroem 3 vedetas iranianas no Golfo Pérsico, agravando ainda mais a tensão naquela região. Uma viatura armadilhada explode na capital do Afeganistão, provocando a morte de 27 pessoas e ferimentos noutras 35. Um tribunal espanhol condena sete membros do denominado «Comando de Madrid» da ETA basca a um total de 175 anos de prisão, no julgamento mais importante realizado em Espanha por actos terroristas.

9
Sexta-feira

No comício de amizade com o PCI, na Cova da Piedade, Álvaro Cunhal apela à unidade dos democratas para fazer frente aos perigos que a democracia atravessa com a eventual revisão constitucional que «não visa o aperfeiçoamento do regime democrático, mas a sua destruição». Os trabalhadores da Fábrica de Explosivos da Trafaria paralisam durante algumas horas para obterem garantias de pagamento de salários em atraso. Mikhail Gorbachov recebe em Moscovo a direcção da Confederação Internacional de Sindicatos Livres. Alessandro Natta, secretário-geral do PCI, é recebido pelo PR Mário Soares. O poeta Luis Velloso Leão falece na cidade brasileira de Niterói.

10
Sábado

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo racista da África do Sul, «Pik» Botha, é recebido pelo ministro João de Deus Pinheiro. Ronald Reagan afirma que não está disposto a abdicar do seu projecto de guerra das estrelas mesmo que ele seja o único obstáculo à conclusão de um tratado sobre a redução de misséis nucleares estratégicos. O Conselho Nacional da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços reúne-se em Lisboa para apreciar o trabalho desenvolvido e aprovar as orientações de trabalho para o próximo trimestre. O Parlamento polaco aprova a realização de um referendo sobre o projecto de reforma anunciada pelo governo. O reverendo negro Jesse Jackson candidata-se pela



segunda vez pelo Partido Democrático às eleições presidenciais de 1988 nos Estados Unidos. Violentos incidentes causam a morte de várias pessoas em bairros brancos dos arredores de Joanesburgo.

11
Domingo



A CGTP-IN recorda, num comunicado, que a banca nacionalizada, a Tabaqueira, a Cimpor, a Portucel e a Centralcer, todas do sector empresarial do Estado, tiveram 105 milhões de contos de lucros e entregaram nos cofres públicos 313 milhões de contos. A Comissão Nacional do PS decide antecipar a realização do Congresso Nacional para Janeiro. Jaime Pardo Leal, antigo candidato à presidência da República da Colômbia e dirigente do movimento de esquerda União Patriótica (UP), é assassinado. O primeiro-ministro iraniano, Hossein Mousavi, afirma que «o Irão está determinado a continuar a guerra contra os objectivos norte-americanos no Golfo». Uwe Barschel, figura central do escândalo político que há um mês atinge a RFA, é encontrado morto num quarto de hotel em Genebra.

12
Segunda-feira

Discursando num seminário para 170 banqueiros estrangeiros o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, afirma que não é intenção do Governo aumentar o emprego nem os salários. No Peru entra em vigor a lei da nacionalização dos bancos. O Prémio Nobel da Medicina é atribuído ao japonês Susumu Tonegawa, de 48 anos de idade. O Secretariado dos Trabalhadores Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa afirma, em comunicado, que a suspensão de



carreiras nocturnas da Carris impediu «largas centenas de estudantes nocturnos de se matricularem». Inicia-se em Sevilha a disputa do título mundial de xadrez entre os soviéticos Garry Kasparov e Anatoly Karpov.

13
Terça-feira

Reúne o Comité Central do PCP. Cavaco Silva é entrevistado no programa «Primeira Página» da RTP 1. Chega a Lisboa uma delegação do Partido Operário Unificado Polaco, que visita o nosso país a convite do CC do PCP. A Federação dos Ferrovias (FSTFP), num plenário com 200 dirigentes e dele-



gados sindicais, repudia as medidas de reprivatização de empresas públicas previstas pelo Governo e a política de «redução cega do número de efectivos» na CP. O plenário dos sindicatos da frente comum da função pública considera inaceitável a proposta governamental de 6% de aumento da massa salarial. Está a ser preparada nova legislação para o regime de compras em grupo, revela à Lusa o governador do Banco de Portugal, Tavares Moreira. O prémio Nobel da Paz é atribuído ao presidente da Costa Rica, Oscar Arias. Um míssil iraniano destrói uma escola em Bagdad, matando pelo menos 29 crianças e 3 adultos e ferindo mais de 200 pessoas. Yves Volle, candidato à presidência do Haiti, é abatido a tiro por polícias à paisana em Port-au-Prince.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido

Comunista Português, Rua Soares

Pereira Gomes - 1699 - Lisboa

COLEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua

Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa

COLEX, Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:

Rua 1.º de Dezembro, 57-3.º

- 1000 Lisboa

Tel. 24417

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira,

SARL, Serviços Centrais, Av.

Santos Dumont, 57 - 2.º -

1000 Lisboa

Tel. 77 99 28/77 99 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do

Sentido, 80 - 1200 Lisboa

Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:

Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora

Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:

R. João de Deus, 23 -

8000 Faro

Tel. 24417

Delegação do Norte

Centro Distribuidor do Porto:

R. Miguel Bombarda, 578 -

4000 Porto

Tel. 69 38 69 69 95

- 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Centro Distribuidor de Coimbra:

Tenreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra

Tel. 28394

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º

- 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova

2700 Amadora, Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:

Alameda St.º António dos Capuchos,

6-8 - 1100 Lisboa, Tel.

77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º,

Esq.º

- 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka

Portuguesa - R. Elias Garcia, 27

Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

Tiragem média do mês de Junho: 30 413

A visita da delegação do PCI



A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal, de 7 a 10 de Outubro, uma delegação do Partido Comunista Italiano dirigida por Alessandro Natta, Secretário-Geral do PCI, e que integrava ainda António Rubi, da Comissão Política do Comité Central, Sérgio Segre e Sandro Renati, ambos membros da Comissão Central.

A delegação do PCI manteve conversações, que decorreram num clima de franqueza e cordialidade, com uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-geral, e composta por Carlos Costa e Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, Pina Moura e Domingos Lopes, membros suplentes do Comité Central. Durante as conversações foi efectuada uma troca de opiniões sobre a situação nos países respectivos, a actividade dos dois partidos e ainda sobre aspectos da situação internacional.

A delegação do PCI participou num comício realizado em Almada, onde usaram a palavra Álvaro Cunhal e Alessandro Natta. Visitou a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira onde foi recebida pelo seu Presidente e vereadores daquela edilidade.

Alessandro Natta deu ainda uma Conferência de Imprensa.

Alessandro Natta e a delegação do PCI foram recebidos por Mário Soares, Presidente da República.

Um comício de amizade

Realizou-se na passada sexta-feira na Cova da Piedade, concelho de Almada, um comício de amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Italiano, acto em que participou Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e que assinalou a última etapa da breve estadia no nosso País de uma delegação dos comunistas italianos, encabeçada pelo seu secretário-geral, camarada Alessandro Natta.

Tendo como cenário o magnífico ginodesportivo da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), prestigiada colectividade daquela freguesia operária da Margem Sul, o comício constituiu uma jornada de esclarecimento e luta no decorrer da qual os dois dirigentes comunistas expuseram franca e livremente as opiniões dos respectivos partidos sobre variadíssimas questões e problemas de grande actualidade e interesse.

A camarada Olga Arriaga, da Comissão Concelhia de Almada do PCP, a quem coube presidir ao comício, salientaria a propósito tratar-se de uma jornada de que resultaria, segundo disse, «uma maior determinação

na luta dos comunistas portugueses e dos trabalhadores», não apenas «contra as medidas antipopulares e antipopulares do Governo», como também «na defesa dos direitos e garantias conquistados com o 25 de Abril».

Perante uma ampla sala completamente cheia, onde sobressaía a presença combativa da juventude, Alessandro Natta teve assim ensejo de exprimir os pontos de vista do seu partido relativamente a uma série de questões, designadamente quanto ao desarmamento e à paz, aos conflitos existentes em várias regiões do planeta e à posição própria do PCI no que diz respeito à NATO e à CEE.

Recordando a «história longa e fecunda» que tem caracterizado as relações entre os dois partidos, um percurso no decorrer do qual «as diferenças de avaliação e opinião» nunca impediram os «sentimentos de amizade e solidariedade», o dirigente comunista italiano abordaria ainda no seu discurso outras matérias igualmente importantes, em particular o processo de reestruturação em curso na União Soviética e noutros países socialistas

bem como os resultados eleitorais obtidos por partidos de esquerda europeus nos últimos anos.

Numa importante intervenção proferida durante mais de uma hora, Álvaro Cunhal passou em revista por seu turno ao longo de extenso discurso várias questões que se podem considerar determinantes para a compreensão da orientação e actividade do PCP e do seu posicionamento relativamente a problemas fundamentais da situação internacional e do movimento comunista internacional.

Frequentemente interrompido pelas palmas de uma assistência interessada, o secretário-geral do PCP abordou concretamente, entre outras coisas, as transformações operadas no mundo desde a Revolução de Outubro e o papel dos comunistas na construção das novas sociedades, as campanhas de diversão ideológica do imperialismo, as reestruturações em curso em vários países socialistas e a luta pela paz.

Mas seria sobretudo em



**SECTOR MINEIRO
ESTRATÉGICO EM PORTUGAL**

**Situação
e perspectivas**

**Documentos Políticos
do Partido Comunista Português
SÉRIE ESPECIAL**



Escalada no Golfo

Nos últimos dias, a guerra do Golfo voltou a registar uma escalada de dramáticas consequências, de que o perigo de generalização do conflito não é certamente a menor.

Como a imprensa noticiou, as forças norte-americanas estacionadas no Golfo abateram três vedetas iranianas. Alegadamente, numa operação de auto-defesa; segundo os americanos, as patrulhas iranianas teriam atacado um helicóptero dos EUA. Não foram prestadas informações das circunstâncias em que tal ocorreu.

Quase de imediato, os ataques entre o Irão e o Iraque aumentaram de intensidade, voltando à guerra das cidades. O número de mortos civis, bem como a destruição de alvos que nada têm de militar, aumentou.

O anúncio, já esta semana, de que um míssil atingiu uma escola primária, matando crianças e ferindo centenas de outras, comoveu a opinião pública internacional. Foi no Iraque como podia ter sido no Irão. Os alvos civis não diferem de país para país. As ameaças de retaliações não se fizeram esperar. O que significa que a cada momento que passa a guerra do Golfo está a provocar mais e mais vítimas. Até quando?

Esta questão, que em meados do ano parecia passível de ter uma resposta a curto prazo, constitui hoje uma incógnita maior do que então. As deliberações do Conselho de Segurança da ONU, as conversações de Perez de Cuellar com os responsáveis iranianos e iraquianos que se lhe seguiram, parecem quase uma reminiscência vaga na situação actual.

Por complexa que seja a questão, e é-o na verdade, nenhuma análise lúcida do problema poderá deixar de estabelecer uma relação directa entre o desabar das esperanças de pôr termo à guerra e o aumento da presença militar no Golfo de forças estrangeiras, designadamente norte-americanas. Sobretudo considerando que tal aumento de forças se tem vindo a traduzir na sua crescente intervenção directa na guerra irano-iraquiana.

Se os EUA alguma vez pensaram que a sua simples presença na região poderia contribuir para reduzir e imitar o conflito, os acontecimentos recentes deveriam ter já feito ver que isso não sucedeu. Pelo contrário.

No momento presente, os perigos de generalização do conflito são cada vez maiores. Não basta que analistas encartados afirmem que tal perigo não existe porque não convém a nenhuma das partes implicadas, para que todos possam dormir descansados.

Em primeiro lugar porque não é verdade que não interesse. Os EUA não desdenhariam tentar assumir o total controlo da estratégica região, mesmo pela força das armas.

Em segundo lugar, porque substituir a radicalização de posições provocadas pelo desespero, pelo fanatismo ou pela simples ausência de perspectiva de uma alternativa aceitável é um erro grave que a história da humanidade comprova com dramáticos exemplos.

Se é natural que a morte de crianças comova a opinião pública, é mais do que legítimo reconhecer que é preciso muito mais para pôr termo à guerra do Golfo. Não tanto porque uma crise energética dela derivada nos pode afectar a todos, mas porque ali, a par do sacrifício diário de vidas humanas, se pode estar a criar o caldo de cultura de um confronto de dimensões e consequências imprevisíveis. A opinião pública internacional pode e deve pressionar os governos para que tomem medidas eficazes para pôr termo ao conflito. Na certeza de que, quanto menos se ouvirem as armas, mais possibilidades há de chegar ao diálogo.

■ A.F.

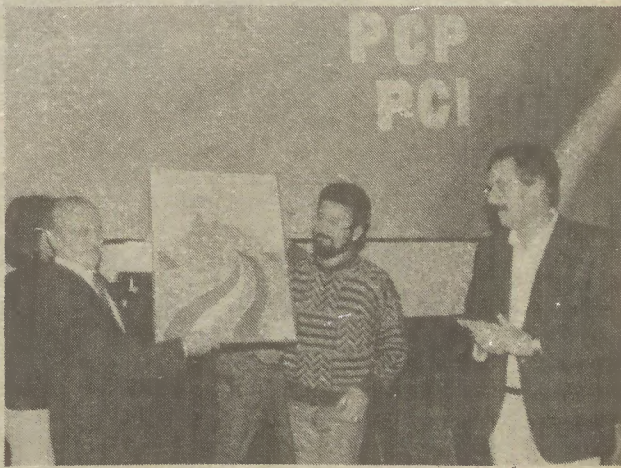
PCP

Um comício de amizade

torno da Revolução de Abril e do papel dos comunistas na defesa do regime democrático que o dirigente do PCP centraria uma boa parte da sua atenção, detendo-se ainda em áreas tão importantes como a CEE, a luta contra a política de direita do Governo de Cavaco Silva, a revisão constitucional e a unidade dos democratas, dos trabalhadores e do movimento sindical.

Na mesa do comício, para além dos camaradas referidos e dos membros que integravam a delegação italiana,

encontravam-se Brito Mateus, em representação da SFUAP, Tânia Morais, da JCP, o camarada Belo, presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, Maria Emília Neto, da Comissão Concelhia de Almada, Bento Sargento e Manuel Dias do Executivo da Comissão Concelhia, Carlos Ramildes, da Comissão Política, Pina Moura e Domingos Lopes, suplentes do Comité Central e ainda Sérgio Vilarigues e Carlos Costa da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.



PCP e PCI têm património comum

— afirmou Alessandro Natta

Os problemas da paz e do desarmamento, o movimento comunista internacional, as relações entre partidos da esquerda europeia, o futuro da CEE e a questão da NATO, as recentes descidas eleitorais de alguns partidos comunistas da Europa, a autodeterminação do povo de Timor-Leste e os processos de reestruturação em curso na URSS e noutros países socialistas foram alguns dos temas em foco no decorrer da conferência de imprensa realizada faz amanhã oito

dias no Centro Vitória, em Lisboa, no âmbito da visita ao nosso País de uma delegação do Partido Comunista Italiano dirigida pelo seu secretário-geral, camarada Alessandro Natta.

Para além destas matérias de interesse e actualidade sobre as quais o dirigente comunista italiano teve ensejo de expor os pontos de vista próprios do seu partido, houve oportunidade também para conhecer melhor o estado das relações entre os

dois partidos, relacionamento que Alessandro Natta situou na «história longa, dramática e até trágica na luta pela liberdade dos dois países».

Sem ocultar as diferenças de opinião e avaliação existentes, o dirigente do PCI recordou no entanto «os pontos de contacto importantes» com o PCP, sublinhando a propósito o «património comum» existente e a «vontade de afirmar na sociedade e na direcção dos

Estados grandes valores», como sejam a independência e a igualdade dos povos.

Acentuando que um tal património «não é uma coisa menor», Alessandro Natta chamou ainda a atenção para a luta comum para «ultrapassar a contradição entre guerra e paz, desenvolvimento e subdesenvolvimento», afirmando por fim o empenho dos dois partidos em construir «sociedades mais modernas, desenvolvidas e justas».



Momento das conversações entre as delegações do PCP e do PCI dirigidas, respectivamente, pelos camaradas Álvaro Cunhal e Alessandro Natta

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A unidade é indispensável para a defesa da democracia
Dedicar maiores esforços ao enquadramento dos membros do Partido
A importância actual da acção reivindicativa
As Comissões de Moradores no concelho da Marinha Grande
Notas sobre a guerra das «reprivatizações»

Notícias e Comentários
Manipulação ideológica
Processos
O moderno e a adaptação
Os mentirosos e os salários em atraso
Mais mentiras... sem vergonha
A nacionalização da Siderurgia Nacional em questão
Tomemos nas nossas mãos as conclusões da Conferência sobre a Emancipação da Mulher
Ainda sobre as eleições para o PE
Sobre a «livre empresa»

A unidade é indispensável para a defesa da democracia

Dedicar novos esforços ao enquadramento dos membros do Partido

A importância actual da acção reivindicativa



Vamos abraçar a guerra
das reprivatizações

PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

Camaradas:

A visita a Portugal, a convite do Comité Central do nosso Partido, da delegação do Partido Comunista Italiano com o seu secretário-geral, camarada Alessandro Natta, constitui um importante acontecimento nas relações de amizade existentes entre os nossos dois partidos.

As conversações realizadas permitiram um melhor conhecimento recíproco da situação nos nossos dois países e da orientação e actividade dos nossos dois partidos. Permitiram também, uma troca de opiniões sobre problemas fundamentais da situação internacional e do movimento comunista internacional.

Devemos dizer que acerca de numerosas questões existem entre os dois partidos formas diferentes de encarar as situações e os problemas. Por isso é inevitável que na comparação das intervenções do camarada Natta e da minha neste comício, se evidenciem algumas dessas diferenças.

Entretanto, na conclusão desta visita, **três aspectos positivos**, interessa sublinhar desde já.

O primeiro, o ambiente de franqueza, respeito mútuo e fraternidade em que decorreram as conversações.

O segundo, a utilidade das conversações pela informação e esclarecimento recíprocos e o exame conjunto de vários problemas.

O terceiro, a determinação dos dois partidos de estreitarem e reforçarem os seus laços de amizade e cooperação, não apenas através de declarações gerais, mas de formas e iniciativas concretas.

Estamos certos de que o estreitamento e o reforço das relações entre o PCP e o PCI não só serão frutuosos para os dois partidos, como, no quadro internacional, constituirão uma contribuição para a acção comum dos comunistas e das forças da democracia, da independência nacional e da paz.

É apropriado expressar aqui, diante dos trabalhadores, esta nossa apreciação, saudar uma vez mais o camarada Natta e a delegação do PCI pela sua visita e desejar grandes êxitos ao PCI, aos trabalhadores e ao povo de Itália.

O ideal comunista na transformação do mundo

Cada partido comunista tem o seu próprio programa, aponta ao seu próprio povo os objectivos de luta e os caminhos para os atingir. É não só inevitável, mas corresponde às exigências das situações concretas, essa diversidade de soluções e de caminhos.

Existindo essa diversidade, alguma coisa caracteriza entre tanto os comunistas qualquer que seja o seu país. Há um objectivo fundamental, central, que sempre distinguiu os partidos comunistas e o seu ideal: o termo do capitalismo e da sociedade de exploradores e explorados, a libertação dos trabalhadores e dos povos da exploração e opressão, a construção de uma nova sociedade.

Perfazem-se este ano 70 anos que, com a Revolução russa de 1917, o ideal comunista deixou de ser apenas uma definição programática para ser sujeito à prova da sua realização prática.

Nestes 70 anos, em numerosos países onde venceram revoluções socialistas, os comunistas deram a prova da aplicação do seu ideal na construção da nova sociedade. Impõe-se o exame desta grandiosa experiência histórica, assim como da luta dos comunistas nos países capitalistas, para se ajuizar correctamente das realidades presentes e das perspectivas futuras do movimento comunista e da sociedade humana.

Falando-se do ideal comunista nos fins do século XX, podem colocar-se **três questões**:

Sim ou não as revoluções socialistas vitoriosas se inscreveram e confirmaram a luta dos comunistas?

Sim ou não o socialismo e o comunismo continuam a ser um ideal que corresponde aos interesses e aspirações dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas?

Sim ou não a perspectiva da evolução social para o socialismo e o comunismo se mantém como perspectiva real e realista?

Os propagandistas e ideólogos do capitalismo e da burguesia no nosso país tomam como eixos centrais da sua propaganda anticomunista a resposta negativa a estas três questões.

Propagam que as revoluções socialistas falharam nos seus objectivos e não resolveram os problemas dos povos, que a sociedade estabelecida nos países socialistas, no seu desenvolvimento e nos seus valores, se revelou inferior ao capitalismo e que «o projecto comunista acabou».

Contra tal propaganda, nós, os comunistas portugueses, **respondemos afirmativamente às três questões referidas.**

Primeiro:

Todas as revoluções socialistas, tendo embora cada qual o seu processo próprio, defrontando cada qual obstáculos e dificuldades, acusando cada qual avanços e recuos, registando cada qual sucessos, insucessos, vitórias e erros, **responderam em aspectos fundamentais ao ideal libertador dos comunistas.**

Embora em ritmos diversos, puseram fim à exploração capitalista, instauraram (embora com soluções e sistemas diversos) o Poder dos trabalhadores, colocaram a política ao serviço do povo, deram satisfação a interesses e direitos fundamentais, fizeram avançar o desenvolvimento económico, social e cultural.

Segundo:

Os objectivos libertadores pelos quais sempre lutaram os comunistas, tendo necessariamente em conta os novos fenómenos surgidos no desenvolvimento do capitalismo e as experiências dos países socialistas, **continuam a corresponder aos interesses e aspirações dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas.**

Terceiro:

Para nós, comunistas portugueses, o projecto comunista continua mundialmente válido e será válido enquanto existir o sistema capitalista.

Assim respondemos às três questões colocadas.

A vida mostra o erro da cópia mecânica de programas e de

soluções. Mostra a imperiosa necessidade de basear o programa e as soluções na análise das realidades e das situações concretas, e utilizar com audácia as potencialidades da investigação e da criatividade teórica e prática que dá o marxismo-leninismo.

Nós, comunistas portugueses, quando no nosso programa apontamos a futura construção do socialismo em Portugal, temos obrigatoriamente em conta a experiência revolucionária internacional, as experiências positivas e negativas, mas não adoptamos qualquer modelo nem copiamos quaisquer soluções, no que respeita à organização económica, ao sistema político, aos direitos e liberdades dos cidadãos.

Para a definição da sociedade portuguesa por que lutamos, estudamos e instruímo-nos com as experiências dos países socialistas (as experiências positivas e também com as lições das experiências negativas) e definimos os objectivos da nossa luta tendo em conta as condições concretas em que lutamos e da evolução económica, social e política de Portugal.

Inscrevemos no nosso ideal e no nosso programa a colocação dos principais meios de produção ao serviço do povo e do País; a erradicação da fome, da miséria e do desemprego; o bem-estar material do povo; a democratização da cultura; a expansão da ciência e da técnica; a liberdade do pensamento, da sua expressão, e da criação artística; o direito à verdade; a igualdade de direitos e da condição social da mulher; a garantia do ensino, do trabalho, do desporto, da saúde e da alegria para os jovens; uma vida feliz para as crianças; anos tranquilos para os idosos; a defesa da independência, soberania e integridade territorial de Portugal e uma política de paz e de amizade com todos os povos.

O processo de libertação dos trabalhadores e dos povos é complexo e demorado.

Em Portugal depois do exaltante avanço revolucionário de Abril, lutamos há 11 anos de ofensivas contra-revolucionárias e temos no presente como tarefa central a defesa do regime democrático. Mas **na luta com objectivos limitados, jamais pomos de lado os nossos objectivos ulteriores, os objectivos que caracterizam o nosso Partido não apenas como um partido democrático, mas como um partido comunista: — o Portugal socialista e comunista de amanhã.**

Um processo universal que avança

A campanha ideológica do imperialismo e das forças reacionárias comporta duas teses centrais.

A primeira, é que, ao contrário das anunciadas previsões dos revolucionários, o capitalismo, não só não estaria decadente, como continuaria uma linha ascendente, apresentando-se afinal como o futuro radioso da modernidade e do consumo.

A segunda, que os países socialistas se afundariam em crises, o movimento comunista teria entrado num «declínio irreversível».

A verdade é que a realidade do mundo contemporâneo é precisamente a inversa. **É o capitalismo que continua na sua curva descendente e é a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos que continua a avançar no mundo determinando a evolução social.**

70 anos decorridos desde a vitória da Revolução russa de 1917, são um período relativamente curto em termos históricos.

E entretanto, neste período da História, outras revoluções socialistas venceram na Europa, na Ásia, na América Latina e em África, ruiu o sistema colonial, dezenas de povos secularmente oprimidos construíram novos Estados independentes e o movimento comunista e operário ganhou uma dimensão universal. Numa grande parte do nosso planeta o imperialismo foi derrotado, perdeu posições, foi obrigado a recuar. E a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, na dinâmica da qual a luta e as vitórias dos comunistas desempenham papel propulsor determinante, alcançou vitórias históricas.

Se compararmos a carta dos regimes políticos e sociais de há meio século com a actual tem-se a exacta medida do avanço impetuoso do processo mundial de transformação da sociedade.

Nós, os comunistas portugueses, somos activamente solidários para com as forças revolucionárias de todos os países, para com os partidos, os trabalhadores e os povos em luta, para com todos os processos de transformação progressista da sociedade.

Não tornamos dependente a nossa solidariedade da nossa identificação, da nossa concordância ou do nosso apoio a todos os aspectos da orientação, da actividade, das decisões, dos actos das forças revolucionárias.

Em termos de solidariedade internacionalista seria absurdo sermos solidários apenas para com aqueles que actuam conforme na nossa opinião deveriam actuar, e não sermos solidários para com aqueles que actuam de forma diferente daquela que nós actuaríamos.

Nas horas boas e nas horas más, nós, os comunistas portugueses, somos solidários para com os países socialistas, para com os que se libertaram do jugo colonial e alcançaram a independência, para com os povos em luta contra o imperialismo.

Somos solidários para com os povos irmãos outrora submetidos ao colonialismo português, com destaque na actualidade para Angola e Moçambique vítimas da agressão e dos crimes dos racistas sul-africanos e dos bandos que estes municiam e comandam e que encontram do Governo português e das forças de direita protecção e ajuda. Somos solidários para com o povo de Timor apoiando o seu justo direito à autodeterminação e à independência e lutando contra os tenebrosos planos (ciosamente secretos) de entrega de Timor-Leste à Indonésia. Somos solidários para com o povo de África do Sul em luta contra o *apartheid*. Somos solidários para com a Nicarágua sandinista, para com o povo salvadoreño em luta, para com o povo palestiano, o povo libanês e a causa árabe, para com o Afeganistão democrático, para com o Kampuchea e o Laos, para com todos os povos em luta contra o imperialismo, contra o fascismo, contra

o racismo, contra o colonialismo e o neocolonialismo, pela democracia, a independência nacional, o progresso social e o socialismo.

Sempre nos orientámos e continuamos a orientar pelo internacionalismo proletário, porque a raiz de classe dos nossos ideais, e a identidade de interesses dos trabalhadores é o cimento dos nossos sentimentos e do nosso apoio recíproco.

É uma verdade histórica que a **Revolução de Outubro com as suas repercussões, a construção do socialismo em numerosos países e o movimento comunista internacional tiveram neste processo um papel determinante. No nosso entender, dos comunistas portugueses, continua a tê-lo.**

Novos problemas surgiram na vida internacional e na vida de cada povo, no desenvolvimento do capitalismo, na divisão internacional do trabalho, na acentuação das diferenças e desigualdades do desenvolvimento nos vários países, nas alterações da composição social da sociedade, na defesa do meio ambiente, problemas que exigem novas análises e novas respostas e que acentuam a irregularidade do processo de desenvolvimento social e do processo da luta dos povos e da luta dos comunistas.

O desenvolvimento do movimento e do ideal comunista acusa efeito destes e de outros factores objectivos e da irregularidade do processo revolucionário. Alguns partidos tornaram-se partidos dirigentes dos seus países. Outros participam no Poder. Uns aumentam a sua influência, outros diminuem-na. Alguns vivem momentos de fluxo revolucionário, outros de refluxo.

Entretanto, sob o impulso do movimento comunista, surgiram novas forças revolucionárias — designadamente no movimento nacional-libertador — que conduziram os respectivos povos a grandes vitórias.

Esta situação indica, a nosso ver, **a necessidade de uma reflexão colectiva acerca do que é na actualidade o movimento comunista, de quais são as forças que o compõem, de quais são as suas fronteiras políticas. Uma tal reflexão conduzirá certamente não ao enfraquecimento mas ao reforço do movimento comunista.**

É uma realidade que na Europa capitalista muitos partidos comunistas atravessam momentos difíceis. Essa situação não nos leva porém a concluir que os partidos mais fortes deixem de ter relações prioritárias com eles e passem a tentar enquadrar-se e integrar-se no quadro de outros partidos democráticos que considerem de Esquerda.

Ao contrário, essa situação leva-nos a considerar a necessidade de, por um lado, analisar tanto as causas objectivas como as causas subjectivas de recuos verificados e, por outro lado, de reforçar a cooperação e a solidariedade entre todos os partidos comunistas e operários.

Para fazer frente ao imperialismo, à exploração e opressão capitalista, à ameaça de uma guerra nuclear é necessário promover a unidade das forças anti-imperialistas, das forças democráticas, das forças da Paz. Para nós, comunistas portugueses, continua a ser uma condição para o êxito desta tarefa (a desenvolver à escala de cada país e à escala internacional) **uma mais estreita cooperação e uma mais persistente acção coordenada e comum dos partidos comunistas e operários.**

O PCP está aberto ao exame conjunto dos problemas e à cooperação bilateral e multilateral com os partidos comunistas dos outros países. **As nossas relações bilaterais com o PCI, que desejamos se ampliem e reforcem, inserem-se neste nosso posicionamento no movimento comunista internacional.**

Os países socialistas e a «perestroika»

O processo mundial de transformação da sociedade da época que vivemos tem na Revolução russa de 1917 o ponto de partida e o momento de viragem histórica.

A Revolução de Outubro, a instauração do primeiro Estado de operários e camponeses e a construção vitoriosa do socialismo na União Soviética constituíram e continuam actualmente a constituir um factor de importância primordial e em muitos aspectos determinante da evolução mundial.

O exame da história da construção da nova sociedade, tanto na URSS como noutros países socialistas, confirma a extrema complexidade dessa tarefa histórica. É inevitável que haja orientações que depois se revelam inadequadas. São inevitáveis avanços e recuos, sucessos e insucessos, debilidades, atrasos, erros e crises. Mas, para nós, os comunistas portugueses, atentos com a nossa observação própria e o nosso espírito crítico a tão complexos processos, tirando lições e experiências para a nossa própria luta e para a nossa própria perspectiva, — **é essencial reter, e salientar, na avaliação do significado e do papel histórico da construção do socialismo, a essência social e política, a natureza de classe e as realizações que correspondem aos interesses mais profundos dos trabalhadores e dos povos.**

Ao longo dos 70 anos que brevemente se completa desde a Revolução de Outubro, as realizações e conquistas no terreno económico, político, social e cultural, científico e técnico, alcançados pela União Soviética e outros países socialistas, a par da acção internacional dos Estados socialistas e da activa solidariedade internacionalista dos seus povos e partidos dirigentes, tiveram uma influência de capital importância para a cada vez mais larga tomada de consciência pelos trabalhadores e os povos de todo o mundo de que a exploração e a opressão capitalista, a submissão nacional, o jugo colonial, o desemprego, a miséria, as desigualdades e injustiças sociais, as agressões e as guerras, não são realidades imodificáveis e eternas, mas pelo contrário **podem ser vencidas e ultrapassadas com a liquidação do capitalismo, a substituição do Poder dos capitalistas pelo Poder dos trabalhadores, e a construção de uma nova sociedade libertada da exploração.**

O processo de reestruturação (a «perestroika») na URSS definida pelo XXVII Congresso do PCUS e actualmente em

PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

curso assenta precisamente nas vitórias e realizações alcançadas com a Revolução de Outubro e com a construção da sociedade socialista. Seria impossível sem elas.

O processo de reestruturação confirma a continuidade da força propulsora da Revolução de Outubro não só na evolução mundial e no avanço da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, mas no desenvolvimento e aperfeiçoamento da sociedade socialista.

O novo curso político na URSS e noutros países socialistas, constitui um profundo processo ainda em desenvolvimento em todas as áreas da sociedade socialista. Aos resultados já alcançados somar-se-ão outros resultados. Não é ainda altura de se poder fazer uma apreciação global de todos os seus aspectos e consequências.

Podem entretanto desde já fazer-se (e o nosso Partido já fez) algumas apreciações de fundo.

A reestruturação em curso — designadamente a aceleração do desenvolvimento socioeconómico, a reorganização da economia na base do progresso científico-técnico, a satisfação mais completa das necessidades do povo, o aprofundamento da democracia económica, social, cultural e política e a correcção e superação de atrasos, deficiências e erros — constitui, a nosso ver, **um novo aprofundamento, enriquecimento e aperfeiçoamento da sociedade socialista, um novo avanço e não um recuo do socialismo.**

Desde há muitos anos nos habituámos a fazer um juízo próprio dos acontecimentos. Somos um partido que faz a sua própria análise, tem a sua própria opinião e o seu programa. Os objectivos definidos e a actividade do nosso Partido mostram por si que colhemos das experiências e das realidades dos países socialistas aquelas que consideramos correctas e úteis e não colhemos nem adoptamos aquelas que consideramos inadequadas ou incorrectas.

A reestruturação em curso na URSS não desmente, antes confirma, a nossa apreciação positiva relativamente à superioridade do socialismo sobre o capitalismo, acerca do valor das suas realizações, da natureza intrínseca libertadora e revolucionária do sistema socialista, acerca das suas potencialidades de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

E, se se tomarem alguns aspectos essenciais relativos à concepção do Partido, do Estado, do Poder, da autoridade, da relação entre a vanguarda e as massas, da democracia na sociedade, no Estado e no Partido — pode concluir-se que o PCP não se atrasou nem nos conceitos, nem na acção.

A luta pela Paz luta da Humanidade

Um dos aspectos da política da URSS e dos outros Estados socialistas com maior repercussão mundial na actualidade é a sua política de Paz.

Longe vai o tempo em que o imperialismo fazia acreditar por largas camadas da população em numerosos países, designadamente na Europa Ocidental, que existia um «perigo soviético», um perigo de invasão militar da Europa capitalista pelas forças soviéticas.

Haverá actualmente alguém que tome a sério um tal «perigo»? Haverá alguém em Portugal que acredite que da União Soviética nos vem qualquer perigo militar? Mesmo nas Forças Armadas portuguesas haverá alguém que, em sua consciência, acredite nesse perigo? Quando por exemplo nos exercícios ORION é inserida como tema a invasão do território português por forças «laranja», insinuando-se que são do Tratado de Varsóvia, haverá um oficial, um único, que acredite que esse perigo existe?

Cremos que não, camaradas.

Perigo sim, é para nós, portugueses a existência de bases militares norte-americanas no nosso território, como é o caso das Lajes, a utilização do nosso território, das nossas águas e do nosso espaço aéreo para instalação ou trânsito de armas nucleares, a instalação da estação de rastreio de mísseis em Almodôvar e outras concessões feitas aos Estados Unidos e à NATO.

Consideramos que não é positivo para Portugal pertencer à NATO. Mas, **estando fora do realismo político na situação existente reclamar a saída de Portugal da NATO, temos defendido que, no interesse de Portugal, não se devem alargar, antes se devem limitar as nossas obrigações militares para com a NATO.**

Coincidimos com os nossos camaradas italianos em considerar a defesa da Paz, a luta para impedir o holocausto nuclear como um objectivo central da luta dos comunistas, de todos os países. E não apenas dos comunistas, mas de todos os povos, de todos os países. Não é propaganda para atemorizar o mundo, mas uma realidade, que uma guerra termonuclear poderia representar a liquidação da vida humana na Terra.

Há que unir em cada país e em todo o mundo todas as forças, todas as energias, todas as boas vontades, para impedir uma tal catástrofe. **Na grande frente de luta pela Paz, nas iniciativas e acções concretas, não há que introduzir limites ideológicos, partidários ou sociais. A luta pela Paz é causa de toda a Humanidade.**

Por isso não apenas nós, os comunistas, mas todos os povos, todos os países, têm razões para apoiar a política de paz da União Soviética, as iniciativas e as propostas de paz da União Soviética e de outros países socialistas, designadamente as propostas de limitação, redução e eliminação das armas nucleares, de destruição das armas químicas, do abandono dos planos de militarização do espaço, e de redução das armas convencionais.

Por isso não apenas nós, os comunistas, mas todos os povos, todos os países, têm razões para saudar o recente acordo de intenções entre os Estados Unidos e a União Soviética para o desmantelamento e a destruição dos mísseis de médio alcance, que representa um passo importante no sentido do desanuviamento, da coexistência pacífica e da cooperação internacional.

Mas, se o perigo de uma guerra nuclear existe, o ser humano



não pode deixar de interrogar-se. Porque existe um tal perigo? Onde vem? Quais as suas causas?

Para nós, comunistas portugueses, o perigo de uma guerra nuclear existe pela própria natureza do imperialismo e da sua política de corrida aos armamentos, de intervenção, de agressão, de terrorismo de Estado e de domínio mundial.

O perigo de uma nova guerra mundial existe porque o imperialismo, designadamente o imperialismo norte-americano, procura travar o recuo da sua influência mundial e o avanço do processo de libertação dos povos em todos os continentes.

Por isso, desenvolvendo a luta pela Paz, não pomos num mesmo plano as chamadas «duas superpotências», antes desmascaramos a política agressiva dos Estados Unidos e do governo de Reagan.

Por isso, defendemos que **ao mesmo tempo que se deve desenvolver mais e mais a luta pela Paz, tem de desenvolver-se também paralelamente a luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, pela democracia, o progresso social dos povos, a independência das nações e o socialismo.**

Os comunistas portugueses, o regime democrático e a sua defesa

É um facto que entre o nosso Partido e o Partido Comunista Italiano há pontos de vista diferentes, mesmo divergentes, em importantes aspectos da análise do mundo contemporâneo, da sua evolução e dos seus problemas, do processo de luta dos trabalhadores e dos povos, dos objectivos e linhas de acção dos comunistas.

Mas **há alguma coisa de muito profundo que nos aproxima, que nos une, que possibilita estarmos aqui juntos neste comício que culmina a visita a Portugal, a convite do nosso Partido, da delegação do PCI, e explica que tenhamos gravado nos nossos corações, nos nossos projectos e na nossa vontade uma consigna que aqui inscrevemos na tribuna deste comício. Viva a amizade do PCP e do PCI!**

Os nossos dois partidos têm uma heróica tradição de luta contra o fascismo, de luta pela liberdade e a democracia. Assim como em Itália os comunistas estiveram sempre à frente da luta contra a ditadura de Mussolini, assim em Portugal os comunistas estivemos sempre à frente da luta contra a ditadura de Salazar e Caetano.

Ao longo de muitos anos os nossos dois partidos assumiram um papel de capital importância na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo dos respectivos países e na instauração e defesa do regime democrático.

Tal como os camaradas italianos, nós, os comunistas portugueses, somos lutadores de sempre pelas liberdades e pela democracia.

É certo que aqui em Portugal, os partidos de direita, alguns dos quais brotaram de sementes seleccionadas do partido fascista União Nacional, têm arrojo (à semelhança do que Salazar fazia) de se afirmarem «democratas» e de afirmar que o PCP não está no rol dos partidos «democráticos».

A verdade histórica é que alguns dos chefes e quadros desses partidos eram quadros da ditadura e aqueciam os cadeirões dos Ministérios fascistas e da Assembleia Nacional fascista na mesma época em que os comunistas eram perseguidos, obrigados a dezenas de anos de clandestinidade, presos, torturados, condenados e assassinados apenas por lutarem pela liberdade e pela democracia em Portugal.

Em matéria de liberdade e de democracia os comunistas portugueses não têm lições a receber de ninguém e estão em condições de dar lições aos democratas de fachada que planeiam subverter o regime democrático instaurado com a Revolução de Abril.

O nosso Partido lutou pela liberdade e pela democracia e deu uma contribuição determinante para a criação de condições que conduziram à vitória do levantamento militar dos capitães do MFA, logo seguido do levantamento popular que assegurou uma dinâmica progressista à democratização da vida nacional.

A ditadura fascista era o governo terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários. A ditadura fascista, com a guerra nos últimos anos da sua existência, mantinha Portugal como país colonialista e opressor em África, ao mesmo tempo que era colonizado na Europa.

A Revolução de Abril em Portugal não foi (como em Espanha) a mudança da forma do domínio político dos monopólios e agrários, mantendo todo o seu domínio e poder económico e social. **A Revolução de Abril em Portugal, a par da instauração das liberdades e da democracia política, foi a liquidação do capital financeiro, a liquidação dos monopólios e do capitalismo monopolista de Estado, a liquidação dos latifúndios com a Reforma Agrária, a conquista de vastos direitos pelos trabalhadores, a conquista de um sistema em que o Poder Local democrático e o princípio da proporcionalidade nas eleições constituem aspectos significativos da democracia política.**

Abril foi uma revolução, a única revolução popular que de há dezenas de anos se verificava na Europa Ocidental e os trabalhadores portugueses e o povo português em geral, os militares progressistas, o nosso Partido, têm sólidos motivos para se sentir orgulhos da contribuição que deram para as transformações democráticas que vieram a constituir traços essenciais do regime democrático português consagrado na Constituição da República aprovada em 1976 pela Assembleia Constituinte.

Não temos nada a corrigir ao facto de, na Revolução de Abril, nós, comunistas, não termos aceite assumirmos o papel de co-gestores do capitalismo.

É contra o regime democrático instaurado com a Revolução de Abril que se desenvolvem nos últimos 11 anos sucessivas ofensivas de sucessivos governos, num processo contra-revolucionário de assalto e tentativa de destruição das conquistas democráticas do nosso povo e de restauração dos monopólios (associados ao imperialismo), dos latifúndios, do poder económico e político do grande capital, — ofensivas às quais os trabalhadores, o povo português se têm corajosamente oposto, defendendo palmo a palmo as conquistas democráticas, derrotando e levando à demissão vários governos, desarticulando planos reaccionários, alguns dos quais muito perto da sua total concretização (Governo «AD», Soares Carneiro, Freitas do Amaral, como pontos de referência) e mantendo de pé, vivas e em luta, embora diminuídas e feridas, conquistas democráticas fundamentais.

Com o resultado das eleições de 19 de Julho, o processo contra-revolucionário ganhou novas possibilidades institucionais de avançar e de se intensificar. O Governo Cavaco Silva prepara novas e perigosas ofensivas.

Os factores que influíram na evolução da situação nos últimos 11 anos são múltiplos e complexos. Não cabe aqui fazer a análise dos factores internos e externos de natureza económica, financeira, social, política, diplomática e militar.

Mas, dada a sua importância, e por razões óbvias neste comício, cabe aqui referir vários aspectos essenciais do que significou e significa para Portugal a entrada na CEE.

A CEE, a democracia e a independência nacional

A entrada de Portugal na CEE interveio e intervém como importante instrumento do processo contra-revolucionário visando a destruição das conquistas democráticas alcançadas com a Revolução de Abril.

PCP

**Intervenção
de ALVARO CUNHAL**

Já antes do 25 de Abril o nosso Partido tinha procedido a uma profunda análise das consequências para a economia portuguesa da eventual entrada na CEE. Após o 25 de Abril aprofundámos a análise, estudámos ramo por ramo da nossa economia, realizámos sobre a matéria debates em que intervieram dezenas de milhar de camaradas — de trabalhadores, de economistas, de quadros técnicos —, realizámos uma Conferência Nacional. As conclusões do nosso Partido foram devidamente fundamentadas: **a entrada na CEE teria três gravíssimas consequências para Portugal.**

A primeira, **de carácter económico**: o sacrifício do desenvolvimento da economia portuguesa conforme com os nossos interesses nacionais.

A segunda, **de carácter político**: uma grande operação para tentar justificar a liquidação das estruturas socioeconómicas (designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária) e as outras grandes conquistas democráticas do nosso povo e a restauração do capitalismo monopolista do Estado que fora liquidado com a Revolução de Abril.

A terceira, **de carácter nacional**: o agravamento dos laços de dependência de Portugal, com sacrifício de traços essenciais da nossa independência e da nossa soberania.

Por isso nos opusemos à entrada na CEE. Por isso, após a entrada, lutamos contra as suas consequências negativas, em defesa da economia portuguesa, das conquistas do povo português, do regime democrático e da independência nacional.

Os factos conprovaram e continuam diariamente a comprovar as nossas análises, as nossas conclusões, a nossa oposição à entrada na CEE e a nossa luta contra as suas consequências negativas e em alguns aspectos desastrosas na agricultura, na indústria, nas pescas, nos serviços.

É esclarecedor que os grandes projectos de desenvolvimento económico português (Plano Siderúrgico Nacional, metalurgia do cobre, Planos do Alqueva e da Cova da Beira, Plano da produção de beterraba sacarina e açúcar), tenham sido abandonados não só ferindo de morte linhas essenciais do desenvolvimento nacional, como dando lugar a milhares de despedimentos e ao aumento do desemprego.

As multinacionais, com o colaboracionismo do Governo, assaltam recursos, riquezas, postos-chave da economia portuguesa. Os países desenvolvidos da CEE ditam ordens a Portugal.

É uma realidade do desenvolvimento económico mundial a internacionalização dos processos produtivos assim como a divisão do trabalho e da investigação científica e tecnológica. Nos processos de integração, tanto nos países capitalistas como nos países socialistas, aparecem como instrumentos naturais do desenvolvimento. No mundo de hoje não há possibilidade de desenvolvimento com soluções autárquicas.

Tem entretanto de sublinhar-se que, no mundo capitalista e no concreto na CEE, a integração se dá em benefício do grande capital, dos grandes capitalistas, com a submissão e o sacrifício dos países mais atrasados aos países mais desenvolvidos.

No caso de Portugal, o povo português não pode aceitar uma política em que os interesses nacionais são sacrificados aos interesses dos países mais desenvolvidos da CEE, das multinacionais e de sectores de grandes capitalistas portugueses que se mostram dispostos a vender o País ao estrangeiro desde que os seus lucros continuem a aumentar e possam partilhar (mesmo que como comparsas) do esbulho dos recursos e dos bens que legitimamente pertencem a todos os portugueses.

Nós combatemos a política do Governo do PSD de Cavaco Silva de capitulação nacional no quadro da CEE e combatemos a submissão de Portugal às decisões da CEE que contrariam frontalmente os interesses portugueses.

O povo português vai-se dando conta do que Portugal já perdeu o seu direito soberano de decidir da sua política agrícola, da sua política industrial, da sua política de pescas, da sua política de desenvolvimento, até da sua política social.

Ao contrário dos nossos camaradas italianos, somos frontalmente contrários à supra-nacionalidade da CEE e ao Acto Único, aprovado na Assembleia da República com os votos contra dos deputados do nosso Partido.

Somos contrários às propostas do PCI, feitas anteontem em Roma, para a realização de um referendo nos países da CEE com vistas a atribuir poderes constituintes ao Parlamento Europeu e a acelerar a transformação da CEE numa união política. Somos contrários à definição supranacional da política externa portuguesa. Somos contrários às ideias da constituição na Europa capitalista e na base da CEE de uma «unidade política supranacional» em que Portugal seria integrado e que seria dominada, comandada e governada pelos detentores do grande capital, pelos exploradores dos trabalhadores, por planos imperialistas de novas formas de exploração e domínio mundial.

A nossa luta em defesa dos interesses do povo português e de Portugal trava-se aqui, em Portugal, na Assembleia da República, nas instituições, na acção política, na luta popular. Trava-se também no Parlamento Europeu, onde os deputados do PCP eleitos nas eleições de 19 de Julho, ao contrário de deputados de outros partidos portugueses que se submetem à supranacionalidade da CEE, defendem constantemente, com firmeza e com coragem, os interesses de Portugal e do povo português.

Em 19 de Julho o povo fez bem em elegê-los. Como patriotas portugueses serão dignos dos votos que receberam.

Contra a política de direita a luta continua

Defrontamos actualmente uma situação nova, complexa e difícil. Mal o novo Governo do PSD de Cavaco Silva principiou a actuar, logo aparecem com clareza orientações, planos, medidas e decisões para os quais nós alertámos o povo e que decerto contribuirão para destruir as ilusões de muitos daqueles que em 19 de Julho votaram no PSD.

A liquidação das nacionalizações e as formas de reprivatização anunciadas confirmam os seus objectivos e a sua natureza:

esbulho dos bens do Estado para proveito dos grandes capitalistas, com perigos sérios para a economia nacional.

O anunciado propósito de proceder à reprivatização de empresas públicas antes mesmo de uma revisão da Constituição tem de ser considerada a declaração expressa de uma política inconstitucional, ilegal e subversiva.

Repare-se no cinismo com que, em nome dos interesses do Estado, o Governo pretende justificar a reprivatização. Justifica a reprivatização citando prejuízos que dão as empresas públicas (prejuízos deliberadamente provocados pela política de direita e pelos administradores por ela nomeados) e entretanto anuncia o plano de conservar para o Estado as empresas que dão prejuízos e entregar ao capital privado as que têm lucros! Até já estendem a gadanha e a bolsa para o que dizem ser «os serviços municipais rentáveis».

A continuação da ofensiva contra a Reforma Agrária é anunciada ao mesmo tempo que o ministro Barreto, bem conhecido pelos seus procedimentos ilegais e escandalosos, ao mesmo tempo que entrega aos agrários terras roubadas às UCP's/Cooperativas, anuncia (novo escândalo) que considera que «as indemnizações (não às UCP's, como seria lógico, mas aos agrários) são prioritárias».

O agravamento da exploração e da situação dos trabalhadores é confirmado em novas vagas de despedimentos colectivos, no anúncio de milhares de despedimentos como consequência do encerramento e da chamada reestruturação de grandes empresas, na rescisão de contratos, na generalização dos contratos a prazo e outras formas de trabalho precário, na liquidação de regalias sociais.

A situação social agrava-se também pela nova exigência de 120 meses de desconto para o direito à pensão de velhice, pelas novas restrições dos créditos para aquisição de habitação própria, pela anunciada restrição da concessão de passes sociais, pela cessação de carreiras de transportes colectivos para bairros populares, por aumentos de preços, designadamente dos combustíveis, e por outras medidas que atingirão amplos sectores da população.

O PSD alcançou é certo a maioria de votos e de deputados. Mas estamos certos de que a maioria dos votos ganhos pelo PSD não significam um apoio à sua política contra os trabalhadores, contra a democracia, contra os interesses nacionais. Muitos dos que deram esse voto, defrontados com as consequências da política do Governo, em breve se voltarão contra ele.

Talvez Cavaco Silva, que mesmo quando tinha apenas uma minoria afrontava as instituições, tenha pensado que o facto de ter alcançado a maioria lhe dava um poder absoluto e para sempre. Mas a história da nossa democracia já mostrou que **malorias de ontem se tornaram minorias e minorias de ontem se tornam malorias.**

O Governo tem maioria na Assembleia da República. Mas já tem tanto medo de perdê-la que **projecta a alteração das leis eleitorais de forma a conseguir a maioria de lugares quando regressar (como é previsível) à minoria de votos.**

A vida e a actividade políticas do País não se esgotam nas eleições e no Parlamento. Em democracia, a **intervenção do povo português na vida política não se limita a meter boletins de voto nas urnas quando se realizam eleições. O povo português intervém na vida política exercendo as liberdades e direitos e utilizando todas as formas de luta que o regime democrático lhe confere e lhe reconhece.**

Nós comunistas, na nossa oposição à política do Governo de direita e na nossa luta em defesa das liberdades, das outras conquistas democráticas e do regime e pela solução dos problemas do povo e do País, travamos a luta no quadro institucional, designadamente na Assembleia da República através do Grupo Parlamentar do PCP.

Mas travamos também a luta, com os trabalhadores com os agricultores, com os intelectuais, com as mulheres, com a juventude, com todos os que são atingidos pela política de direita, com todos os democratas dispostos a agir, no exercício das liberdades e direitos que a Constituição e a lei nos confere.

A intensificação da luta, da luta económica, da luta social, da luta política, da acção cultural, das lutas de massas nas formas mais apropriadas, e a dinamização das organizações e movimentos de massas e da sua unidade, constituem linhas de acção fundamentais da actividade do Partido nos tempos próximos.

A revisão da Constituição

A luta no quadro institucional adquire actualmente particular relevo para defesa da Constituição da República contra os planos de revisão do PSD apoiados por toda a reacção.

Ideia fundamental a reter: **a revisão que o PSD pretende não visa o aperfeiçoamento do regime democrático, mas a sua destruição.**

Com plena razão nós temos acusado o Governo PSD, como acusámos governos anteriores, de uma política, de uma acção, de decisões com desrespeito absoluto da Constituição da República e da legalidade democrática.

Um dos traços característicos da luta política em Portugal nos últimos 11 anos é que sucessivos governos se têm colocado à margem da legalidade, contra a legalidade, e tem sido o PCP com os democratas mais consequentes, com os trabalhadores, com as massas populares, que nos seus objectivos, na sua acção, na sua luta, têm actuado no quadro da legalidade democrática, em conformidade com a lei fundamental do País, a Constituição da República.

Através da revisão inconstitucional da Constituição, o Governo PSD, as forças de direita querem criar uma nova «legalidade» consagrando a ofensiva contra-revolucionária e adoptando o direito à subversão da democracia.

O PSD não o pode entretanto fazer sozinho. Para aprovar uma revisão da Constituição, são necessários dois terços dos votos dos deputados da Assembleia da República. **Só com um**

acordo com o PS, o PSD pode levar por diante o seu plano de revisão da Constituição e de liquidação do regime democrático actual.

Qual a atitude do PS a este respeito?

Da direcção do PS são tornadas públicas opiniões e propósitos (em relação às nacionalizações, à Reforma Agrária, à legislação laboral, à lei eleitoral, ao Poder Local) que criam **legítima preocupação acerca do seu comportamento no processo de revisão.**

Nós alertamos o povo, o País, todos os democratas, e muito especialmente os socialistas e aqueles que votaram no PS, para o que poderá representar um acordo PSD/PS para a revisão da Constituição.

O nosso Partido não pode impedir que o processo de revisão seja aberto na Assembleia da República. Já se anuncia que o PSD apresentará o seu projecto de revisão ainda este mês.

O nosso Partido não pode impedi-lo. Mas **não se colocará à margem do processo de revisão. Pelo contrário. O nosso Partido intervirá activamente no processo, pela acção política geral e pela acção do seu Grupo Parlamentar.**

Tudo faremos para esclarecer o povo português do que significam os planos, projectos e propostas de revisão avançadas pela direita. Tudo faremos para impedir que na Constituição sejam eliminadas disposições fundamentais. Tudo faremos para que sejam confirmados e mesmo mais garantidos na Constituição as conquistas democráticas, as liberdades e direitos dos cidadãos.

Não deixaremos que o processo de revisão da Constituição decorra apenas no Parlamento e muito menos no segredo dos gabinetes.

Tudo faremos para que o povo português conheça e faça um juízo exacto do que esse processo significa e que com ele pretendem o Governo e todas as forças de direita.

Estamos certos de que, **na medida em que seja esclarecido, o povo português apolará as posições do PCP em defesa do regime democrático e da Constituição da República que o consagra.**

Unidade dos democratas, unidade dos patriotas

Ante a política antidemocrática e antipopular do Governo da direita e os perigos que ela comporta para o regime democrático; havendo um governo com uma política que todos os partidos democráticos criticam e afirmando todos os partidos democráticos estar na Oposição; sendo uma realidade comprovada pela vida política portuguesa que nenhum partido democrático sozinho está em condições de assegurar uma alternativa democrática à direita — qual o dever de todos os partidos democráticos, qual o dever de todos os democratas?

Parece que o primeiro dever seria convergirem na sua acção, unirem as suas forças para combaterem a política do Governo para defenderem os interesses do povo e do País, **para salvaguardarem o regime democrático, para assegurarem uma futura alternativa.**

Pela sua parte, **o PCP sempre insistiu e continua a insistir na necessidade da convergência, do entendimento e da unidade de todos os democratas nomeadamente de comunistas e socialistas.**

Qual tem sido porém o papel do PS na vida política portuguesa, designadamente nos últimos 11 anos? Terá sido fazer frente à reacção? Terá sido a defesa das conquistas democráticas de Abril? Terá sido a de unidade dos democratas para assegurar o futuro democrático e independente de Portugal?

A verdade é que não tem sido esse o papel do PS. Em vez de se voltar para a esquerda, para a acção comum dos democratas, o papel do PS tem sido o de sucessivos acordos, entendimentos, alianças e colaboracionismos com a direita e de constante hostilidade e agressividade contra o PCP.

E actualmente, quais são as posições do PS? A verdade é que o PS, roído aliás por contradições internas continua no fundamental essa sua orientação anterior.

Ninguém pode acreditar numa Oposição que em vez de oposição é colaboração.

O certo é que relativamente a problemas fundamentais (nacionalizações, Reforma Agrária, legislação laboral, autarquias, leis eleitorais) as posições do PS coincidem em larga medida com o programa e as orientações do Governo PSD.

O certo é que ao mesmo tempo que afirma ser Oposição ao Governo, o PS entra em negociações com o Governo e com o PSD em numerosas áreas da vida nacional.

O certo é que o PS prepara (e anuncia que prepara) a negociação com o PSD com vistas à revisão da Constituição.

Apesar dessas posições do PS, nós, os comunistas, continuamos a apelar aos socialistas, aos militantes, aos simpatizantes e eleitores do PS, para que intervenham, tal como nós comunistas, na luta contra as medidas antidemocráticas e antipopulares do Governo de Cavaco Silva, na luta em defesa dos interesses das classes laboriosas, em defesa da democracia e da independência nacional.

Falamos na defesa da independência nacional e deve sublinhar-se que se trata de uma expressão que corresponde a uma necessidade e a uma tarefa vital do nosso povo e do nosso país na actualidade.

Porque a democracia está em perigo fazemos apelo à unidade dos democratas. Porque a independência nacional está sendo progressivamente limitada e ameaçada fazemos apelo à unidade de todos os patriotas, seja qual for o quadrante político onde se situem.

Podem os portugueses e as portuguesas ficar insensíveis ao agravamento das dependências, económica, financeira, política, cultural, diplomática, militar de Portugal? Podem os portugueses e portuguesas ficar insensíveis à crescente submissão da política portuguesa a interesses estrangeiros?

Uma vez mais na História a vida mostra que enquanto as

PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

forças reacçãoárias, os partidos de direita e aqueles que com eles colaboram, movidos por planos antidemocráticos e por interesses de classe, tomam atitudes de capitulação e submissão aos Estados Unidos e à CEE, sacrificam os interesses nacionais a interesses estrangeiros, — o PCP coloca-se na vanguarda da luta em defesa dos interesses de Portugal, da independência e da soberania nacionais.

Muitos aplaudem e apoiam a política de direita brandindo a bandeira norte-americana e a bandeira da CEE. Os comunistas combatem a política de direita, defendem a democracia e a independência portuguesa empunhando a bandeira nacional.

Nós fazemos apelo a todos os que amam Portugal, para que convirja a sua acção com a nossa acção contra as concessões feitas ao estrangeiro que ferem gravemente interesses nacionais portugueses, para que Portugal não seja um dócil instrumento da estratégia dos Estados Unidos e dos interesses económicos e políticos dos países mais desenvolvidos da CEE, mas seja sim um país realmente independente e soberano, em que a política do Governo seja uma política portuguesa ao serviço de Portugal.

A unidade dos trabalhadores e o movimento sindical

A unidade dos trabalhadores, com o reforço das suas organizações de classe e nomeadamente das Comissões de Trabalhadores, e do movimento sindical unitário constitui na situação presente uma condição fundamental para fazer frente à ofensiva antioperária e antidemocrática do Governo de defender com eficácia os interesses da população laboriosa.

Nós sempre defendemos a unidade sindical. As divisões no movimento sindical português não foram provocadas nem estimuladas pelos comunistas nem pelos trabalhadores não comunistas da Inter mas precisamente pelo patronato e (como todos nos lembramos) pelos partidos da direita e o PS apoiados do estrangeiro e todos directamente associados e apostados em dividir os trabalhadores portugueses, em dividir o movimento sindical.

Continuamos a defender a unidade dos trabalhadores e das suas organizações, mas precisamente porque a unidade tem objectivos de classe, seria absurdo pensar que uma verdadeira e grande central dos trabalhadores, a CGTP-IN, poderia procurar estabelecer, ou aceitar (como agora sugerem propagandistas da direita) esquemas de unidade com a UGT que significariam a capitulação de classe ante as imposições do patronato e do Governo, que significariam a integração das organizações operárias no esquema do agravamento da exploração capitalista.

Nos sindicatos filiados na UGT há muitos trabalhadores que não têm a ver com a política de direita. Defendemos a unidade com esses trabalhadores. Mas em relação aos dirigentes da UGT, nomeadamente a Torres Couto, que se pode dizer?

Torres Couto entra em acordos com o patronato e o Governo lesivos dos interesses dos trabalhadores. Declara que as nacionalizações foram «um acto político arbitrário» e põe-se de acordo com Ferraz da Costa e outros dirigentes da CIP e do grande capital restauracionista sobre a reprivatização da economia portuguesa. Participa na campanha do patronato e da direita contra a CGTP-IN, indo ao ponto de reclamar a substituição dos dirigentes da grande central sindical! Tais acções têm necessariamente de ser desmascaradas e combatidas.

Os trabalhadores portugueses estão profunda e vitalmente interessados em reforçar a sua unidade e em reforçar a sua grande central sindical dentro das grandes linhas que sempre foram e continuando sendo a defesa dos interesses dos trabalhadores, das liberdades e dos direitos, e das outras conquistas democráticas alcançadas pela Revolução de Abril, dos interesses populares e nacionais.

Há dias, abordando a situação social e a previsão das lutas sociais, um jornal da direita indicava três traços fundamentais do que considerava ser a nova situação e a nova perspectiva após as eleições de 19 de Julho.

O primeiro: teria acabado a época das «grandes lutas de trabalhadores e patrões».

O segundo: teriam também acabado as negociações salariais directas entre os trabalhadores e as suas organizações de classe e o patronato.

O terceiro: as negociações salariais passariam para o Conselho de Concertação Social «onde cada parceiro (diz o analista) pode fazer ouvir a sua voz e participar na tomada de decisões com âmbito nacional».

Poucas vezes se teriam expressado com palavras tão claras os planos do patronato e do Governo.

As intenções são claras.

A primeira é a de afastar da negociação a CGTP-IN e os sindicatos do movimento sindical unitário, que continuam sendo a grande barreira de resistência e de luta dos trabalhadores em defesa dos seus interesses vitais.

A segunda é a de eliminar a contratação colectiva.

A terceira é a de instituir um sistema em que as condições de exploração e de trabalho seriam estabelecidas no Conselho de Concertação Social entre o patronato, Governo PSD e UGT ao serviço do patronato e impostas depois aos trabalhadores.

É de agradecer àqueles políticos de direita, analistas e propagandistas o facto de porem o jogo tão a claro.

Nós, comunistas, estamos atentos aos novos elementos da situação e às suas repercussões na luta dos trabalhadores e nas formas dessa luta.

O nosso Partido, as organizações operárias, e em particular os sindicatos e a CGTP, estão também naturalmente a analisar a situação.

Pela nossa parte, dos comunistas é importante definir algumas linhas centrais.

A primeira é que continuaremos firmemente a luta pela contratação colectiva.

A segunda é que daremos o máximo da nossa contribuição para o reforço, a dinâmica e a unidade da CGTP-IN e a sua intervenção efectiva, determinante e reconhecida na defesa dos interesses dos trabalhadores.

A terceira é que actuaremos pelos meios adequados para que fracasse a nova projectada transferência para o Conselho de Concertação Social do poder de decidir nas costas dos trabalhadores das suas condições de trabalho e de vida.

Sempre com o povo, sempre com a pátria

Partido dos trabalhadores, partido do povo, o PCP estará sempre com os trabalhadores, estará sempre com o povo, estará sempre com os interesses nacionais.

O PCP apela à unidade dos trabalhadores, à unidade dos democratas, à unidade dos patriotas, considera que a acção comum é não só necessária como indispensável. Mas, ao mesmo tempo, o PCP tem consciência das responsabilidades que no momento político actual assume ante o povo e o País pelo facto de ser o único grande partido que se opõe coerente e firmemente à política da direita, que defende coerente e firmemente as liberdades e direitos dos cidadãos e luta pela satisfação das justas reivindicações populares, que actua coerente e firmemente na defesa do regime democrático instaurado com a Revolução de Abril e da independência e soberania nacionais.

Dizemos o único, — não é propaganda, é a realidade.

Por isso a actuação do PCP adquire uma vez mais no momento presente um papel determinante no campo democrático.

Por isso a força e o reforço do PCP é a melhor garantia de que a linha da defesa dos interesses populares e nacionais está guarnecida e será assegurada.

As forças reacçãoárias também compreendem que assim é. E, porque o compreendem, intensificam a campanha contra o PCP. Com mentiras e calúnias acerca dos objectivos, da natureza, da orientação e da actividade do Partido. Acerca do que é e do que representa na democracia e na sociedade. E também acerca da sua própria vida interna, da sua direcção, do seu estilo de trabalho, do seu próximo Congresso.

A Direcção do Partido e todo o nosso colectivo partidário estão já procedendo e procederão à análise de todos os problemas.

Mas é bom esclarecer que não deixaremos que se confirmem os objectivos e as previsões daqueles que gostariam de ver confirmado o objectivo da sua campanha que é, nas suas próprias afirmações, o declínio do PCP. O PCP não será jamais um partido assimilado por concepções social-democratizantes.

Trabalhamos para o reforço político e ideológico do nosso Partido utilizando as potencialidades teóricas e o impulso criativo do marxismo-leninismo para examinar a realidade e a experiência, investigar os novos fenómenos e traçar orientações correctas que permitam marchar em frente.

Trabalhamos para reforçar a organização e aperfeiçoar o estilo de trabalho encontrando soluções que correspondam às situações concretas, aprofundando a democracia interna que nada tem a ver com um democratismo copiado dos esquemas parlamentares, combatendo fenómenos e tendências negativas, impulsionando a intervenção criativa de todos os organismos, organizações e militantes, de forma a que à riquíssima concepção do trabalho colectivo e do colectivo partidário corresponda uma prática real a todos os níveis e fortalecendo ainda mais a unidade do Partido e a actuação de todos os comunistas dentro e fora do Partido segundo a orientação traçada.

Trabalhamos para estreitar ainda mais a ligação do Partido à classe operária e às massas populares em todos os aspectos da sua actividade, de forma a levar às massas a informação, o esclarecimento, a orientação, o impulso organizativo e dinamizador e a receber também da classe operária e das massas populares não apenas o apoio, mas a informação, a opinião, a definição dos interesses, problemas e necessidades e aspirações de forma a que o Partido, a classe operária e massas, venham a actuar, a lutar, como força determinante na vida nacional.

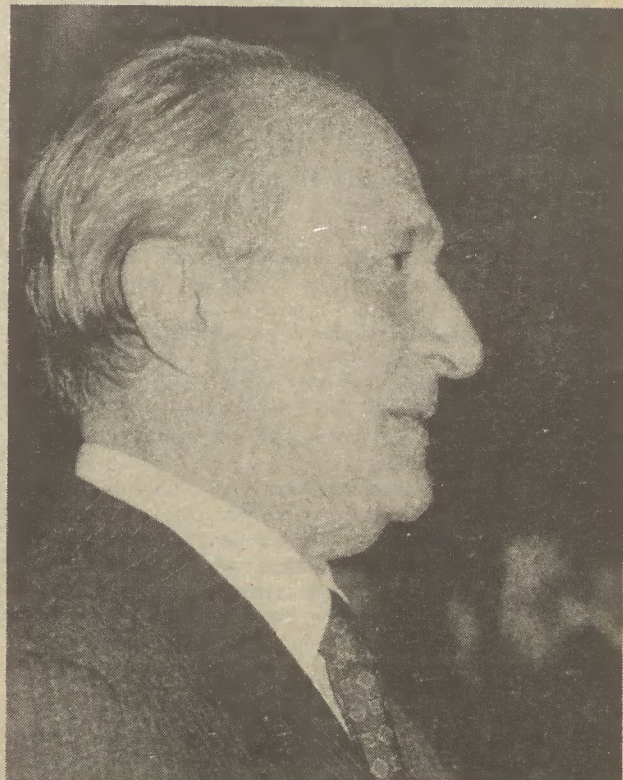
E já que falam tanto da renovação da Direcção e dos quadros e se fazem tantas perguntas sobre a renovação, cabe aqui dizer que além das medidas de renovação realizadas no trabalho corrente, certamente no próximo Congresso, conforme com o que decidir o nosso grande colectivo partidário, continuaremos e aprofundaremos a renovação dos quadros e a renovação da Direcção. Mas a renovação não será aquela que a campanha contra o Partido vai sugerindo e ridícula e paternalmente aconselhando, mas a renovação que sirva o reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade. Ou seja, uma renovação que dê ao Partido nova força política, ideológica, organizativa e executiva, e ainda maior capacidade de luta e de intervenção.

Percam as ilusões a reacção e todos os inimigos do nosso Partido.

O PCP saberá corresponder à confiança que os trabalhadores e amplos sectores da população nele depositam.

A delegação do PCI trouxe-nos notícias da sua luta em Itália. Estamos certos de que, de volta a Itália, informará o seu Partido e o seu povo de que em Portugal, Portugal democrático criado com a Revolução de Abril, a luta continua!

Viva a amizade do PCP e do PCI!
Viva o internacionalismo proletário!

Intervenção
de ALESSANDRO NATTA

Caros Camaradas,

Desejo transmitir-vos e a todos os comunistas portugueses a cordial saudação da Direcção do Partido Comunista Italiano e a minha pessoal, assim como o sincero agradecimento pelo convite que nos dirigiram em retribuição à visita que o Camarada Álvaro Cunhal fez a Itália em Novembro de 1985, e pela muito especial hospitalidade que nos ofereceram.

As relações entre os nossos dois partidos têm uma história longa e fecunda. Diferenças de avaliação e de opinião não nos impediram de manter e desenvolver estas relações com um espírito no qual a franqueza e recíproca autonomia se fizeram sempre acompanhar de sentimentos de amizade e solidariedade. Anima-nos a vontade de aprofundar as relações entre os nossos partidos e estou convicto de que esta visita e as conversações destes dias com o Camarada Álvaro Cunhal e a delegação do vosso partido, terão contribuído positivamente para este objectivo.

O nosso encontro ocorre num momento de particular significado e importância da vida internacional.

O facto novo e de grande relevo é constituído pelo acordo de intenções entre os Estados Unidos e a União Soviética relativamente ao desmantelamento e eliminação dos mísseis de médio e longo alcance. Trata-se de um acontecimento de dimensões extraordinárias, um acontecimento histórico, porque pela primeira vez, desde o segundo pós-guerra, realizar-se-á um acordo não somente limitativo mas de redução efectiva de sistemas completos de armas nucleares.

Até hoje a concepção de segurança confiava na quantidade, na qualidade e na potência destrutiva das armas nucleares; apoiava-se naquilo que foi definido como «o equilíbrio do terror».

O acordo USA-URSS indica como tal tendência (que parecia fatal) pode sofrer uma profunda modificação e inversão, justamente a partir da Europa, teatro da mais terrível concentração de armas nucleares em todo o mundo.

Este acordo pode constituir o início de ulteriores desenvolvimentos e de outros passos concretos em frente no caminho do desarmamento.

Um caminho nada simples e nada breve pela complexidade das questões a resolver e pela grandeza dos objectivos a atingir: a redução progressiva, visando à eliminação dos arsenais nucleares estratégicos; a destruição das armas químicas; a eliminação da ameaça de militarização do cosmos; a redução equilibrada e controlada dos armamentos convencionais. É este o único caminho a ser percorrido se nos queremos libertar do pesadelo da catástrofe atómica e garantir à humanidade um futuro de paz. Com este fim é essencial afirmar, desde já, uma nova concepção de segurança, não mais baseada na corrida armamentista e na sua produção cada vez mais sofisticada e destruidora, mas sobre um sistema de relações políticas de confiança recíproca e de cooperação que associe todos os países, todas as tendências, até mesmo aquelas que são ou julgam ser antagónicas.

Parece-nos também que este é um dos resultados mais originais e fecundos do modo de pensar as relações internacionais inscrito no novo rumo dado por Gorbachov à política soviética e que, na nossa opinião, constitui um impulso de grande força e significado.

Esta grandiosa meta, necessária à sobrevivência e ao futuro do género humano, irá requerer certamente um árduo caminho: seríamos sonhadores caso disso nos esquecéssemos. Mas o primeiro compromisso alcançado testemunha que se trata de um caminho possível.

Devemos transformar esta possibilidade em realidade. Desse acordo poderá desde já derivar uma benéfica influência para as relações leste-oeste no quadro geral das relações internacionais.

De igual modo pode contribuir para a afirmação de um clima de desanuviamento e de cooperação internacional no qual se poderão encontrar soluções políticas e negociar conflitos e tensões presentes em diversas regiões do mundo: da América Central ao Médio Oriente, do Afeganistão ao golfo Pérsico, da África do Sul ao Sudoeste Asiático.

Camaradas,

Nesta era atómica, nenhuma ideologia, nenhum sistema

PCP

Intervenção
de ALESSANDRO NATTA

social, nenhuma perspectiva sairia vitoriosa de um confronto, de uma guerra generalizada.

A paz é uma necessidade absoluta e a procura de coexistência deve constituir o imperativo da política internacional. Mas a dimensão e a interdependência dos problemas que afligem o mundo contemporâneo é tal que não basta a simples convivência; é necessário passar à construção de uma fase superior de cooperação entre todos os Estados e povos do mundo.

Se a paz é indispensável, a cooperação deve ser universal.

A pressão exercida pelos movimentos pela paz na Europa e no mundo, a iniciativa dos países não-alinhados, a entrada em cena de grandes forças, diversas na inspiração e na finalidade, terá seguramente pesado na determinação do compromisso entre os Estados Unidos e a União Soviética. Mas seria um sério erro pensar que o vago está sobre os trilhos e que não nos resta senão confiar nas negociações diplomáticas entre as duas máximas potências. Os obstáculos não se erguem somente sobre a estrada do desarmamento.

Examinemos os acordos pela paz na América Central: respeitados e em vias de execução por parte do governo da Nicarágua, mas seriamente comprometidos pela actuação dos contras que continuam a sabotar e a matar, na tentativa de desestabilizar aquele pequeno e orgulhoso país, contando com financiamentos e protecção de todos os tipos que a Administração norte-americana continua a fornecer em aberta violação de tais acordos.

Examinemos a guerra Irão-Iraque: o Conselho de Segurança da ONU com a Resolução 598 lançou as premissas para a cessação das hostilidades, mas, as águas do golfo Pérsico regurgitam de frotas militares — infelizmente, de navios italianos inclusive! — e as tensões tornam-se cada dia mais fortes e os riscos de alargamento e internacionalização do conflito crescem.

Está aberta dramaticamente e em vias de exarcebção, a fenda que divide o mundo industrialmente avançado daquele que ontem foi o objectivo da dominação colonial e que hoje sofre o fardo não menos pesado da dependência, do subdesenvolvimento, da miséria das massas e da fome.

A contradição Norte-Sul domina a nossa época e o futuro da humanidade não estará assegurado nem mesmo pelo desarmamento caso não venha acompanhado do indispensável esforço de cooperação e de ajuda internacional para que os biliões de habitantes do Terceiro Mundo possam emancipar-se da sua condição de atraso e subdesenvolvimento.

Este e outros graves problemas da actual situação internacional indicam-nos a necessidade de que mais do que nunca se mova e aja paralelamente à diplomacia dos Estados, a diplomacia dos povos, enriquecida pelas batalhas e pelas contribuições dos movimentos de progresso e de paz; a diplomacia dos povos que no empenhamento da esquerda operária e democrática obtiveram e deverão obter ainda maior força de negociação e a máxima determinação.

A luta em prol do desarmamento, do desenvolvimento e da paz deve ser promovida e apoiada em todos os países, segundo as peculiaridades e características próprias da história e dos movimentos efectivos de cada país. Não há dúvida que a dimensão dos problemas que estão diante de cada um de nós — a internacionalização da economia, a interdependência crescente entre os Estados e os povos — tornam indispensável agir hoje com visão e espírito de colaboração supranacionais.

Itália e Portugal ambos são membros da NATO; ambos os países fazem parte da Comunidade Económica Europeia que não é toda a Europa, mas grande parte dela.

Pode suceder que ocorram — e, com efeito, entre o PCI e o PCP ocorrem — avaliações diferentes, particularmente com referência à Comunidade Europeia: mas trata-se de realidades no âmbito das quais somos chamados a actuar.

O PCI, como sabem, não só não põe em discussão a participação da Itália na Aliança Atlântica mas, pelo contrário, luta por uma presença mais activa da Itália e dos outros países europeus, no âmbito do declarado carácter defensivo e nos limites geográficos da Aliança.

Queremos agir para que o interior desta Aliança se trabalhe pelo desarmamento, desanuviamento e cooperação, pela criação de condições de segurança recíproca na relação com o Pacto de Varsóvia, e para que — dentro de uma perspectiva histórica — se possa superar a Leste e a Oeste a lógica militar

e política dos dois blocos e do seu degelo.

No entanto, acreditamos que no interior da Comunidade Económica Europeia se deveria efectivamente agir para que se realize um mais justo equilíbrio entre os países membros, promovendo entre eles uma autêntica solidariedade. Não pode existir comunidade onde os fortes se tornam mais fortes e os fracos mais fracos.

No campo das relações internacionais a CEE deveria trabalhar pela ampliação das trocas com os países do CAME (Comunidade Ajuda Mútua Económica) contribuindo também neste sentido para o desanuviamento, para a segurança do nosso continente e deveria ainda agir — autonomamente e como apoio à obra das Nações Unidas — no sentido de conduzir à própria contribuição para a solução política das crises que exaurem tantas regiões do mundo, nomeadamente a do Médio Oriente, que directamente põe em causa os seus próprios interesses de segurança económica e política.

Julgamos enfim que a CEE tem tarefas e deveres irrecusáveis quanto ao seu apoio a uma política de emancipação do Terceiro Mundo, através da mais intensa cooperação científica e tecnológica, comercial, financeira, agrícola e industrial.

Uma Comunidade Europeia equilibrada que seja uma ponte entre o Leste e o Oeste; que seja promotora do relançamento generalizado da economia mundial e que constitua pólo de referência para o desenvolvimento do Terceiro Mundo: esta é a visão que temos do papel e da função da CEE e é por estes objectivos que nos encontramos empenhados no seu interior.

Naturalmente sabemos bem, camaradas, que a realidade europeia de hoje é muito diversa.

O acordo soviético-norte-americano da dupla opção zero foi enfim recebido com satisfação, mas existem actualmente círculos políticos e ambientes militares que já falam em construção de um pólo nuclear europeu e já solicitam um aumento dos armamentos convencionais.

Alguns países europeus enviaram as suas frotas para o golfo Pérsico na base de que era necessário para garantir a liberdade de navegação.

Mas somente os esforços conjuntos de toda a Comunidade dos Estados podem permitir alcançar estes fins, enquanto as iniciativas militares e unilaterais — tomadas fora da ONU em prejuízo da sua obra de mediação pacífica — apenas podem levar ao agravamento do conflito e ao seu possível alargamento.

A Europa Ocidental e a Comunidade Económica Europeia (no terreno da paz, da cooperação internacional, do desenvolvimento económico e civil) encontram-se ainda distantes da função que deveriam ter e que deverão ocupar caso se consiga modificar profundamente a sua actual orientação.

A batalha pela renovação, pelas reformas sociais e políticas, possui certamente o seu terreno específico em cada sociedade nacional, mas tem hoje a sua composição fundamental na «dimensão europeia»; a renovação das estruturas, a orientação e direcção política da Comunidade que são condições fundamentais para que esta possa actuar dentro deste espírito nesta parte do continente e no mundo.

Decorre disto, camaradas, a «opção europeia» dos comunistas italianos: é opção de um terreno de luta.

Movendo-se a nível europeu divididos e de maneira irregular, as forças de esquerda e progressistas não poderiam confrontar com sucesso os desígnios, as manobras, as políticas das grandes concentrações multinacionais da riqueza e do poder que hoje dominam o Ocidente.

As forças conservadoras não querem caminhar para além do mercado comum, das zonas de livre troca. É a vez das forças de esquerda, com a sua batalha renovadora, de realizarem a unidade e autonomia europeia, caso não se deseje que o destino dos povos que habitam nesta parte do continente permaneça como o destino de subserviência.

Esta exigência requer a procura de denominadores comuns, de convergência na acção, de acordo a nível europeu entre todas as forças democráticas, progressistas e de esquerda. Em nossa opinião isto constitui uma necessidade absoluta para que os valores e as aspirações de que estas forças são portadoras possam afirmar-se na cultura, nas relações sociais, na vida e nas instituições dos diferentes Estados e da Comunidade.

Como se passaram as coisas nestes anos? Como mudar? No início do actual decénio a ofensiva capitalista-liberal em

teoria, neoconservadora nos factos — que tomou corpo nas transformações económicas e culturais — assinalou pontos a seu favor. Sabemo-lo por experiência.

O mesmo sucedeu na Itália onde, nas eleições políticas de Junho passado, o nosso Partido passou de 30% para, aproximadamente, 27%. Não nos furtamos à gravidade deste insucesso. Abrimos um debate público e activo nas nossas fileiras com o propósito de nos confrontarmos com as rápidas e intensas mudanças que nos propõem as sociedades modernas; compreender para nos colocarmos em posição de dirigir os processos e inovações correntes, para imprimir a estes diferentes rumos o sentido de promoção de maior justiça social e de uma efectiva renovação democrática da sociedade.

Mas esta dificuldade não é somente nossa. Neste anos foi ela que marcou o caminho das outras forças de esquerda nos vários países da Europa Ocidental que também conheceram atrasos e insucessos. Tudo isto constitui para nós um estímulo para o confronto e debate com todas as forças da esquerda europeia, num esforço de actualização e modernização da nossa política.

Sabemos que outras forças da esquerda europeia estão comprometidas numa reflexão análoga de percursos feitos, de resultados alcançados, de derrotas sofridas.

A reflexão sobre o passado e o presente entrelaçam-se na procura de estratégias, de direcções, de programas válidos para reconduzir à contra-ofensiva o movimento operário e democrático a fim de se defender do ataque neoliberal e conservador; pela conquista na Europa do pleno emprego, pelo alargamento, eficiência e renovação da base produtiva, pela afirmação dos valores de solidariedade e justiça nas relações sociais, por uma nova relação entre o desenvolvimento e a natureza.

Neste processo de pensamento, de pesquisa crítica, de iniciativa política presente entre as forças da esquerda europeia, já se manifestaram aquisições importantes e se atingiram pontos significativos.

Recordo somente pela originalidade da forma e a audácia do conteúdo o recente documento elaborado pelo Partido Social Democrata da República Federal da Alemanha e pelo Partido Socialista Unificado da República Democrática Alemã, que transcende as relações entre aqueles partidos para enfrentar os problemas, os caminhos, os destinos do socialismo na Europa. Aos comunistas, socialistas, social-democratas, trabalhistas do nosso continente, segundo as peculiaridades próprias às diversas situações nacionais, dentro de uma visão europeia da sua perspectiva, postulam-se as mesmas perguntas, os mesmos problemas, para o presente imediato e para o futuro. Os processos radicais e de reforma dos respectivos sistemas económicos e políticos viabilizados na União Soviética pela «Perestroika» e na China pela linha das modernizações, constituem grandes estímulos para a reflexão, a pesquisa, a acção renovadora de toda a força socialista. Assim se vai definindo um grande caldeirão de ideias, de propósitos, de iniciativas fecundas para que o movimento dos trabalhadores possa dar respostas convincentes e vitoriosas na construção da paz e na luta para que o socialismo avance e se realize como expressão plena da democracia e das liberdades colectivas e individuais. Neste fim de século que se aproxima com os seus gigantescos dilemas, seus nós cruciais e seus desafios exaltantes, estamos convencidos que na Europa, que foi o berço das ideias e da luta do socialismo, todas as forças que em tal objectivo se inspiram, devem procurar as vias para recompor a própria unidade e actuar conjuntamente nesta perspectiva e por estes ideais.

Estas, caros camaradas, são algumas avaliações do nosso Partido que julgamos útil dar-vos a conhecer.

Com vivo interesse ouvimos nestes dias as vossas opiniões e procuramos compreender a vossa experiência. São opiniões e experiências que também no passado seguimos com grande interesse ainda quando não coincidiam com as nossas porque eram e são expressões de uma força da história, limpidas e com profundas raízes como é o vosso Partido, o Partido Comunista Português.

Ao concluir, caros camaradas, renovando-lhes as saudações dos comunistas italianos, permitam-me exprimir os mais calorosos votos para o vosso partido, por sua actividade e seus resultados, no interesse de uma sempre maior justiça para as massas populares, de democracia e de paz para a vossa pátria.

problemas
da paz
e do
socialismo

revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

TABELA DE ASSINATURA

(12 NÚMEROS)

DA REVISTA INTERNACIONAL

Continente	Regiões - Autónomas	Europa	Extra Europa	Países Expressão Portuguesa
550\$00	800\$00	1800\$00	2800\$00	2300\$00

Trabalhadores

Os cinco eixos principais da acção reivindicativa



Na primeira linha, a estabilidade do emprego

Circula nos meios sindicais unitários e entre os trabalhadores a linha principal da acção reivindicativa para o próximo ano. Um recente plenário de federações sindicais, no âmbito da CGTP, definiu os «cinco eixos principais» daquela acção do movimento sindical unitário, de acordo com as decisões do Conselho Nacional da Inter. Pela ordem em que figuram no comunicado sobre a questão, as federações enumeram os seguintes eixos principais da acção reivindicativa para 1988:

«a) A criação de empregos e a defesa e a estabilidade do emprego de acordo com o princípio de que os postos de trabalho estáveis devem corresponder a contratos de trabalho estáveis;

«b) A melhoria do poder de compra dos salários: salienta-se que, a aplicar-se, a política de rendimento do Governo, que se resume ao

que ele próprio chama a «moderação dos salários», significaria novas quebras da parte dos salários no rendimento nacional, nos próximos anos;

«c) A redução da duração semanal do trabalho para um máximo de 40 horas, face aos objectivos bem claros do Governo e do patronato, que, a pretexto da flexibilidade dos horários, pretende, de facto, o seu aumento, apesar de serem os mais elevados na CEE;

«d) A melhoria das condições de trabalho, em particular, as medidas com vista a melhorar as condições de higiene e segurança no trabalho;

«e) O direito à Segurança Social, salientando-se as situações de flagrante e grave injustiça provocadas pelo diploma que altera o regime do subsídio de doença, recentemente publicado, sendo exigida a sua revogação».

Função Pública e Governo discutem revisão salarial

Estão marcadas para amanhã as primeiras reuniões entre a frente comum da função pública e o governo para negociação da revisão salarial para 1988 e de outras reivindicações, como a revalorização das carreiras, a garantia de estabilidade de emprego, a formação profissional, o horário e a duração do trabalho, condições de higiene e segurança.

Havia três anos que os representantes dos trabalhadores da administração central, regional e local exigiam a negociação destas matérias. O Governo apenas acedeu a discutir-las na reunião que teve dia 8 (quinta-feira passada) com a frente comum de sindicatos. Nesta reunião foi definido o calendário para as negociações que, segundo um comunicado do secretariado da frente sindical, deverão ficar concluídas até ao fim deste mês.

Na primeira reunião o Governo propôs 6 por cento de aumento da massa salarial global. A frente, que — recorde-se — reivindicava 13 por cento de aumento da massa salarial, com aumentos de 11,5% na tabela salarial e pensões, 2700 escudos para as ditimidades e 340 escudos para o subsídio de refeição, considera que a proposta do Governo «condiz à diminuição dos salários reais da função pública, por ficar muito aquém dos

valores previstos para a inflação em 1987 (10%) e para 1988 (8% segundo a OCDE); contribui para aumentar as desigualdades salariais entre os trabalhadores da administração pública e os do sector público empresarial; não tem em conta que o salário real da função pública desceu 28% nos últimos 10 anos» (...) e «não garante a participação dos trabalhadores

da administração pública no aumento da produtividade nacional».

Anteontem, à hora a que se encerrava esta edição do «Avante!», estava reunido o plenário de sindicatos da frente comum para «analisar a situação criada pela apresentação da proposta do Governo e definir as orientações centrais para a acção negocial».

Ferrovieiros em Congresso

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários (FSTF) prepara o seu 2.º Congresso do qual, segundo o Sindicato do centro, «nenhum ferroviário se deve alhear». A semelhança das outras duas associações sindicais filiadas naquela Federação, o sindicato dos Ferrovieiros do Centro acentua a importância da eleição dos delegados, que deve fazer-se da forma «mais democrática possível». Em todos os locais de trabalho devem

realizar-se reuniões e contactos, tendo em vista aquela eleição. No congresso serão discutidas e aprovadas «medidas em torno da reestruturação e desenvolvimento da CP». Serão discutidas e aprovadas as linhas de acção federativa no sentido de melhorar as condições salariais, de reforma, redução do horário de trabalho e outras questões de interesse imediato para os trabalhadores ferroviários de todo o País.



Reestruturação da CP: um dos temas em debate

ORT's do SEE Plenário hoje

Começa hoje às dez da manhã, no auditório do CDC do BESCL, à Praça D. Luís (Praça da Ribeira), em Lisboa, o Encontro Nacional dos Organismos Representativos (ORT's) dos Trabalhadores do Sector Empresarial do Estado (SEE) «para analisar a actual ofensiva contra as empresas nacionalizadas».

Como o «Avante!» noticiou no passado dia 8, o plenário destina-se também a aprovar diversas acções dos trabalhadores do SEE que, segundo o Departamento de Informação da CGTP-IN, deverão enfrentar a «campanha de manipulação» e mentira que põe em causa este sector fundamental para o desenvolvimento do País».

Além da análise das eventuais acções a definir, o plenário das ORTs do SEE destina-se a contribuir para a defesa dos direitos dos trabalhadores e a pôr a descoberto os interesses dos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros que se ocultam por detrás da campanha contra as nacionalizações.

Vinha a público, entretanto, segundo elementos divulgados pela CGTP, que a banca nacionalizada e quatro empresas do SEE — Tabaqueira, Cimpor, Portucel e Centralcer — obtiveram, nos últimos anos, lucros no valor de 105 milhões de contos, tendo entregado ao Estado português 313 milhões de contos.

Parante valores desta ordem, é difícil defender que as nacionalizações dão prejuízo e que são um encargo para o Estado — base da campanha das reprivatizações.

Professores definem orientações

Melhorar as condições de trabalho e o sistema educativo

A «intervenção reivindicativa» por melhores condições de trabalho e por melhores salários e o contributo para melhorar o sistema educativo nacional constituem as linhas fundamentais da actividade da Federação Nacional dos Professores para o ano lectivo em curso, de acordo com o documento «Orientações centrais para a actividade da FENPROF em 1987/88» aprovado na reunião de 8 e 9 de Outubro do seu Conselho Nacional.

Dada a extensão e a importância do documento, a FENPROF vai — segundo o dirigente da Federação, Vasco Graça — promover a sua especial divulgação nas escolas e na comunicação social. Servirá também como documento de trabalho numa reunião da FENPROF com o ministro da Educação.

O Secretariado da Federação Nacional dos Professores, por seu turno, reuniu a 7 e 8 deste mês para «coordenar e perspetivar a actividade sindical» da classe e para ultimar a preparação da reunião do Conselho Nacional. No documento que divulgou no final da reunião aquele órgão revela que os sindicatos da FEN-

PROF vão promover várias iniciativas (reuniões, colóquios e seminários) nos próximos meses como contributo para «uma maior participação dos professores na implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo e nas reformas daí decorrentes».

A reunião, por outro lado, «debateu e programou diversas iniciativas em torno dos dossiers presentemente em negociação» com o Ministério da Educação, nomeadamente a estabilização da profissão docente com a respectiva definição de quadros e a reformulação da formação em serviço dos professores do preparatório e do secundário. A FENPROF «reafirma a necessidade de ser definido o novo modelo global de profissionalização», sublinhando que tal definição «não se compadece com a mera introdução de remédios no actual modelo».

«A breve trecho» a Federação pretende iniciar negociações com o ME sobre o estatuto da carreira docente do ensino não superior, a reforma dos currículos, a revisão salarial dos professores na Europa, a gestão democrática, a formação dos professores, a situação dos docentes aposentados e «diversas matérias específicas» do ensino superior, da orientação escolar e profissional, da educação especial e da educação pré-escolar.

Analisadas as condições

em que foi iniciado este ano lectivo, aquele organismo executivo da FENPROF considerou que «a par da resolução de algumas situações de ruptura, subsistem os problemas estruturais e é notório que a contenção das rupturas escolares redundou, em muitos casos, na degradação das condições de funcionamento com a multiplicação das reduções curriculares, das ausências de instalações (gimnódios, canilinas, laboratórios, bibliotecas, etc.), da utilização de edifícios extremamente degradados e já abandonados». A Federação vai propor ao secretário de Estado adjunto do ME uma reunião «para análise das condições de funcionamento das escolas com vista a que sejam adoptadas medidas que melhorem as condições de trabalho e de estudo e a vivência nos espaços educativos».

O Secretariado da FENPROF considerou «justos e realistas» os valores constantes da proposta apresentada ao governo pela frente comum dos sindicatos da função pública, na qual também participa a Federação Nacional dos Professores.

Lisboa reúne delegados sindicais

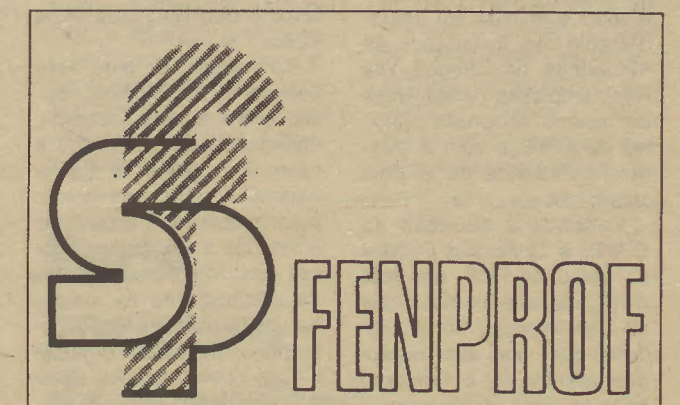
O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa tem marcada para a próxima quin-

ta-feira, dia 22, uma assembleia de delegados sindicais, além de várias reuniões «na maioria das escolas» da região.

Uma nota do SPGL lembra que o Ministério da Educação ficou de entregar até 13 de Outubro — dia em que o SPGL reuniu os seus corpos gerentes — uma proposta para a definição dos quadros de profissionalização de cerca de 30 mil professores da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. O sindicato sublinha que «as negociações que se processam nos gabinetes da Avenida 5 de Outubro só têm real significado se forem o reflexo de uma intervenção alargada dos docentes ao nível das suas escolas».

CERC

A Federação Nacional das CERC pediu para ser recebi-



EFI e Feruni Mil postos de trabalho em perigo

Os trabalhadores da EFI e da Feruni, empresas metalúrgicas com instalações no Porto e em Tróia, concentraram-se na segunda-feira junto à delegação distrital do Ministério do Trabalho, exigindo o pagamento de meio ano de salários em atraso e a manutenção dos postos de trabalho ameaçados. Uma situação irregular mantém-se também na Facar.

A Feruni é uma empresa de fundição e emprega 450 trabalhadores. A EFI produz máquinas e ferramentas e nela trabalham 600 pessoas. Têm a mesma administração, presidida por Eduardo Ferreirinha. Trabalham sobretudo para exportação, facturando cada uma cerca de um milhão de contos por ano. Numa e noutra empresa

«há encomendas de sobra» — de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto. Os problemas também são semelhantes: aos trabalhadores das duas empresas são devidos meio ano de salários e há graves deficiências no aproveitamento da capacidade produtiva instalada por falta de matéria-prima, situação que pode comprometer

os postos de trabalho — acusa o sindicato, culpando o Governo, a banca e a administração.

Federação recebida no Emprego

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) era entretanto recebida, anteontem, pelo titular da pasta do Emprego e Segurança Social. Numa nota emitida no mesmo dia, a FSMMMP esperava desta audiência uma resposta às propostas que apresentou

para «solução dos problemas dos metalúrgicos».

Com o mesmo intuito, a Federação pediu também uma audiência ao ministro da Indústria.

Facar em tribunal

A Facar, empresa metalúrgica de Matosinhos, com salários em atraso, comparecia entretanto no Tribunal daquela localidade para responder por dívidas de meio milhão de contos à empresa alemã Schmolz, que lhe moveu um processo de falência.

Sobre o caso, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto (STIMMDP) fez saber que «talvez a falência não venha a verificar-se», mas de qualquer modo, acrescenta, «o facto de a Facar andar metida nestas andanças demonstra que o ponto chegou uma das mais importantes do conselho de Matosinhos e do distrito do Porto».

Recorde-se que a Facar, que emprega cerca de mil trabalhadores, ainda não lhes pagou (pelos menos não tinha pago até ao passado dia 9, data da nota do STIMMDP) os meses de Julho, Agosto e Setembro, bem como o subsídio de férias deste ano.



«Não há candela que descubra casa!» — comenta a CGTP-IN, a propósito das recentes alterações ao regime de crédito jovem bonificado para aquisição de habitação própria, particularmente o aumento, de 3782\$00 para 4231\$00, da prestação mensal no primeiro ano por cada mil contos de empréstimo. A CGTP-IN recorda que a «taxa de esforço» estabelecida pela Portaria 362/87 equivale a um terço do salário. Assim — denuncia a Central — um jovem que ganhe, por hipótese, 36 mil escudos por mês, só poderá pedir um empréstimo que não ultrapasse 2836 contos. Entretanto, o programa do Governo inclui uma série de promessas para o problema da habitação. Só que, se as promessas são muitas, o crédito é pouco e caro — como comentavam os jovens activistas da União dos Sindicatos de Lisboa, durante a jornada de luta que promoveram (a foto mostra a tenda que os jovens montaram dia 22 de Junho junto à Secretaria de Estado da Habitação como forma de protesto contra tal situação)

FEPCES reuniu Conselho Nacional

A criação e defesa dos postos de trabalho, garantindo a estabilidade do emprego, o aumento dos salários reais, a redução semanal do trabalho, a melhoria das condições de trabalho e a garantia do direito à segurança social e à saúde figuram entre os principais objectivos da acção reivindicativa dos trabalhadores do comércio, escritório e serviços no próximo trimestre e foram definidos na reunião do Conselho Nacional da FEPCES, sexta-feira passada. Este organismo marcou para 5 de Dezembro, em Coimbra, uma reunião nacional de quadros sindicais dos escritórios.

Os dirigentes da Federação dedicaram especial atenção aos problemas dos trabalhadores dos supermercados, sublinhando — de acordo com a nota divulgada após a reunião — as «significativas movimentações de capital» em curso neste subsector do comércio retalhista e chamando a atenção para

que a Associação Nacional dos Supermercados continua a protelar a resposta à proposta reivindicativa que a FEPCES apresentou em 1 de Julho.

Já após a reunião, a Federação exigiu oficialmente ao ministro do Emprego e Segurança Social que «o Ministério trace orientações claras para que a Inspeção de Trabalho passe a intervir com eficácia e em todo o País na reposição da legalidade nos supermercados e centros comerciais».

A Federação aponta os hipermercados Continente e dos supermercados Modelo e Saco Chelo (do grupo SONAE) como estabelecimentos «onde não se aplica a generalidade das convenções colectivas e das leis», acrescentando que idênticas situações existem nas cadelas Inó, Pingo Doce, AC Santos, Expresso e Pão de Açúcar, entre outras.

A FEPCES considera «particularmente repugnante» a exploração de mão-de-obra clandestina nos supermercados e centros comerciais.

O Conselho Nacional da FEPCES «entendeu dever continuar o debate nas suas estruturas e com os trabalhadores no sentido

de esclarecer as razões que deverão levar a CGTP-IN a tomar posse dos lugares a que tem direito no CPSC, com a sua profunda convicção de que tal facto não significará qualquer abdicação dos princípios de classe que norteiam a acção da central sindical dos trabalhadores portugueses».

CGTP-IN — Silêncio na RTP

Motivos fundamentais e graves, pelo que reflectem de sistemática recusa do pluralismo na informação, levaram novamente a CGTP a apresentar queixa contra a direcção da RTP ao Conselho de Comunicação Social.

A Central unitária acusa o conselho de gerência da televisão de «discriminação por parte dos serviços noticiosos daquela emissora». A CGTP, que emitiu sobre o

assunto um comunicado no dia 6 do corrente, destaca a falta de cobertura noticiosa da RTP sobre as comemorações do 17.º aniversário da fundação da Intersindical.

São os seguintes os motivos da queixa apresentada aos CCS pela direcção da CGTP:

«A RTP não cobriu a conferência de imprensa realizada no passado dia 25 de Setembro, destinada a divulgar o seminário «Ambiente e Mundo do Trabalho», integrado nas comemorações do Ano Europeu do Ambiente, em que participavam membros do Comité Económico e Social da CEE, da Escola Nacional de Saúde Pública, da Associação dos Municípios, da Comissão Coordenadora de Aldeadávila, etc.»

«A RTP ignorou pura e

simplesmente, no dia 1 de Outubro, as iniciativas comemorativas do 17.º aniversário da CGTP-IN;

«A RTP não fez a cobertura noticiosa dos trabalhos do primeiro dia do seminário sobre «Ambiente e Mundo do Trabalho», apesar de ter agendado esse serviço, conforme informação que pres- tou ao Departamento de Informação da CGTP-IN. Instada a justificar a mudança de

atitude, a RTP não apresentou um único argumento, refugiando-se no facto consumado».

Recorda-se que ao longo dos anos, têm sido muito frequentes as reclamações da CGTP-IN contra a discriminação dos serviços noticiosos da RTP, sem alterações significativas, apesar das recomendações do Conselho da Comunicação Social.

Trabalhadores

CPFE
Companhia
Portuguesa
de Fornos
Eléctricos

Luz ao fundo do túnel... antes de 19 de Julho

Afinal, eram só promessas!

O assunto teve honras de destaque noticioso durante a campanha eleitoral do PSD, via Governo. Nos órgãos de Comunicação Social, incluindo, naturalmente, a TV, a manobra foi bem encenada e até incluiu imagens de acordos. Finalmente, a Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (CPFE), instalada em Canas de Senhorim, no concelho de Nelas, veria **luz ao fundo do túnel...** Tudo isto antes de 19 de Julho, obviamente. Entretanto, o tempo passou. Os ecos da vitória e da alegria cavaquista deram lugar à realidade. Afinal, eram mesmo só promessas...

Através da Secretaria de Estado da Energia, o Governo PSD/Cavaco Silva notificou agora os credores da CPFE da recusa oficial em colaborar na viabilização da empresa com a (prometida) bonificação do custo de energia eléctrica, «alimento» essencial da CPFE. Esta medida, como sublinha uma nota já divulgada em Vila Real pela Direcção Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP, «significa também um ponto final nas esperanças ainda existentes sobre a possível reabertura das instalações da **Milnorte**, na Régua, encerrada desde 1982, e sobre a entrada em funcionamento das instalações da **Vicominas**, na Campeã, Vila Real, empresas pertencentes ao mesmo accionista principal da CPFE e com a mesma necessidade de energia subsidiada».

Voltando à situação da CPFE, a Comissão Distrital de Viseu do PCP, em nota divulgada aos profissionais da Comunicação Social, salienta que «com esta resolução criminosa, o Governo PSD precipita imediatamente a CPFE ou numa situação de falência ou numa situação de redução de produção e de sectores produtivos, o que terá sempre como con-

sequência, pelo menos, o despedimento de 400 trabalhadores».

PCP não se poupou a esforços

Durante os 11 meses em que tem decorrido o problema da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, o PCP, «como aliás é seu dever, não se poupou a esforços e diligências no sentido de prestar a melhor colaboração possível à causa dos trabalhadores da CPFE», recorda a Comissão Distrital de Viseu.

Com efeito, durante esse período, o PCP tomou posição activa sobre o problema, divulgando comunicados e notas aos órgãos de Comunicação Social, avançando para iniciativas e entrevistas (como fez a Comissão Distrital) junto de representantes da administração da empresa, de entidades governamentais, de vários organismos e outros partidos políticos, realizando intervenções, diligências e requerimentos do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República, etc.

«Ainda hoje», informa a

Distrital do PCP, «se encontra sem resposta o requerimento dirigido em 26 de Agosto deste ano por deputados comunistas ao Governo para saber quais as garantias que dava à eventual viabilização da CPFE sem qualquer despedimento». Um silêncio que compromete o Governo e que é significativo quanto à maneira de actuar dos homens de Cavaco...

A vida mostra... e confirma

Hoje, mesmo os mais «distráidos», mesmo os mais confiantes na acção de Cavaco e do seu Governo, confirmam o erro em que caíram. «A dolorosa realidade que hoje temos pela frente» — refere a Distrital do PCP — «está a demonstrar mais uma vez que o PCP tinha razão quanto aos alertas e advertências que sempre lançou: as promessas e até os parabéns transmitidos pelo Governo PSD ou pelos seus deputados deste distrito aos trabalhadores da CPFE, consistiram sempre em traiçoeiras e demagógicas manobras eleitoralistas».

Hoje, mesmo os mais «distráidos», mesmo os mais «confiantes», confirmam o erro. Cavaco, o Governo, os candidatos a deputados quiseram apenas caçar votos de muitos trabalhadores da empresa e suas famílias. Desde o primeiro minuto que a intenção não foi resolver os problemas da CPFE e o futuro de quem lá trabalha.

A política de Cavaco Silva e do seu Governo é abertamente contra os interesses e direitos dos trabalhadores e



das camadas mais desfavorecidas da população. E é abertamente a favor dos lucros e dos interesses especulativos do grande capital, dos grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros, como acentuam os comunistas de Viseu.

A vida mostra e confirma esta realidade em cada dia que passa. Não apenas com o «caso CPFE»...

Demagogia e caridade

Como assinalam os comunistas de Viseu, «não foi apenas durante a campanha eleitoral que as promessas e afirmações do PSD foram demagógicas. Continuam a sê-lo agora. Temos como exemplo a **desculpa** dada pelo Governo para não subsidiar a energia eléctrica da CPFE (os acordos internacionais e designadamente os da CEE não permitiriam «intervenções estatais que ve-

nam distorcer as condições de concorrência»), a qual falha por completo se tivermos presente que o preço da energia eléctrica em Portugal para a produção do silício metel e ferro silício é o mais alto dos países ocidentais (1,5 a 2,1 vezes superior aos valores praticados em França, Inglaterra, Itália e Espanha, por exemplo)».

Misturando demagogia com caridade insultuosa, o Governo de Cavaco vai ainda mais longe quando promete um programa de emergência para auxiliar os cerca de 400 trabalhadores da Companhia condenados ao desemprego pelas entidades envolvidas, seja qual for a solução final. A propósito, sublinha a Distrital de Viseu do PCP:

«Esmolas ou apoios que eventualmente se vierem a verificar não restituirão a ninguém postos de trabalho, segurança, estabilidade no futuro, nem salvarão a grave fe-

rida que se abre na economia local e nacional».

Não confiar mais em falsas promessas

Depois de garantir que «dentro das medidas ao seu alcance», o PCP tudo continuará a fazer para apoiar a causa dos trabalhadores da CPFE e dos canenses em geral, a Comissão Distrital do Partido salienta a importância das acções de luta e protesto a desenvolver pelos trabalhadores da empresa «nestas escassas horas ou dias que faltam para o encerramento do processo», e lembra:

«Tal como o PCP alertou anteriormente, e a vida tem mostrado cabalmente ser verdade, os trabalhadores da CPFE não devem confiar mais nas promessas de todos aqueles que já demonstraram desprezo aos seus direitos e deles só pretendem o seu voto. Também não devem, como a realidade tem provado, deixar-se adormecer por ilusões que não só os podem desviar do justo caminho da luta, como podem alimentar atitudes de falsa expectativa, imobilismo e passividade, face às graves e crescentes ameaças que sobre eles têm pesado».

E a concluir:

«Se assim o entenderem, será importante para o desfecho final deste processo que os trabalhadores não se limitem a esperar pelo dia 15 de Novembro (data da decisão do tribunal) para dar uma prova pública da sua unidade, firmeza e determinação, na defesa dos seus postos de trabalho e da sua empresa».

CPFE, Milnorte, Vicominas

«Qualquer subsídio representa uma violação aos acordos»?...

Qualquer subsídio representa uma violação aos acordos da CEE, em termos de concorrência de preços.

O argumento é do Governo Cavaco e o comentário que publicamos já de seguida é da DORT (Direcção Regional de Trás-os-Montes) do PCP:

A CEE, para além de ter dado uma machadada no desenvolvimento regional, ao impedir o arranque da exploração dos ferros de Moncorvo, integrado no **Plano Side-rúrgico Nacional**, serve agora de pretexto para impedir a viabilização de empresas de interesse regional e até nacional.

É pena que o Governo de Cavaco Silva, de espinha curvada aos ditames dos monopólios europeus, não exija da CEE o mesmo rigor (?) que impõe ao seu próprio País no cumprimento das normas comunitárias.

Por exemplo, sendo Portugal o maior produtor de volfrâmio da CEE e importando a Comunidade 78% do volfrâmio que consome, sucede

que a CEE continua a não consumir a produção portuguesa, optando por países terceiros. Ora, de acordo com o clausulado do Tratado de Adesão, impunha-se por

Não é bem assim. Os senhores já leram o artigo 92 do Tratado que institui a CEE?

parte da Comunidade a adopção de medidas limitativas e temporárias contra a importação de volfrâmio proveniente de fora da CEE e a aplicação de cláusulas preferenciais em relação ao nosso país. A cumprirem-se estas regras comunitárias, resolver-se-iam os problemas das minas da **Borralha**, **Vale das Gatas** e outras minas trans-

montanas, encerradas há quase dois anos. Mas o Governo de Cavaco Silva não só é pouco exigente como não explora capaz e suficientemente as próprias «aberturas» das normas comunitárias, que prevêem excepções para a regra geral de proibição de apoios a indústrias. É que a **Milnorte** e a **Vicominas** (empresas vítimas da mesma medida que afecta a

CPFE: a negação do subsídio para a energia) cabem bem nessas excepções.

De facto, estabelece-nos no artigo 92 o Tratado que institui a CEE: **Podem ser considerados compatíveis com o Mercado Comum — a) Os auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico de regiões em que o nível de**

vida seja anormalmente baixo ou em que exista grave situação de subemprego.

Se os distritos de Vila Real e Viseu não cabem nessa situação, onde estão as regiões da CEE onde se pode aplicar tal salvaguarda?

Mas, mais se estabelece na alínea c) do mesmo artigo que são igualmente compatíveis «os auxílios destinados a facilitar o desenvolvimento de certas actividades ou regiões económicas quando não alterem as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum». O que é o caso da metalurgia do silício, instalada numa zona deprimida, consumindo matérias-primas da própria região. Perguntamos nós: será que as indústrias europeias pagam a energia eléctrica, fuel, gás, óleo ao preço da indústria portuguesa? É o Governo de Cavaco Silva mais papista que o Papa?

Gazina encerrou

O encerramento da **Gazina** e o lançamento no desemprego de mais de 130 trabalhadores é o resultado da política de direita seguida pelo Governo Cavaco Silva/PSD, que apenas tem em conta os interesses dos capitalistas e não hesita em retirar o pão a quem trabalha — acusa a Comissão Concelhia da Amadora, num comunicado em que toma posição sobre o encerramento desta empresa do Sector Empresarial do Estado, conhecida pelo fabrico de material de queima (fogões e esquentadores), com nome prestigiado no mercado nacional.

Já há vários anos, lembra a Concelhia do PCP, que o accionista maioritário (a Sociedade Financeira Portuguesa) e os governos desprezavam a empresa, «deixando-a degradar constantemente, face aos crescentes encargos financeiros e ao não investimento necessário (só assim se compreende o capital social de 7 mil contos, o mesmo desde há muitos anos)».

No comunicado divulgado no passado dia 8, os comunistas da Amadora sublinham: «A empresa é viável e rentável, sempre manteve uma boa carteira de encomendas e um mercado assegurado, sendo isto reconhecido não só pelos trabalhadores, mas pelos próprios clientes e administração, que foi afastada por ter apresentado uma proposta de viabilização da empresa.»

«Os trabalhadores apresentaram ao longo do processo», acrescenta o comunicado, «muitas propostas de resolução dos problemas no quadro do saneamento financeiro da empresa, que passava pelo faseamento do pagamento das dívidas (segurança social, fundo de desemprego, EDP, entre outras) e por linhas de crédito bonificado para alguns investimentos de maquinaria e compra de matéria-prima. A essas propostas sempre fizeram orelhas moucas os accionistas e o Governo. O objectivo era acabar com a empresa, obedecendo a um plano que visa entregar ao capital privado (português ou estrangeiro) a chamada **linha branca**, que também é produzida na Fundação de Oeiras, empresa do SEE».

PCP

PCP mostra a realidade do distrito de Aveiro

Passadas as eleições e contradizendo as promessas eleitorais de Cavaco Silva/PSD e a propaganda governamental, a situação social que se vive no distrito agrava-se, as camadas mais desfavorecidas mantêm as dificuldades e os grandes problemas agudizam-se — sublinha a Comissão Distrital de Aveiro do PCP na resolução aprovada no último sábado na sua reunião plenária.

Mais do que constatar ou enumerar factos, os comunistas vão mais longe na sua análise e caracterizam com diversos elementos de viva actualidade o ponto da situação no distrito, mostrando o que de mais relevante se passa nas **empresas**, nos **campos**, na **pesca artesanal**, no **ensino** e nos **serviços hospitalares**.

Os problemas da defesa do ambiente, o **movimento sindical** unitário, problemas e lutas das **populações** e a situação nas **autarquias**, a acção da juventude e a luta pela **Paz** mereceram também da parte da Distrital do PCP, reunida em plenário pela primeira vez após as eleições de 19 de Julho, uma atenção especial, como se denota na extensa resolução aprovada.

Para além da situação social e política, aquele organismo de direcção debateu questões do reforço e melhoramento da actividade do Partido e perspectivou diversas iniciativas, nomeadamente já para Outubro e Novembro.

Recuperar a posição perdida

O documento aprovado abre com um comentário à «nova situação» criada após 19 de Julho no país e no distrito, onde o Partido perdeu o deputado que vinha sendo eleito para a AR sucessivamente desde 1979.

Os comunistas aveirenses consideram essa situação «como transitória» e estão firmemente dispostos «a reforçar toda a sua acção no sentido de recuperar a posição perdida, tanto mais que largos sectores da população entendem que a não eleição de um deputado comunista é uma perda para a defesa dos interesses do distrito».

Mais adiante, a Distrital do PCP lembra que, embora importante, a luta parlamentar é apenas uma das formas de intervenção dos comunistas na defesa dos interesses dos trabalhadores e da população em geral, observando de seguida: «Continua a ser

possível a intervenção parlamentar dos comunistas em relação aos problemas do distrito, já que o PCP dispõe de um importante Grupo Parlamentar na AR. Ao contrário do que alguns procuram fazer crer, o GP do PCP continua a ser na Assembleia da República o melhor e mais fiel intérprete dos interesses e aspirações da população do distrito».

O exemplo da agricultura

A situação nas empresas, como já referimos, é um dos pontos desenvolvidos pela Distrital do PCP. «Mantém-se a elevada taxa de desemprego» e «em alguns sectores onde se verifica uma ligeira melhoria na ocupação dos postos de trabalho (indústria corticeira, calçado, confeccções e sectores da metalurgia) observa-se que esses postos são quase exclusivamente ocupados por trabalhadores em situação precária e muito precária — contratos a prazo, trabalho à peça e por empreitada. Pior ainda é que estas e outras formas de trabalho precário têm tendência a generalizar-se por todos os sectores em todo o distrito», alerta o PCP.

A grave situação que se vive na agricultura, a que se veio juntar o recente aumento injustificado do preço do gasóleo, é assim descrita pelos comunistas de Aveiro:

«Nem o facto de este ser um ano de boas colheitas diminui as preocupações dos

agricultores a braços, entre outros, com o problema do escoamento dos produtos, particularmente do vinho.

«São numerosas as dificuldades na obtenção de créditos e subsídios para a lavoura, inclusive os tão apregoados fundos da CEE, que continuam a ser quase exclusivamente canalizados para os grandes grupos económicos.

«Mantém-se sem efectivo combate as doenças no gado, designadamente a peripneumonia que regista evolução preocupante. O crédito conhece novas e inaceitáveis restrições. Permanece a exigência das guias de trânsito, repudiadas pelos produtores de gado.

«Por outro lado e para muitas regiões do distrito, particularmente fustigadas pelos incêndios do último Verão, mais notória se torna a falta de medidas concretas do Governo, contrariando o que tanto se propagou para seu combate e prevenção, bem como a falta de apoio efectivo às populações e agricultores atingidos.

«A próxima ofensiva legislativa, que o Governo Cavaco Silva prepara, expressa em alterações gravosas às Leis do Arrendamento Rural e dos Baldios, pelos prejuízos e contradições que inevitavelmente provocará, será um factor de união e mobilização para os agricultores do distrito de Aveiro, em defesa dos seus interesses. É neste contexto que ganha particular acuidade o papel das suas organizações unitárias, o seu reforço orgânico e a sua acção reivindicativa.»

Comemorar a Revolução de Outubro

No capítulo dedicado ao reforço do PCP no distrito, o

documento sublinha a dado passo:

«Constatando que a luta ideológica se trava quotidianamente em todos os campos de actividade dos comunistas e das organizações do Partido interessa contudo destacar a importância que assume nesta perspectiva a comemoração do 70.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro, cuja evolução permitirá realfirmar a actualidade e o dinamismo dos ideais do socialismo e do comunismo, ideais que surgem como elemento propulsor das mais profundas transformações políticas e sociais verificadas no Mundo.

«A CDA do PCP regista desde já a realização, no distrito, de onze acções comemorativas do aniversário da Revolução de Outubro e apela à participação nas mesmas. Também nos próximos tempos se reveste da maior importância a preparação e a participação nas realizações centrais do PCP que se anunciam.

«O mês de Outubro marca o início dos trabalhos preparatórios do XII Congresso do PCP a realizar no primeiro semestre do próximo ano. A CDA do PCP exorta todas as organizações e militantes do Partido a debruçarem-se sobre a situação e problemas do distrito e da sua população, sobre a actividade das organizações de massas e sobre todos os aspectos da acção e vida do Partido mas sem que daí resultem fenómenos de enconchamento.

«Simultaneamente à preparação do Congresso do PCP, os comunistas do distrito saberão assumir as suas responsabilidades no combate à política de direita do Governo, desenvolvendo com confiança todas as tarefas impostas pela defesa dos interesses dos trabalhadores e da população.

Nova estrutura orgânica em Leiria

Um recente plenário da Direcção Regional de Leiria (DORLEI) do PCP aprovou uma nova estrutura orgânica que, apostando na descentralização do trabalho de direcção, possibilitará melhorias significativas em toda a actividade do Partido, reforçando a ligação dos militantes comunistas às massas, às realidades e aos problemas do distrito de Leiria.

Simultaneamente, o plenário da DORLEI decidiu convocar para **28 de Novembro** próximo a Assembleia extraordinária da Organização Regional, cujos pormenores de realização (local, funcionamento, participação, etc.) serão brevemente definidos e depois aqui divulgados nas colunas do Avante!

Açores Plenário da DORAA

Inicia-se amanhã em Ponta Delgada uma reunião plenária da DORAA do PCP, que se prolonga até domingo e que foi preparada pelo Executivo daquele organismo de direcção, reunido recentemente na Horta. Aí foi analisada a situação política nacional e regional, além de outros aspectos relativos ao funcionamento e à actividade partidária na Região Autónoma dos Açores.

Nesse âmbito, o Executivo da DORAA do PCP procedeu a um exame atento às questões que se prendem com a preparação e discussão do Plano e Orçamento de 88, a revisão constitucional e a autonomia, o reforço da unidade entre as forças e sectores democráticos, a situação económica e social e vários factos políticos relevantes na vida regional.

Porto Encontro de quadros

Convocado pelo Executivo da DORP, vai realizar-se no próximo **sábado**, dia 17, um encontro regional de quadros do Porto sobre «o trabalho nas autarquias locais e associações populares, e a luta e o trabalho para a resolução dos problemas das populações», como refere um **telex** da DORP que chegou até nós.

Dos objectivos essenciais deste encontro, que decorrerá a partir das 15 horas no CT da Boavista, na cidade do Porto, destacam-se o balanço da situação no sector,

o aprofundamento da discussão das principais questões autárquicas e da esfera local e regional, a definição de orientações fundamentais e tarefas imediatas nesta frente de trabalho.

Está prevista a participação de camaradas das Comissões Concelhias e de Freguesia, eleitos nos vários órgãos autárquicos (CMs, AMs, JFs e AFs) e de militantes comunistas ligados às associações populares (CMs, colectividades e outras organizações).

Presença na Festa do «Drapeau Rouge»

Realizou-se nos dias 10 e 11 de Outubro, em La Louvière, região industrial na zona francófona da Bélgica, a Festa do «Le Drapeau Rouge», órgão central do Partido Comunista da Bélgica.

O nosso jornal esteve presente com um pavilhão e o PCP fez-se representar através do camarada **Martins Coelho**, membro do Comité Central.

De Oeiras a Évora

Barcarena, Oeiras, Paço de Arcos e Algés são alguns dos pontos de partida para excursões da organização de Lisboa do PCP, com destino à Conferência da Reforma Agrária, no próximo dia 25. Das três primeiras localidades referidas a partida é às 7 horas da manhã e de Algés uma hora mais tarde.

A viagem custa 700 escudos e a chegada está prevista para as 21 e 30, informa a Comissão Concelhia de Oeiras do PCP.

Braga

Está marcada para amanhã à noite uma reunião de quadros dos concelhos do interior do distrito de Braga (Vila Verde, Amares, Vieira do Minho, Terras do Bouro, Póvoa de Lanhoso, Celorico e Cabeceiras de Basto). A iniciativa decorrerá a partir das 21 e 30 h, nas instalações do Centro de Trabalho do Partido em Braga.



Na Ria de Aveiro constata-se o agravamento da poluição química e bacteriológica, como consequência das descargas descontroladas de efluentes industriais, sobretudo nos rios Caima e Vouga e de efluentes urbanos praticamente em toda a extensão da Ria — refere a Comissão Distrital de Aveiro do PCP

PCP

Loures

Situação política, tarefas e trabalho autárquico em debate

A situação política e as tarefas do Partido fazem parte da ordem de trabalhos do plenário concelhio de quadros do PCP de Loures, a realizar já no próximo sábado, dia 17, em Sacavém.

Dos temas em agenda para a reunião, que contará com a presença do camarada **José Casanova**, membro da Comissão Política do Partido, consta também o trabalho autárquico, incluindo os seguintes temas:

- **Divisão administrativa do concelho** — ponto da situação e perspectivas de desenvolvimento;

- **Debate sobre os traços gerais para os planos de actividade e orçamentos do Município e das Juntas de Freguesia.**

Na convocatória dirigida pelo secretariado concelhio do PCP aos membros da Comissão Concelhia, organismos de direcção de zona, comissões de freguesia e locais, secretariados de células de empresa e eleitos nos órgãos autárquicos, salienta-se que «estamos num período crucial para prepararmos devidamente planos de trabalho, quer a nível autárquico, quer a nível do Partido visando o seu reforço».

O plenário está marcado para as 15 horas no Centro de Trabalho de Sacavém.



A divisão administrativa do concelho (ponto da situação e perspectivas de desenvolvimento) será um dos temas em foco no plenário de quadros do concelho de Loures, a realizar no próximo sábado em Sacavém

Concelhia de Évora em acção!

• 2.ª Assembleia marcada para 22 de Fevereiro de 1988

A realização de um plenário do Sector Intelectual (hoje, de uma conversa com jovens para levantamento de problemas, sugestões e propostas (amanhã) e de um plenário de eleitos comunistas nas freguesias urbanas e rurais do concelho (sábado) conta-se entre as decisões tomadas pela Comissão Concelhia de Évora do PCP, que esteve reunida no passado dia 8.

Aquele organismo de direcção procedeu a uma análise da situação política decorrente das eleições de 19 de Julho e da sua incidência no concelho e tomou um conjunto de medidas para o reforço da organização e da actividade do Partido.

Como áreas prioritárias de trabalho, «que irão permitir um melhor conhecimento da realidade concelhia e das aspirações dos trabalhadores e da população», foram apontadas a frente do Poder Local e a obtenção de uma grande vitória da CDU nas eleições autárquicas de 1989, a frente sindical e laboral e o desenvolvimento da luta, a questão do desenvolvimento económico e social (indústria, agricultura, serviços), o trabalho com a juventude e a terceira idade, a nível da habitação, saúde e ensino no concelho.

«O aprofundamento das questões orgânicas e ideológicas e uma política dinâmica de diálogo e unidade democrática», acrescenta a Concelhia do PCP, «são outras importantes direcções de

trabalho, que se inscrevem já na preparação da 2.ª Assembleia da Organização do PCP no concelho», convocada para 22 de Fevereiro de 1988.

Depois de caracterizar o programa do Governo Cavaco, a concelhia do PCP mostra com exemplos concretos como as promessas eleitorais do PSD foram apenas uma forma demagógica para obter um resultado eleitoral favorável que criasse «as condições necessárias para que a direita pusesse em prática, com o colaboracionismo do PS, a sua política classista assente no princípio da privatização (concentração capitalista) e da exploração das classes e camadas laboriosas».

Alastra o trabalho precário

Os exemplos «são já muitos». Em relação ao concelho de Évora, vejamos apenas alguns aspectos:

«Correm sério risco de destruição 23 UCP's/Cooperativas, que ocupam cerca de um terço da área de explorações e mais de um terço da mão-de-obra rural; pesa ameaça de ruína a médio prazo sobre mais de 60 por cento dos agricultores; as 418 habitações da Malagueira continuam abandonadas e o Parque Industrial de Évora encontra-se no marasmo e sob a ameaça do Governo. A taxa de desemprego mantém-se atingindo sobretudo jovens e mulheres. Alastra o trabalho precário.»

Durante o mês de Novembro terá lugar um conjunto de plenários da CDU com as populações dos bairros e de freguesias rurais para levantamento de carências e propostas, divulga a Concelhia do Partido.



O Partido e o trabalho de massas

Encontro de quadros em Lisboa

Foi marcado para 7 e 8 de Novembro um encontro de quadros da Organização Regional de Lisboa (ORL) subordinado ao tema «o Partido e o trabalho de massas na situação política actual».

Está prevista a participação de cerca de 1200 camaradas, membros de organismos de direcção e militantes integrados nas várias frentes de trabalho de massas.

A realizar na Voz do Operário, em Lisboa, o encontro terá o seguinte horário e método de funcionamento:

Dia 7 (sábado) — 10 h — abertura em plenário com intervenção a salientar os objectivos do encontro. A seguir, trabalho em três secções: o trabalho nas empresas, o trabalho local e o trabalho junto da juventude.

Dia 8 (domingo) — o encontro funcionará todo o dia em plenário.

Oportunamente daremos aos nossos leitores mais pormenores sobre a realização e objectivos desta importante iniciativa da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Quotas

Campanha em Coimbra

Decorreu no início do mês no distrito de Coimbra uma campanha de recolha de quotas, que abrangeu 11 dos 17 concelhos do distrito.

Esta iniciativa atingiu os objectivos anteriormente definidos, quer no que diz respeito às quantias recebidas, quer ao número de camaradas que pagaram quotas por concelho, alguns dos quais pela primeira vez este ano.

Tendo em conta os bons resultados obtidos na maioria dos concelhos e constatado o facto de alguns não terem conseguido plenamente os objectivos pré-determinados, foi considerada a necessidade de repetir todos os meses esta campanha de recolha de quotas e de contactos com os membros do Partido, até ao fim do ano.

Plenário em Porto Salvo

Temas relacionados com a organização e a situação política e social foram agendados para debate na reunião plenária dos comunistas de Porto Salvo, Ribeira da Lage e Vila Fria (concelho de Oeiras), marcada para o próximo sábado, dia

17, no Centro de Trabalho do Partido, em Porto Salvo.

O camarada **Manuel Pedro**, membro do Comité Central também participará nesta reunião, que decorrerá a partir das 15 horas, conforme nos informou o executivo de Porto Salvo.

Hospital de Ovar ameaçado

Comunistas tomam posição

No início de Setembro foi publicada uma portaria conjunta dos Ministérios das Finanças e da Saúde visando a extinção de importantes serviços prestados por 23 hospitais do País. Ovar está nessa lista, mantendo-se a ameaça sobre os serviços de ortopedia, otorrinolaringologia e oftalmologia, o que representa «graves consequências para a população do concelho e da região» que recorre em grande número àqueles departamentos do hospital. Tomando posição sobre o assunto, a Comissão Concelhia de Ovar do PCP recorda que a ameaça de extinção daqueles serviços hospitalares surge «apesar de todas as promessas anteriores feitas às autarquias e a outras entidades concelhias».

E acrescentam os comunistas de Ovar:

«Com medidas deste tipo o Governo PSD, através da sua ministra, mais não parece querer que desmembrar os serviços hospitalares, centralizar a assistência médica, favorecer a medicina privada e acabar com o Serviço Nacional de Saúde.

«Convém não esquecer que se aqueles serviços forem fechados os doentes terão que ser enviados para

outros hospitais fora do concelho.

«A pouco mais de dois meses após as eleições de 19 de Julho, não era destas coisas que a população estava à espera.»

Mais adiante, a Concelhia do PCP comenta:

«Não será certamente desta forma que se melhorará as condições de vida e saúde do povo de Ovar, como foi prometido durante a campanha eleitoral.

«Mas, e falemos francamente, será que o Governo PSD é capaz de fazer algo de diferente?

«A Comissão Concelhia de Ovar do PCP não ignora as graves deficiências de que enfermam as especialidades referidas no hospital do concelho. Mas, o que se deve fazer é melhorá-los e não liquidá-los, como quer o Governo.

«Por isso, apelamos à população, às autarquias, a todas as entidades e forças sociais concelhias para que se pronunciem contra a liquidação dos serviços, pela sua manutenção e pela tomada de medidas conducentes à sua melhoria, pois só desta forma será possível evitar uma medida profundamente atentatória do direito à Saúde, constitucionalmente consagrada.»

Juventude

JCP alerta Governo não cumpre Lei das Associações de Estudantes

A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES) da JCP, em nota divulgada no início da semana, alerta para o facto de o Governo não estar a cumprir a Lei 33/87, publicada no «Diário da República» a 11 de Julho.

Apesar da Lei obrigar a uma «consulta prévia às Associações de Estudantes para efeitos de regulamentação», num prazo de 90 dias, o Governo não contactou até ao momento as Associações nem lhes enviou ainda «qualquer anteprojecto regulamentador».

Não está igualmente a ser cumprido o direito atribuído pela mesma Lei às Associações de Estudantes do Ensino Secundário, de «pagamento de subsídio anual de 75% das contribuições pagas pelos estudantes para

as actividades circum-escolares». A Lei aprovada pela AR atribui um prazo de 30 dias após o início do ano lectivo, ou seja até ao próximo dia 21 de Outubro, para o pagamento do referido subsídio, mas «até hoje os Conselhos Directivos das escolas (entidades que até agora têm administrado aquelas verbas) não receberam qualquer informação do MEC a este respeito».

Em face à situação criada a JCP coloca algumas perguntas: «Será que o Gover-

no não tenciona, como lhe compete, ouvir as Associações de Estudantes no processo de regulamentação da Lei 33/87?

Pensa o Governo ignorar o vasto conjunto de direitos que esta Lei atribui aos estudantes, através das suas Associações?

De que está o Governo à espera para determinar o pagamento dos subsídios que são devidos às Associações de Estudantes do Ensino Secundário, já constituídas?»

A CNES da JCP alerta os estudantes das escolas secundárias e as Associações de Estudantes para exigirem o imediato cumprimento dos direitos «de participação, de opinião, de representação e

de iniciativa» consagrados nesta lei.

JCP distribui na Madeira «carta dos direitos do estudante»

A JCP distribuiu na passada segunda-feira aos alunos das escolas secundárias da Região Autónoma da Madeira a «carta dos direitos do estudante».

Aquela carta consagra, entre outros aspectos, que «todo o estudante tem direito a uma formação escolar digna, à formação cultural, ao primeiro emprego, a saídas profissionais e ao associativismo e à participação na vida da escola, quer através de iniciativas próprias como as associações e as comissões, quer na participação na gestão da escola, integrando os conselhos directivo e pedagógico».

Em comunicado distribuído conjuntamente com a referida carta, a Juventude Comunista da Madeira considera que «a constituição de associações de estudantes é um passo decisivo para a participação estudantil na vida da escola» e critica a Secretaria Regional da Educação que «sempre se opôs à constituição da associações de estudantes, tendo sido a própria Lei 33/87 que pôs fim à prepotência daquela Secretaria».

A JCP critica também a JSD por «nunca se ter insurgido contra a proibição, remetendo-se a um silêncio cúmplice».

Poder Local

Eleições no Fundão

No próximo domingo a população do concelho do Fundão vai às urnas para eleger uma nova Câmara Municipal, escrutínio inevitável após a queda, há uns meses, do anterior executivo (da responsabilidade do PSD, CDS, PS e PRD), na sequência de um acervo de ilegalidades e negociatas que fizeram o belo município beirão «subir» aos noticiários nacionais. Trata-se, evidentemente, de um acto politicamente importante, como afirma a CDU, única força concorrente que não tem nada a ver com as irregularidades que provocaram estas eleições antecipadas.

«Longo cortejo de atropelos à lei, negociatas construídas à sombra do município, desprestígio do Poder Local, vergonhosa e desprestigiante situação em que colocaram o Fundão aos olhos do País», eis algumas das acusações feitas pela CDU ao executivo camarário anterior. E pergunta a Coligação Democrática Unitária do Fundão: Como foi possível chegar a esta situação? A resposta dá-a ela própria, pormenorizando as acusações:

«Não vale a pena iludir as questões. O concelho do Fundão está a pagar a factura da incapacidade política dos partidos que foram o suporte do anterior executivo. Se o PSD, o CDS e o PS, pelos papéis que desempenharam na «crise», assumem a maior quota de responsabilidades na degradante situação a que se chegou, também o PRD não deve ser desculpabilizado, pela sua inoperância em travar o triste espectáculo que a Câmara, em globo, ofereceu a este País.»

«Eles não serviram — mas serviram-se; eles colocaram, acima dos interesses do concelho, os seus vícios privados; eles não lutaram pelo desenvolvimento e pelo progresso — mas fizeram da Câmara um feudo de clientelas.»

Sublinhando que «a memória destes factos não é fácil de apagar», a CDU recorda o papel que teve na denúncia das irregularidades e a importância de eleger um seu representante no executivo:

«A CDU, na Assembleia Municipal, teve um papel preponderante na denúncia destas situações e a ela se deve a primeira posição pública sobre a gravidade dos problemas existentes na Câmara.

«Os factos mostram que a eleição de um vereador da CDU é essencial, não só para o reforço do Poder Local, mas, ainda para o progresso e desenvolvimento do nosso concelho.

«No dia 18 de Outubro, a opção é votar naqueles que, de alguma forma, darão continuidade à situação anterior, ou na CDU que tem, no Poder Local (e na Assembleia da República) um crédito de prestígio, pelo trabalho realizado.»

E termina, apelando: «É indispensável concentrar votos na CDU!

«Só a CDU pode ser, na Câmara que sair das próximas eleições, a voz diferente que lute pelo progresso e desenvolvimento do concelho do Fundão, evitando que o Poder Local se transforme, novamente, num terreno baldio de negociatas e compadrios.»

Macinhata do Vouga

Também vai haver eleições antecipadas na Freguesia de Macinhata do Vouga, concelho de Águeda, na sequência da demissão colectiva de todos os membros da Assembleia de Freguesia provocada pelas desavenças entre o presidente da Junta (CDS) e o presidente da Assembleia de Freguesia. Concorrem a este acto eleitoral listas da CDU, PSD, PS e CDS.

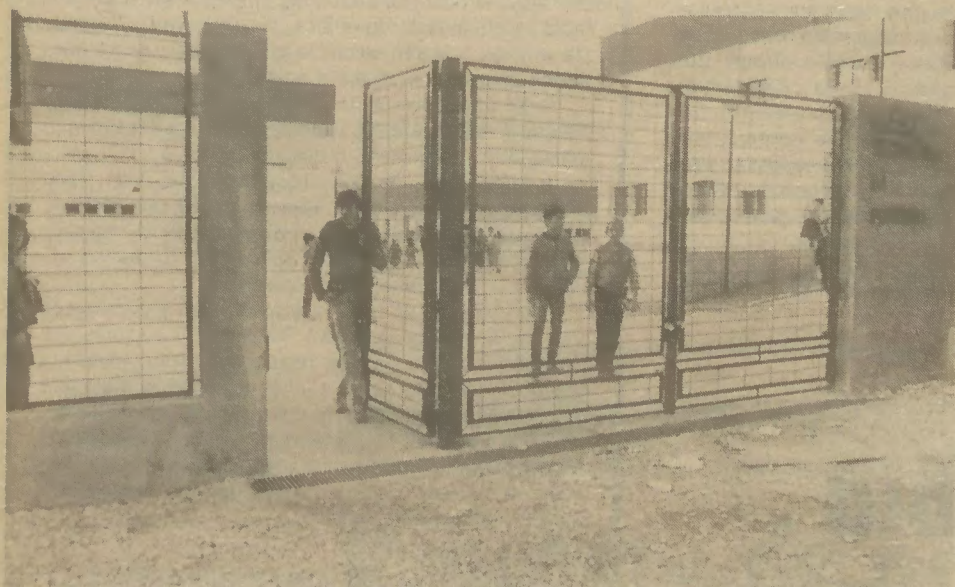
Segundo a CDU local, «Tudo isto acontece porque as pessoas que foram eleitas em 1985 (do PS, PSD e CDS), não foram capazes de se entender, colocando à frente do progresso, do trabalho colectivo, da resolução dos problemas, interesses mesquinhos, levando à queda da Junta e Assembleia de Freguesia.»

Explicando a sua candidatura, a CDU afirma:

«Tendo concorrido sempre como APU, desta vez aparecemos com uma nova sigla e símbolo que é a CDU, legítima herdeira do trabalho, honestidade e competência da APU. Vamos concorrer a estas eleições, com uma lista composta por gente competente, empenhada em contribuir para a melhoria das condições de vida da nossa terra.

«A anterior Assembleia de Freguesia não cumpriu com as obrigações que tinha para com o povo. Esta atitude não está desligada do facto de não existirem eleitos da CDU.

«Não somos salvadores de ninguém, nem conseguiremos fazer milagres. O que temos é consciência de que os interesses da freguesia de Macinhata do Vouga, serão melhor defendidos se elegermos uma voz lúcida, corajosa e isenta de ambiguidades, capaz de afrontar os compadrios que muitas vezes se verificam — e essa voz será a da CDU.»



O Governo não cumpre a lei das Associações de Estudantes mas também não cumpre as suas obrigações para com as escolas, como sucede nesta, na Pontinha, zona de Lisboa. Aqui, as carências são de tal ordem que, mesmo nova, a escola teve que fechar

Nacional

Delegação cultural soviética chega hoje a Portugal

Está prevista para hoje, quinta-feira, a chegada ao Aeroporto da Portela de um grupo de personalidades da República Socialista Soviética do Azerbaijão entre as quais se encontram professores, críticos de arte, jornalistas e deputados.

Presentes no nosso país a convite da Associação Portugal-URSS, o grupo participará

no decorrer da sua estadia em diversos debates sobre a actualidade da vida cultural soviética, findo os quais haverá uma pequena parte artística em que actuarão o pianista Farhad Babalbeili (vencedor do Concurso Viana da Mota de 1968) e a solista do Teatro de Ópera e Ballet de Baku, Rumi Kerimova.

Entre as cidades e vilas que acolherão a delegação

artística e cultural soviética contam-se Portalegre (dia 16), Avis (dia 17), Évora (dia 18), Sintra (dia 19), Coimbra (dia 21) e Lisboa, na Sede Nacional da Associação (dia 22).

Também por iniciativa da Associação Portugal-USS está marcada para amanhã, em Braga, uma simultânea de xadrez com 25 jogadores do distrito e em que participará o

grande mestre internacional Taimanov, da União Soviética.

No próximo dia 18, desta feita na Sede da Associação em Lisboa, este categorizado xadrezista participará noutra simultânea onde também estarão presentes os dois primeiros classificados dos Torneios Paz e Amizade realizados durante o corrente ano em diversos pontos do País.

Prejuízos em culturas do Baixo Mondego

Na sequência de contactos recentemente estabelecidos com os agricultores do Baixo Mondego, o MARN-Beiras constatou que a produção de arroz e de milho da presente campanha naquela zona vai ser ruinosa para os produtores.

A notícia chegou-nos à redacção através de um comunicado daquela organização no qual se afirma que com cerca de 60 por cento da colheita de arroz já efectuada as perdas na produção pode-

ráo atingir os 50 por cento.

Para esta situação, de acordo com o MARN, contribui o excesso de água nos campos — facto que em muitos casos impede as máquinas de entrarem nas terras —, em simultâneo com a inexistência de uma rede de drenagem eficiente nos campos.

A par deste problema, cerca de 80 por cento da produção de milho ainda se encontra por apanhar, receando os agricultores que os

prejuízos ainda sejam maiores que no arroz.

Em face deste quadro, cresce a preocupação entre os produtores da região, os quais decidiram já promover no final das colheitas uma avaliação correcta dos prejuízos em conjunto com o MARN-Beiras, por forma a encetar diligências junto dos organismos oficiais de agricultura no sentido de «serem tomadas as medidas necessárias para acudir a esta situação».



Internacional

«Onda da Paz» percorre o Mundo

«A "onda" partirá das duas cidades que sofreram bombardeamentos atômicos, Hiroshima e Nagasaki, ao meio-dia local de 24 de Outubro, no início da Semana do Desarmamento das Nações Unidas, percorrendo depois todo o Mundo, com iniciativas ao meio-dia local, acompanhando os fusos horários» — esta é a mais importante iniciativa internacional aprovada pela Conferência Mundial de 1987 contra as bombas H e A, realizada de 1 a 9 de Agosto em Tóquio, Hiroshima e Nagasaki, e que reuniu 111 delegados estrangeiros, de organizações nacionais de 35 países e de 13 organizações internacionais, e cerca de 15000 delegados japoneses.

Diversos grupos antinucleares, pacifistas e organizações democráticas estão a preparar acções que se deverão inserir na «Onda da Paz», de concentrações de massas a abaixo-assinados, de cadeias humanas pela

paz a acções de divulgação junto dos órgãos informativos.

No Japão estão a ser preparadas diversas iniciativas, incluindo 24 horas de actividade em Hiroshima e Nagasaki.

Ainda no âmbito da Semana Mundial de Desarmamento das Nações Unidas, estão previstas nomeadamente algumas grandes acções de massas: em **25 de Outubro, em Bruxelas**, manifestação europeia pelo desarmamento, convocada por todas as organizações participantes belgas e com o apoio de movimentos de toda a Europa; em **Estrasburgo, a 28 de Outubro**, cadeia humana em torno do Parlamento Europeu, convocada pelo movimento da Paz francês, com o apoio dos «parlamentos pelo desarmamento»; **Amsterdão, 31 de Outubro**, manifestação pelo desarmamento; **Madrid, 25 de Outubro e 1 de Novembro**, manifes-

tações pelo desarmamento e contra as bases americanas.

Em Portugal

A «Assembleia de e para o Movimento da Paz em Portugal», a realizar de 30 de Outubro a 1 de Novembro, é a mais marcante iniciativa a realizar na semana da Paz no nosso país.

A Assembleia deverá corresponder à exigência de «ampliação, o reforço e a confluência das acções a empreender, tanto pelo desarmamento, pela solução pacífica dos conflitos e pelo direito dos povos à segurança universal, como pelo seu direito ao desenvolvimento livre e independente, à superação dos mais graves flagelos sociais e outros problemas respeitantes à qualidade de vida».

E tem como **objectivos fundamentais** dar um contributo para «um Portugal livre e soberano, sem armas

平和の波 • GLOBAL PEACE WAVE • 24 OCTOBER • ВСЕМИРНАЯ ВОЛНА МИРА • 24 ОКТЕБРА • ONDE DE LA PAIX AUTOUR DU GLOBE • 24 OCTOBRE • OLA DE PAZ GLOBAL • 24 DE OCTUBRE • GLOBALE FRIEDENSWELLE • 24. OKTOBER



1200 LOCALS, THE MOVEMENT FOR THE PEACE WAVE, 1987

nucleares nem qualquer envolvimento em conflitos alheios ao interesse nacional, numa Europa e num mundo empenhados na segurança e cooperação, pelo desarmamento universal e o desenvolvimento, pela justiça e pela Paz».

Para além da Assembleia estão previstas ainda no nosso país algumas realizações, nomeadamente em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Bragança, Beja, Santarém, Setúbal.

Um grande esforço também para corresponder a um momento em que se estão a dar os primeiros passos para o desarmamento.



Aumenta repressão no Chile

As forças repressivas de Pinochet mataram na passada quarta-feira uma criança de dois anos quando levavam a cabo uma intensa operação de repressão nos bairros operários dos arredores de Santiago do Chile.

A operação policial, desenvolvida na sequência da greve geral convocada para o mesmo dia pelo Comando Nacional dos Trabalhadores, provocou ainda um número indeterminado de feridos, incluindo vários jornalistas e levou à prisão cerca de 500 pessoas, designadamente dirigentes sindicais e políticos.

Entre os presos conta-se um repórter fotográfico da France Presse que foi violentamente espancado e é acusado de ter atacado a polícia.

A jornada de luta convocada pelo CNT teve como objectivo exigir aumentos salariais de 22 por cento e, de acordo com declarações dos responsáveis sindicais, «o apelo à paralisação constituiu um êxito, apesar da ditadura e das ameaças patronais».

Num balanço do CNT, a jornada levou à paralisação total de 78 empresas, só em Santiago. Os sectores dos transportes foram os que registaram maior adesão à greve; a repressão sobre a imprensa impediu no entanto uma avaliação mais realista dos acontecimentos. Mas não deixa de ser elucidativo o facto da ditadura de Pinochet ter de recorrer a uma repressão cada vez maior para tentar calar as vozes que por todo o país exigem «democracia, agora!».

Pardo Leal assassinado na Colômbia

Jaime Pardo Leal, dirigente do movimento de esquerda União Patriótica (UP) e antigo candidato à presidência da Colômbia, foi assassinado no passado domingo nos arredores de Bogotá, capital do país. Pardo Leal viajava de automóvel com a mulher e três filhos numa estrada rural do município de Mesa, quando foi alvejado a tiro na cabeça por três homens cuja identidade se desconhece.

O crime, que provocou a mais viva indignação entre os democratas colombianos, assemelha-se a centenas de outros cometidos nos últimos tempos pelos «esquadrões da morte», organização de extrema-direita que actua impunemente no país com estreitas ligações aos sectores mais reaccionários das Forças Armadas colombianas.

A União Patriótica, de que Pardo Leal era presidente, perdeu desde 1985 quase meio milhão de dirigentes e militantes, às mãos dos «esquadrões da morte». Única força de esquerda com representação parlamentar, a

UP congrega o Partido Comunista e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), desde a assinatura de um cessar-fogo entre esta organização guerrilheira e o governo do então presidente Belisario Betancur.

No âmbito da intensa actividade desenvolvida pela UP com o objectivo de defender e consolidar a democracia na Colômbia, assume particular destaque a denúncia das organizações terroristas existentes no país e as suas implicações com sectores do aparelho militar. Ainda recentemente, a UP e designada-

mente o seu presidente, Pardo Leal, haviam apresentado publicamente provas do envolvimento dos militares com os «esquadrões da morte» e pressionado o actual presidente, Virgílio Barco, a tomar medidas eficazes no combate ao terrorismo.

Com 48 anos, senador e professor universitário, Pardo Leal era uma figura prestigiada na Colômbia pelo seu empenhamento democrático, a luta pela justiça e pela paz. A jornada nacional de protesto contra o seu assassinato, realizada anteontem por iniciativa da UP, colocou de novo ao governo de Virgílio Barco a necessidade imperiosa de tomar medidas para acabar com o clima de violência que grassa no país. O

próprio presidente Barco reagiu a mais este crime expressando publicamente a sua indignação e anunciando ter ordenado aos ministros da Defesa, Justiça, Procurador-Geral do país e director da polícia nacional para que mobilizem todos os recursos para identificação e castigo dos responsáveis pela morte de Pardo Leal.

Na declaração divulgada no próprio domingo, o presidente Barco afirmou que a política de Parlo Leal e da União Patriótica «foram um avanço na conquista da democracia» na Colômbia e sublinhou que o seu assassinio «não deve significar uma renúncia à reconciliação, à tolerância e à convivência de todas as ideologias».

O reaganismo

O reaganismo tem frutos amargos para os trabalhadores. Um desses frutos é o encerramento de fábricas, que muitas vezes significa varrer a vida de cidades inteiras assim tornadas povoações fantasmas.

Dias 17 e 18, em Detroit, no Michigan, «ex-capital mundial do automóvel», um dos mais graves exemplos de desindustrialização, vai-se realizar uma «Assembleia nacional contra o encerramento de fábricas». A iniciativa parte das secções sindicais americanas ao nível regional, representando trabalhadores atingidos pela vaga de encerramento de fábricas.

O projecto de encerramento anunciado pela General Motors referente a 11 fábricas norte-americanas, e o de transferir a produção para fora da região — provocam profundas preocupações entre os trabalhadores. Esta iniciativa levará à supressão de mais de 290 mil postos de trabalho.

Mais de 40 secções regionais representando a maior parte do movimento sindical responderam ao Apelo para a convocação da Assembleia. Trata-se de secções regionais das indústrias do Aço, do Automóvel, da Construção Naval, da Metalurgia, da Pintura, da Alimentação — entre outros.

Delegação do PCP na Bulgária

A convite do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, visitou a Bulgária, de 5 a 10 de Outubro, uma delegação de estudo do Partido Comunista Português, dirigida por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e composta ainda por Marques dos Santos, membro da Direcção de Organização Regional de Lisboa e Ilda Figueiredo, deputada do PCP.

A delegação do PCP foi recebida no Comité Central do PCB onde teve encontros nomeadamente com Gritcha Filipov, membro do Bureau Político e Secretário do CC

DO PCB e Milko Balev, igualmente do BP e Secretário do CC do PCB.

No âmbito desta visita, destinada a conhecer as transformações socioeconómicas em estudo na RP da Bulgária, a delegação do PCP visitou vários institutos científicos e diversas empresas industriais o que permitiu um contacto mais directo com a realidade socialista deste país e do seu povo.

A visita da delegação do PCP contribuiu para o reforço das tradicionais relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCB.

4 YEARS AFTER THE AMERICAN INVASION OF GRENADA THE STRUGGLE CONTINUES

**MARCH & RALLY
SATURDAY 17th OCTOBER**

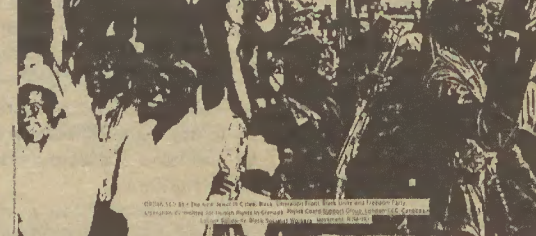
12 NOON FROM
THE GRENADA HIGH COMMISSION

1 Collingham Gardens, London, S.W.5

FOLLOWED BY A RALLY OUTSIDE OF THE

U.S. EMBASSY

Grosvenor Square, London, W.1



Banquets/placards welcome. Nearest tube: Euston Court

FOR FURTHER INFORMATION TEL: 01 928 2136

Lembrar Granada

Quatro anos depois da invasão de Granada pelas forças norte-americanas, a luta pela democracia na pequena ilha continua.

Exemplo da prepotência imperialista e do terrorismo de Estado praticado pela administração Reagan, a invasão de Granada constitui um verdadeiro alerta para todos os povos e em especial do continente americano, da necessidade de conjugar todos os esforços para afirmar e defender o direito à independência nacional e à livre escolha do seu desenvolvimento.

A repressão e a censura desenvolvida pelos fantoches de Washington no governo de Granada tem impedido a divulgação da luta de resistência que se trava na ilha pela restauração da liberdade e da democracia; no estrangeiro, e designadamente na Grã-Bretanha, exilados políticos e apoiantes do povo granadino vão lembrar a data da invasão de Granada e reclamar contra a política norte-americana e dos seus aliados ocidentais no continente americano. A solidariedade dos democratas não conhece fronteiras.

Internacional

A visita de Botha a pretexto de Cabora Bassa

O ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, «Pik» Botha, esteve no passado fim-de-semana em Lisboa, com o pretexto oficial de discutir com o seu homólogo português, João de Deus Pinheiro, a questão da defesa da Barragem de Cabora Bassa. Independentemente da importância real daquela questão, que em termos práticos representa para Portugal avultadas despesas devido aos ataques sistemáticos da Renamo à Barragem e postos de distribuição eléctrica da Cabora Bassa, é opinião generalizada que «Pik» Botha se deslocou à Europa para tentar contrabalançar as eventuais vantagens conseguidas pelas visitas dos chefes de Estado de Angola e Moçambique, cuja esteira seguiu quase a par-e-passo.

Esta atitude de Pretória, que intensificou no mês de Setembro a sua política de agressão na África Austral, designadamente em relação a Angola, não deixa de ser sintomática da preocupação crescente das autoridades racistas quanto à sua própria sobrevivência. De uma forma geral, e apesar de todas as contradições, a opinião pública internacional tem vindo a pressionar os governos dos países ocidentais a cortar os seus laços de amizade com a África do Sul. Com algum resultado.

Nos Estados Unidos, um número significativo de deputados divulgou no início do mês uma carta aberta a Reagan exigindo o cumprimento da deliberação tomada à um ano no sentido de aplicar fortes sanções económicas contra a África do Sul, no caso de durante este período não se terem registado avanços significativos na liquidação do *apartheid*.

Não obstante ser do domínio público que Reagan não pretende respeitar a referida deliberação, o facto de o Congresso se encontrar dividido quanto ao assunto preocupa deveras Pretória. O que explica, por exemplo, que Botha tenha afirmado em França, antes de voar para Lisboa, que a África do Sul reconhece que a discriminação racial deve desaparecer e, «por consequência, aceita o fim da dominação branca».

Uma afirmação que a prática do regime racista desmente em absoluto, mas que se integra na campanha do governo de Pretória em procurar ganhar tempo e evitar a radicalização de posições dos governos ocidentais que, embora condenando o *apartheid*, têm mantido as suas relações económicas e políticas com o governo de minoria branca.

Na entrevista à agência francesa, «Pik» Botha não podia ter sido mais claro, quando «advertiu» o Congresso dos EUA para que não aprove novas sanções contra Pretória, pois, na sua opinião, isso privaria os EUA «de toda a sua influência, não só na África do Sul, como também em toda a África Austral».

A ajuda que a Grã-Bretanha se dispôs a prestar a Moçambique, tal como o reforço da cooperação entre a França e Angola e Moçambique, só para citar exemplos mais recentes, deve neste momento tirar o sono às autoridades de Pretória. E o mesmo poderá dizer-se em relação às promessas de

Reagan ao presidente moçambicano, Joaquim Chissano, com quem adoptou uma atitude totalmente oposta à que mantém a Casa Branca em relação a Angola.

«Gaffe» do ministro

É evidente que nesta intrincada teia de interesses políticos e económicos, as partes envolvidas procuram tirar o máximo de vantagens.



Mas tudo o que represente uma vantagem para os países da Linha da Frente significará uma desvantagem para a África do Sul, o que Pretória tentará impedir a todo o custo.

Neste contexto, a visita de Botha a Portugal, mais do que a questão de Cabora Bassa, terá servido para pressionar o Governo português e apurar de forma di-

recta o efectivo alcance do desanuviamento conseguido com a recente visita de José Eduardo dos Santos.

Vir a Lisboa invocar a necessidade de defesa de Cabora Bassa, quando os ataques de que este empreendimento é alvo são levados a cabo pela Renamo, organização terrorista suportada pela África do Sul, pode parecer

um contra-senso. Mas não é. Tal como sucedeu em relação a Moçambique, aquando dos acordos de Nkomati, o que Pretória pretende deixar claro é que a sua participação é indispensável na resolução dos problemas da região, sejam quais forem as partes interessadas. Os prejuízos de Portugal com Cabora Bassa não são excepção.

Das conversações com Botha, o ministro João de Deus Pinheiro apenas anunciou a provável realização em Lisboa, no próximo mês de Novembro, de uma reunião entre as autoridades portuguesas, moçambicanas e sul-africanas sobre o futuro de Cabora Bassa. O que, sendo importante, não deixa de ser insuficiente, tendo em conta o que está em jogo.

Como curiosidade — e motivo também de preocupação — de registar que Deus Pinheiro justificou o encontro com Botha, efectuado a pedido de Pretória, com o facto de existir agora em Portugal «um Governo novo, com um horizonte de estabilidade de dez anos».

Novo? Com um horizonte de dez anos? O PSD tem responsabilidades governativas há mais de dez anos. E, por enquanto, os mandatos continuam a ser de quatro anos. «Graffe» do ministro ou inconfidência de inconfessáveis planos, estimulada pela presença de Botha?

América Central

Processo de paz avança contra oposição dos EUA

As primeiras negociações de paz para a América Central, resultantes do acordo de Esquipulas, venceram na semana passada a sua etapa inicial com um saldo positivo, apesar dos obstáculos que a administração Reagan continua a levantar ao delicado processo. Na Nicarágua, em El Salvador e em Espanha, delegações governamentais e da oposição nicaraguense, salvadorenha e da Guatemala, respectivamente, debateram à mesa das negociações as propostas de cada parte para pôr termo às lutas internas e implementar o desenvolvimento democrático nas condições específicas de cada país.

Se as condições que se vivem em El Salvador e na Guatemala, onde guerrilhas de esquerda combatem a política de governos conservadores enfeudados aos EUA, apresentam algumas semelhanças, o mesmo não se passa em relação à Nicarágua. Por isso mesmo os resultados conseguidos diferem. No dois primeiros casos, ambas as partes ouviram as propostas passíveis de conduzir à reconciliação nacional, que deverão agora ser apreciadas antes de se proceder a uma segunda ronda das negociações.

Como afirmou a propósito o representante da guerrilha guatemalteca, Miguel Astúria, existe «agora uma base de trabalho e as duas partes têm de ser flexíveis para se integrarem nessa base». O mesmo parece ter ocorrido em El Salvador, onde a porta para novas negociações ficou aberta.

Em relação à Nicarágua, ponto nevrálgico de todo o processo em curso, as medi-

das concretas já tomadas foram mais longe, testemunhando o empenhamento das autoridades de Manágua. Num primeiro relatório enviado aos países membros do «Grupo de Contadora» e do «Grupo de Apoio», bem como aos secretários de Estado da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), o governo nicaraguense informou que, nos dois meses decorridos desde a assinatura dos acordos de paz da Guatemala, formou uma comissão para a reconciliação nacional, autorizou o reinício da actividade de alguns meios de comunicação social da oposição, entabulou um diálogo nacional com os representantes de 12 partidos políticos e proclamou, a partir de 7 de Outubro, um cessar-fogo unilateral nas operações contra os bancos dos «contras» em algumas regiões do país.

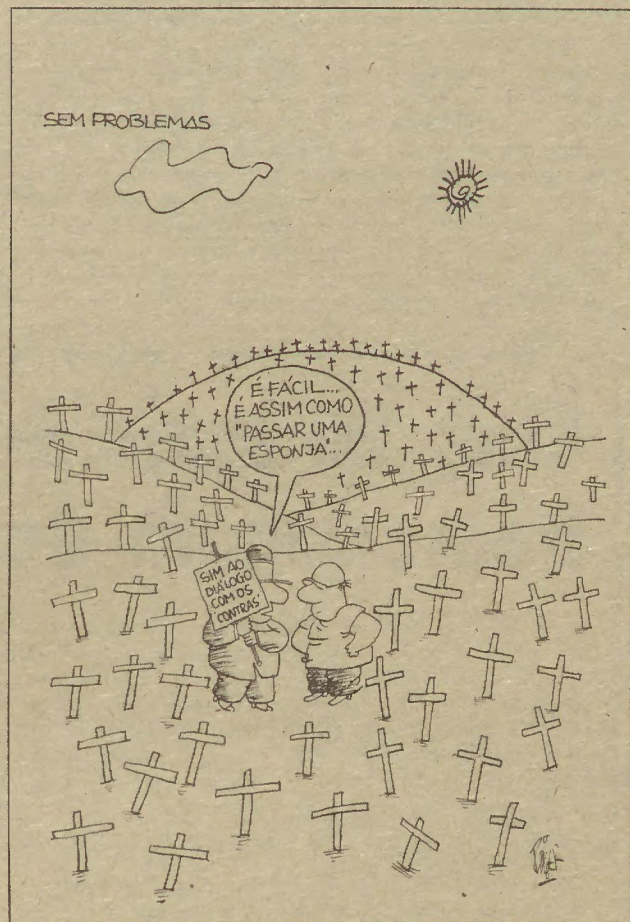
A propósito, o presidente nicaraguense, Daniel Ortega, frisou a necessidade de reforçar a unidade nacional na

luta contra a agressão dos EUA e pela normalização da situação no país, sublinhando que o início do diálogo nacional é mais um passo de boa-vontade dado pelo governo no quadro do cumprimento dos acordos da Guatemala.

Afirmando a disposição do governo em escutar e levar em consideração os pontos de vista dos participantes no diálogo, Daniel Ortega sublinhou todavia que os representantes dos partidos políticos não se devem esquecer que, não obstante os esforços pacificadores enviados pelos países centro-americanos, os Estados Unidos continuam a levar a cabo a sua agressão contra a Nicarágua.

Esta questão constitui de facto o principal problema. Em total desrespeito pelas decisões dos países centro-americanos e em oposição à opinião generalizada da comunidade internacional, que na Assembleia Geral da ONU aprovou uma proposta de apoio aos acordos de paz, Ronald Reagan reafirmou há dias na OEA a sua disposição de conseguir novo auxílio de 270 milhões de dólares para os «contras» e de continuar a estimular a guerra não declarada que move contra a Nicarágua.

A posição da administração Reagan foi corroborada pelos representantes norte-americanos na ONU, que abandonaram ostensivamente os trabalhos da Assem-



bleia Geral quando Daniel Ortega iniciou o seu discurso.

Recusando as propostas nicaraguenses para um diálogo bilateral e incondicional, Reagan continua a apostar numa solução de força para a Nicarágua, com o objectivo expresso de derrubar o regime sandinista e colocar no poder um governo dócil à

sua política e aos seus interesses. A posição que o Congresso vier a adoptar sobre o financiamento dos «contras» terá repercussões importantes na América Central. A aposta centro-americana no diálogo é também uma afirmação de soberania e independência. É tempo dos EUA aprenderem a aceitar essa realidade.

Polónia Parlamento debate reformas económicas

Um programa para a realização da **segunda etapa das reformas económicas** na Polónia foi apresentado ao Parlamento na passada sexta-feira. Dia 29 de Novembro, este programa será submetido a **referendo** nacional. Uma tomada de posição final do povo polaco quanto a um conjunto de medidas já objecto de amplos debates que se prolongaram ao longo de meses, em estruturas partidárias, profissionais, sociais e sindicais. Testemunho da importância das questões e projectos em causa. E da multiplicidade de formas que o povo e os trabalhadores polacos têm garantidas para exprimir as suas opiniões sobre as questões centrais da vida do seu país.

Em linhas muito gerais, o programa para uma **reestruturação dos órgãos centrais e de administração** — estruturas que deverão ser simplificadas (são liquidados 16 organismos centrais e criados outros 8), vendo simultaneamente alterados o seu papel e campos de actividade.

A actividade económica deverá ser orientada por princípios de autonomia e autofinanciamento. Está proposta a realização de uma reforma bancária. O movimento cooperativo — muito desenvolvido — vai gozar de melhores condições para uma actividade autónoma.

Na reunião plenária do **Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco (POUP)**, realizada a 8 de Outubro, que antecedeu a apresentação do programa das reformas económicas, o camarada Zbigniew Messner, presidente do Conselho de Ministros, destacou como **objectivos** para esta segunda etapa da reforma (a primeira etapa iniciou-se há seis anos):

- Uma reforma complexa do sistema de gestão com o objectivo de libertar o espírito de iniciativa dos colectivos e de cada pessoa.

- Criação de condições para um trabalho mais produtivo, mais eficaz e mais bem organizado.

- Imprimir na economia traços persistentes de desen-

volvimento, de renovação, de eficácia e maleabilidade.

- Maximização das vantagens decorrentes da participação na divisão internacional do trabalho.

- E como **objectivo supremo** — criar as bases estáveis — materiais e organizativas — para uma mais ampla satisfação nas necessidades das pessoas, nomeadamente através de uma melhor qualidade dos serviços sociais.

Porquê as reformas?

A reforma económica não é uma operação tecnocrática, mas um **profundo processo social** que não pode ser concluído de um dia para o outro e que necessita do apoio de todo o povo — é uma afirmação insistentemente repetida nos documentos do POUP.

Na última reunião plenária do CC do POUP foi sublinhado — a reforma não se pode limitar à simples transformação dos mecanismos económicos. As modificações devem estender-se a todas as esferas sócio-políticas. A tese leninista da concórdância entre a economia, a política e a ideologia é hoje mais actual que nunca.

São afirmações muito claras quanto ao carácter global das transformações em curso. Trata-se de uma nova etapa no desenvolvimento do socialismo. De forma alguma



Libertar energia criadora na produção, é um elemento fundamental nas reformas económicas

exclusiva da Polónia. E que em síntese corresponde à resposta do socialismo — nuanceadas pelas realidades nacionais — ao período histórico de resolução técnico-científica que vivemos hoje. Resposta que passa simultaneamente por maior eficácia económica; sistemática aplicação das descobertas científicas na produção; mais iniciativa, maior empenhamento, maior autonomia dos trabalhadores; mais democracia para todos.

«O socialismo não é um sistema acabado. Pelo contrário, é um sistema político criador capaz de estar à altura dos desafios do futuro» — sintomáticas palavras pronunciadas na reunião do CC do POUP. Como sintomático é o conteúdo das respostas do socialismo a tal desafio.

Esta uma componente essencial da razão de ser das reformas.

Mas nem só de isso se

trata. Importa também dizer que diferentes processos em curso em vários países socialistas, correspondem a uma necessidade de recuperar tempo perdido, de rectificar erros cometidos.

No caso particular da Polónia, é bem conhecida a grave crise de 1980-81, e de que as consequências são ainda hoje sensíveis, embora, como refere o Parlamento da Polónia (Março de 87), se possa hoje considerar que no essencial tais consequências estão superadas.

Uma das questões difíceis — e que impede um maior desenvolvimento sócio-económico do país — é a questão da dívida. Entre 1971 e 1981 (ou seja, à data da crise), a Polónia contraiu junto dos países capitalistas, empréstimos da ordem dos 44,4 bilhões de dólares. Apesar dos pagamentos feitos posteriormente, a lógica da acumulação de juros leva a que ainda hoje a dívida represen-

te 40 por cento do rendimento nacional.

Corresponder simultaneamente às necessidades de aceleração económica que se prendem ao próprio desenvolvimento do socialismo e ao pagamento deste pesado encargo não é tarefa fácil.

Por outro lado permanece ainda a tendência para uma taxa de aumentos médicos dos salários superior à dos aumentos de produtividade.

Limitamo-nos aqui a um breve aforar de problemas.

É também para lhes dar a resposta adequada que agora se avança com uma segunda etapa da reforma económica. O período que hoje se vive na Polónia deverá ser decisivo para a superação das tendências desfavoráveis da economia, a reorganização do sistema administrativo, a solução de questões sociais. Deverá **lançar as bases de um futuro desenvolvimento estável.**

«O Exército Vermelho, com a sua vitoriosa ofensiva de Verão, alterou radicalmente a correlação de forças em presença no plano mundial. As vitórias do Exército Vermelho criaram condições para uma acção decisiva no ocidente. Foi fundamentalmente a grande ofensiva soviética que conduziu à queda de Mussolini, pois foi a difícil situação dos exércitos alemães na frente Leste que impediu Hitler de prestar a Mussolini o auxílio militar que este lhe pediu para campanha da Sicília.

As vitórias do Exército Vermelho, a vitória da Sicília e a capitulação da Itália, enfraqueceram terrivelmente o potencial militar da Alemanha hitleriana e abrem as portas da cidadela fascista na Europa. Na própria frente interna da Alemanha se manifestam divergências e sintomas de desagregação. (...)

Dificuldades militares e políticas, dificuldades nas frentes e na retaguarda, dificuldades nos países "aliados" — esta é a presente situação da Alemanha hitleriana. As condições militares e políticas estão maduras para a vitória final sobre a Alemanha hitleriana.

O que é necessário para que a situação seja aproveitada e a Alemanha hitleriana seja finalmente derrotada?

Uma só coisa: que sejam desencadeadas no ocidente da Europa operações militares de grande envergadura, isto é, que seja imediatamente aberta a 2.ª Frente.

(...)

(«Avante!», VI Série, n.º 41, primeira quinzena de Outubro de 1943)

AVANTE! JORNAL DE LUTAS E DE DEFESA DO SOCIALISMO

«Depois da amarga derrota sofrida no Laos e de sucessivos reveses que as forças patrióticas do Vietnam do Sul vêm infligindo aos exércitos imperialistas e às tropas do regime fantoche de Saigão, Nixon ordenou o recomeço dos actos de provocação e pirataria contra a República Democrática do Vietnam. Milhares de toneladas de bombas voltaram a martirizar o abnegado povo vietnamita.

Porém, a destruição e a morte semeadas pelos imperialistas americanos no Vietnam, não conseguem vergar este povo heróico. Na República Democrática do Vietnam, que celebrou recentemente o 26.º aniversário da sua implantação, prossegue a construção da sociedade socialista e são alcançados importantes êxitos, graças ao ardor patriótico do seu povo e à ajuda constante dos países socialistas, principalmente a União Soviética, com a qual acaba de ser assinado um acordo de ajuda multiforme, cooperação e amizade.

Nixon e os fautores da guerra do Pentágono vêm fracassar, um após outro, os seus chamados planos de «pacificação» do Vietnam e sabem que a vitória do povo vietnamita será certa. Mas tudo fazem para a atrasar, atolando-se cada vez mais numa sórdida guerra de agressão e desgaste, cujas consequências se fazem cada vez mais sentir nos Estados Unidos, provocando o descontentamento do povo americano, que vem manifestando de forma crescente o seu protesto contra a guerra no Vietnam e exigindo o seu fim.

(...)

Prestar sem demora a sua solidariedade de combate ao valeroso povo vietnamita, protestando por todas as formas contra os crimes do imperialismo americano no Vietnam, é um dever imperioso dos democratas, dos patriotas, do povo português em geral.

(«Avante!», VI Série, n.º 434, Outubro 1971)

Che, 20 anos depois homenagem da juventude

Vinte anos depois da morte de Che Guevara, a juventude da América Latina presta homenagem a um grande revolucionário que marcou a juventude do continente e por todo o mundo.

Dia 8 de Outubro, por iniciativa da Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), confluíram para a localidade de La Higuera, jovens estudantes da Bolívia, Argentina, Peru, Chile, Uruguai, Brasil, México e Venezuela, anteriormente reunidos em Buenos Aires, para uma «marcha pelo caminho do Che». Em La Higuera se reuniram também trabalhadores e personalidades progressistas do continente.

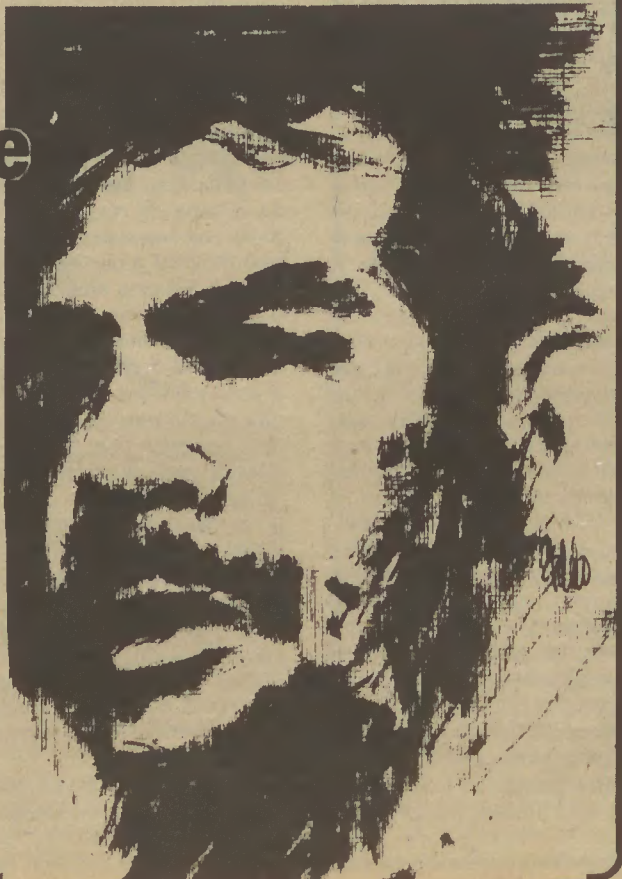
A COB, Central Operária

Boliviana, aderiu à marcha, designando um delegado para o comité organizador da homenagem, constituído pelas confederações de estudantes universitários e do ensino secundário, a Federação de Operários Mineiros, as confederações de professores urbanos e rurais e outras organizações.

A Federação Universitária de La Paz (capital da Bolívia) organizou um programa de homenagens nos bairros populares da capital. As Faculdades de Ciências Políticas e Sociologia, da Universidade Mor de San Andrés, de La Paz, realizam ainda em Outubro um seminário sobre o pensamento político do Comandante Ernesto Che Guevara.

Também na Argentina decorrem diferentes actividades de homenagem a Che. De par da publicação de informação nos diferentes meios da imprensa, realizam-se comícios por todo o país, em particular no colégio Dean Funes e cidade de Alta Garcia, em Cordova onde Che estudou e residiu, Rosário, onde nasceu, e na Faculdade de Medicina de Buenos Aires, onde se formou.

Estão previstos ainda a realização de comícios de homenagem na sede da Federação Comunista Juvenil da província de Córdoba, e um festival popular — a 15 de Novembro — num estádio desportivo da província de Buenos Aires.





REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

Comunicado do Comité Central do PCP

A POLÍTICA DO NOVO GOVERNO PSD E A LUTA PARA A DEFESA DOS INTERESSES DO POVO E DA DEMOCRACIA

O Comité Central do PCP procedeu ao exame do Programa do novo Governo do PSD e da sua actuação nos primeiros dois meses do seu mandato.

Confirmou-se a natureza antipopular e anticonstitucional da política do Governo e a aceleração do plano de destruição do regime democrático e das suas principais conquistas.

1. — A aceleração pelo Governo do plano de destruição do regime democrático tem como aspectos fundamentais:

— a precipitação do processo de revisão da Constituição da República e a campanha de chantagens e condicionamento da opinião pública e de partidos democráticos;

— um plano global de privatizações, (anunciado pelo Primeiro-Ministro e outros membros do Governo) a ser iniciado ainda antes da revisão da Constituição, que comporta a entrega, ao grande capital, de sectores e empresas públicas rentáveis, nomeadamente bancos, companhias de seguros, tabacos, cimentos, cervejeiras e pasta de papel;

— a continuação das ilegalidades, prepotências, roubos e usurpações às UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária, a retirada aos pequenos agricultores de terras que lhes haviam sido dadas pelo Estado, o anúncio da apresentação na Assembleia da República de uma lei para a destruição da Reforma Agrária e a concessão escandalosa de rápidas e maiores indemnizações aos agrários;

— o ataque aos direitos dos trabalhadores, em especial os planos para a liberalização dos despedimentos, para a redução e condicionamento do exercício das liberdades sindicais e as tentativas de esvaziamento da contratação colectiva, transferindo tudo o que lhe diz respeito para o Conselho de Concertação Social;

— a grande operação para a entrega maciça dos meios de comunicação social de propriedade do Estado (televisão, rádio e jornais) aos grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, em torno da qual se desenvolve um colossal tráfico de influências, em que está envolvido todo o Governo;

— uma política externa caracterizada pela crescente dependência do País relativamente ao imperialismo americano, à NATO e aos centros de decisão da CEE, tomando relevo ultimamente os preparativos para a concessão de novas facilidades militares aos EUA; a preparação psicológica para a transferência para Portugal dos aviões que a Espanha expulsar do seu território; as negociações claudicantes com a Indonésia quanto a Timor-Leste, que algumas altisonantes declarações do Governo não podem disfarçar; o facto de, ao contrário de outros países, ter votado favoravelmente o projecto de orçamento da CEE, em prejuízo dos interesses do País;

— a acentuação das medidas tendentes à perpetuação do PSD no Governo, de que são exemplos os preparativos para a imposição de novas leis eleitorais e a alteração da Lei Orgânica da Assembleia da República e do Regimento com a diminuição dos direitos da oposição.

Toda a acção governamental inscreve-se num projecto de acelerada reconstituição do capitalismo monopolista de Estado, com a destruição da organização económica e do regime democrático criados pela Revolução de Abril e tem como pontos programáticos fundamentais o agravamento da exploração dos trabalhadores e das massas laboriosas, a liquidação de aspectos essenciais de democracia portuguesa e a submissão dos interesses nacionais aos interesses estrangeiros (Estados Unidos e CEE).

2. — A política governamental, contrariando as promessas eleitorais proclamadas por Cavaco Silva e pelo PSD, assume um claro carácter antipopular, com a adopção de medidas gravosas para as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. Salientam-se entre estas:

— os preparativos para grandes despedimentos colectivos, designadamente na Siderurgia Nacional, na Químigal, na Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos;

— a política de imposição de um tecto salarial, abaixo do nível de inflação prevista pelo próprio Governo que se inscreve no objectivo programático do Executivo para a redução da parte que cabe ao trabalho no rendimento na-

cional;

— os aumentos injustificados de preços, onde sobressaem para já os verificados nos combustíveis e no gás de cidade, eles próprios geradores de novos aumentos, assim como a eliminação de carreiras de transportes para bairros populares e a limitação projectada dos passes sociais;

— o não cumprimento da Lei da Assembleia da República que prevê um subsídio social aos jovens candidatos ao primeiro emprego, que o PSD pretende revogar, e o agravamento do crédito à habitação, que afectará, em especial, os jovens;

— a contínua degradação dos serviços de assistência hospitalar, com particular incidência nos serviços de urgência e de consultas, o encerramento de muitos serviços nos hospitais locais (com relevo para as maternidades) e o agravamento do regime de segurança social para os rurais.

Entretanto, estalam grandes escândalos em torno de casos de corrupção ligados ao Fundo Social Europeu e à Formação Profissional, do processo de adjudicação do Terminal de Carvão de Sines, da EPAL e outros onde aparecem envolvidos membros do Governo e destacados dirigentes do PSD.

3. — A experiência destes dois meses confirma plenamente que, apesar da demagogia da política do Governo PSD/Cavaco Silva, agora majoritário, tal como antes quando era minoritário, não se orienta para a resolução dos problemas do povo e do País, antes tem como objectivo a reconstituição dos grupos monopolistas e do seu poder económico e político e os interesses inconfessáveis das suas clientelas.

Um crescente descontentamento dos trabalhadores e das massas populares é inevitável como consequência do agravamento dos grandes problemas nacionais resultante da política do Governo.

A política antipopular e antidemocrática do Governo PSD/Cavaco Silva não desfrutará do apoio da base eleitoral que este alcançou em 19 de Julho, pelo contrário,

irá encontrar pela frente a resistência e a oposição de milhares de portugueses que nele votaram.

A experiência do período que se seguiu às eleições demonstra não só que a resistência e a oposição de massas à política da direita é necessária, mas também que ela é absolutamente possível.

4. — **Para fazer frente à política antidemocrática e antipopular do Governo e aos planos de subversão do regime democrático, o Partido** (no prosseguimento da orientação traçada na anterior reunião do Comité Central de 22 e 23 de Julho) **desenvolverá a sua acção em cinco direcções fundamentais:** a acção institucional, a luta de massas, o reforço e dinamização dos movimentos e organizações unitárias, a luta pela unidade democrática e o reforço do Partido.

No quadro desta orientação, o Comité Central examinou de forma particularizada: os **problemas relativos à revisão da Constituição, ao Poder Local democrático, e ao trabalho dos comunistas no movimento sindical unitário**, aprovando três resoluções sobre estas matérias.

O Comité Central deu particular atenção a **grandes iniciativas de carácter unitário** cuja realização terá brevemente lugar. Os comunistas apolarão e participarão activamente na **XI Conferência da Reforma Agrária** a realizar em Évora em 24 e 25 de Outubro, no Plenário dos órgãos representativos dos trabalhadores do sector empresarial do Estado sobre a defesa das nacionalizações, a realizar em Lisboa, em 15 de Outubro, no **Encontro da Juventude da CDU**, a realizar em Lisboa em 15 de Novembro, nas **Assembleias da Paz**, a realizar em Lisboa em 30 e 31 de Outubro e 1 de Novembro.

No quadro das iniciativas promovidas ou em preparação pelas organizações do Partido, o Comité Central aprovou a realização de um **Encontro sobre o regime de finanças locais e orçamento do Estado para 1988**, em Lisboa, em 14 de Novembro, e um **Encontro Nacional de Saúde** no dia 6 de Fevereiro de 1988, em Lisboa.

O Comité Central salientou a importância das próximas **comemorações do 70.º Aniversário da Revolução de Outubro**. A realização de diversas iniciativas do Partido já

programadas (Porto, Évora, Leiria, Santarém, Coimbra, Braga e outras localidades), o apoio a iniciativas promovidas por outras entidades (Lisboa, Setúbal e outras cidades) e a participação de uma delegação do PCP nas comemorações que terão lugar na URSS marcarão a actividade do Partido referente a esta data gloriosa no processo de luta libertadora dos trabalhadores e dos povos da exploração e opressão capitalista.

Abordando a realização do **XII Congresso do Partido** no próximo semestre de 1988, o Comité Central inscreveu na ordem de trabalhos da sua próxima reunião o balanço dos trabalhos iniciais e o plano de preparação ulterior.

O Comité Central marcou uma nova reunião plenária para o próximo dia 18 de Novembro.

Lisboa, 13 de Outubro de 1987

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Resolução do Comité Central do PCP

SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

O Comité Central do PCP definiu a orientação dos comunistas face à revisão da Constituição da República, cujo processo será aberto com a apresentação, já anunciada para breve, de projectos do PSD e do CDS, e torna públicas as seguintes conclusões:

1. — **A ofensiva do Governo Cavaco Silva, do PSD e de toda a reacção contra o regime democrático passa pela utilização da revisão constitucional como um instrumento de subversão da Constituição da República, visando provocar uma verdadeira ruptura constitucional**, com a eliminação de normas que consagram as nacionalizações, a Reforma Agrária e direitos fundamentais dos trabalhadores e a simultânea distorção de princípios e regras de importância fulcral como os relativos ao sistema eleitoral proporcional e à autonomia do Poder Local democrático. **Este plano é abertamente inconstitucional**, violando frontalmente os limites materiais de revisão que a própria Constituição estabelece e que definem o seu cerne.

2. — O Comité Central do PCP alerta, simultaneamente, para a **gravidade dos meios e processos a que o PSD está a recorrer para impor os seus propósitos**, multiplicando pressões e chantagens para condicionar a opinião pública e até partidos da Oposição e procurando precipitar o desencadeamento do processo de revisão constitucional. A afirmação de que os resultados eleitorais teriam assumido um carácter referendário em relação à Constituição não tem qualquer fundamento jurídico ou político, e constitui uma inqualificável manipulação propagandística.

3. — **A batalha para impedir a revisão inconstitucional da Constituição interessa a todo o povo português, deve ser causa comum de todas as forças democráticas.**

São particularmente preocupantes neste quadro, as indecisões e indefinições que o PS vem revelando e, sobretudo, posições e concepções já defendidas por alguns dos seus mais destacados dirigentes, que em vez de traduzirem o propósito de defender a Constituição indiciam perigosos acordos de cedência e capitulação, assentando numa visão distorcida do processo de revisão como uma «negociação a dois».

4. — **O PCP opõe-se firmemente a qualquer processo que, em torno e a pretexto da revisão, tenha em vista a desfiguração da Lei Fundamental**. Não seria constitucionalmente admissível uma revisão que despojas-se a Constituição de normas consagradoras de conquistas essenciais e que visasse não o aperfeiçoamento de direitos mas a sua revogação, não o reforço de garantias mas o seu enfraquecimento, não o fortalecimento da vida democrática mas a sua restrição e condicionamento.

5. — O Comité Central do PCP sublinha que nas presentes condições políticas e institucionais pode ainda evitar-se que a revisão seja um meio de subversão da Constituição. O PSD não desfruta dos dois terços necessários para impor os seus planos contra a Lei Fundamental. **O PCP assumirá a defesa activa da Constituição, multiplicando iniciativas e empenhando todos os seus esforços para evitar que esses planos se concretizem, e para conseguir, com as outras forças democráticas, as convergências necessárias para defender a Lei Fundamental**.

mental e impedir a aprovação de alterações inconstitucionais. No quadro da sua actuação com tais objectivos, o PCP está procedendo aos estudos necessários para a apresentação no momento próprio de um projecto de revisão pelo seu Grupo Parlamentar.

6. — A batalha em defesa da Constituição não se deve limitar à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, às direcções dos partidos. **Todos os democratas e patriotas, todo o povo português tem um papel importante a desempenhar expressando a sua opinião e lutando firmemente a fim de garantir que a revisão da Constituição não conduza à sua subversão e destruição e com isso à subversão e destruição do regime democrático de que ela é Carta Fundamental**.

É possível e é necessário que se desenvolva um amplo movimento de opinião pública em defesa da Constituição, aberto à participação activa de democratas de todas as tendências.

O PCP procurará fazer chegar às massas uma informação do andamento do processo de revisão, das propostas dos outros partidos e das suas próprias propostas, a fim de que o povo português possa formar uma opinião segura do seu alcance e das suas consequências e possa intervir com a sua opinião e a sua acção em defesa do regime democrático.

Lisboa, 13 de Outubro de 1987

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Resolução do Comité Central do PCP

SOBRE O TRABALHO DOS COMUNISTAS NO MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO

1. — O Comité Central apreciou a situação nova criada pelos resultados das eleições de 19 de Julho, salientando que caberá ao movimento operário, e particularmente ao movimento sindical unitário e às comissões de trabalhadores, um papel determinante na luta em defesa dos interesses, direitos e liberdade dos trabalhadores, das conquistas democráticas de Abril e do regime democrático.

O Governo do PSD/Cavaco Silva, visando vencer obstáculos e camuflar os efeitos dos seus planos e objectivos contra-revolucionários em nome duma pretensa modernidade e estabilidade e da promessa de resolução dos problemas, está lançado na tentativa de reduzir e descaracterizar os direitos e o papel interventivo e transformador dos trabalhadores na sociedade portuguesa.

A ameaça de grandes despedimentos colectivos, a liquidação de milhares de postos de trabalho através de reformas compulsivas, a substituição de trabalhadores efectivos por trabalhadores com emprego precário sem qualquer protecção social, a persistência das chagas sociais, como os salários em atraso e a exploração de mão-de-obra infantil, a repressão e a discriminação sobre elementos das organizações de trabalhadores, mais do que factos a denunciar são situações a combater com acção sindical e unitária.

A defesa dos direitos e interesses inscritos na legislação laboral que o Governo pretende rever (lei sindical, da contratação colectiva, dos despedimentos, das férias, ferias-

dos e faltas, dos horários de trabalho e dos turnos) para a limitar e mesmo liquidar em nome do seu «desajustamento», quando o que se verifica é a sua falta de cumprimento e a impunidade do patronato, deve constituir um pólo aglutinador para a acção de centenas de milhares de trabalhadores.

O Comité Central do PCP sublinha que os objectivos de destruição dos direitos fundamentais das classes trabalhadoras, das nacionalizações e da Reforma Agrária anunciados pelo Governo e inscritos no seu Programa, colocam ao movimento operário a necessidade de reforçar as suas organizações de classe e a sua unidade e de mobilizar os trabalhadores em torno dos seus problemas concretos partindo da análise objectiva da realidade.

O CC do PCP apela aos milhares de dirigentes sindicais, de delegados sindicais e membros da CT's para que, de forma ampla e inovadora, se empenhem na mobilização e organização dos trabalhadores, incluindo muitos dos que com o seu voto deram possibilidade à existência deste Governo e à sua política, contrários aos seus próprios interesses de classe, procurando dar conteúdo e expressão de massas aos protestos, reclamações e lutas.

2. — O novo Governo PSD, contando com a maioria de deputados na Assembleia da República, prepara sem qualquer dúvida a intensificação da sua ofensiva para agravar

ainda mais a exploração dos trabalhadores e apressar a liquidação de muitos dos seus direitos alcançados com a revolução democrática. Aparecem claramente como objectivos na política do Governo a prática eliminação da contratação colectiva e da negociação directa entre patronato e sindicatos, o afastamento da CGTP-IN, dos sindicatos nela filiados e das comissões de trabalhadores dos processos de negociação, a limitação da luta reivindicativa e a utilização mais activa do Conselho de Concertação Social com a cumplicidade da UGT como instrumento da política do Governo e do grande capital contra os trabalhadores transferindo para o Conselho de Concertação Social decisões relativas a salários, a condições de trabalho, à legislação laboral e às próprias nacionalizações.

As alterações produzidas na correlação de forças no plano político e social em resultado das eleições de 19 de Julho e os novos planos do Governo colocam a necessidade imperiosa do reforço da organização, unidade e acção do movimento sindical unitário como força essencial para defesa dos interesses dos trabalhadores e pode exigir que, nas condições políticas actualmente existentes, não seja deixado campo livre no Conselho de Concertação Social a decisões tomadas nas costas dos trabalhadores com a colaboração da UGT.

Nestas condições, tendo em conta a situação presente, é natural que a CGTP-IN reconsidere a decisão até agora assumida de não ocupar os seus lugares no Conselho,

questão que está em discussão no movimento sindical unitário e será por este resolvida.

Entretanto, o CC alerta os membros do Partido que actuam no movimento sindical unitário para a necessidade imperiosa de uma eventual decisão nesse sentido dever ser inseparável da defesa intransigente da autonomia da CGTP-IN e do movimento sindical unitário e acompanhada de um firme combate à ideologia da conciliação de classes, a possíveis ilusões quanto às possibilidades de o Conselho de Concertação Social desempenhar um papel decisivo na resolução dos problemas dos trabalhadores e a quaisquer tendências para a transferência para o Conselho, por parte dos trabalhadores, da defesa dos seus interesses que só pode ser eficazmente assegurada pela acção dos seus sindicatos e comissões de trabalhadores, pela contratação colectiva e pela luta de massas.

3. — O CC do PCP apela a todos os militantes do Partido inseridos no movimento sindical unitário para que, a todos os níveis onde participem, contribuam para o reforço, a dinâmica e a unidade da CGTP-IN na certeza de que, em qualquer circunstâncias, a Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses assumirá o seu papel determinante na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, guiada pelos seus princípios unitários, democráticos, de massas e de classe, se afirmará cada vez mais como uma força insubstituível e decisiva na defesa dos direitos económicos e sociais dos trabalhadores.

O elevado nível de organização e consciência de classe do movimento operário, bases fundamentais da sua amplitude, da sua força, da sua clareza de objectivos, da sua extraordinária unidade são uma garantia exaltante para, com confiança e determinação, fazer frente às dificuldades e travar as batalhas necessárias à defesa dos direitos dos trabalhadores e do regime democrático.

Lisboa, 13 de Outubro de 1987

O Comité Central
do Partido Comunista Português



Resolução do Comité Central do PCP

SOBRE A GESTÃO AUTÁRQUICA E A OFENSIVA CONTRA O PODER LOCAL

O Comité Central do PCP examinou a situação e os problemas existentes nas autarquias, e definiu as linhas fundamentais de orientação e as tarefas dos comunistas nas autarquias, com vistas a melhorar e aperfeiçoar o seu trabalho e a fazer frente à ofensiva do Governo de direita e da reacção contra o Poder Local democrático.

1. — A gestão autárquica do PCP e da ex-APU em situação de maioria tem representado um poderoso instrumento de resolução dos problemas das populações e da defesa da democracia e tem contribuído para melhorar significativamente as condições de vida materiais e culturais na vasta área do País, em que os comunistas e seus aliados têm um papel determinante nos órgãos do Poder Local.

Em muitos concelhos e freguesias aumentou, radicalmente a percentagem da população servida por abastecimento de água, recolha e tratamento de esgotos, recolha e tratamento de lixo. Centenas de povoações deixaram de estar isoladas. Aumentou e melhorou de forma notória a rede viária. Foi dado um sério impulso à electrificação que chegou à quase totalidade das populações. Foram construídos inúmeros equipamentos para as crianças, para os reformados e idosos, para a população em geral. O acesso à cultura e ao desporto começou a ser uma realidade para as populações que não tinham acesso a tais actividades. Iniciou-se uma obra notável em defesa e valorização do património cultural e um esforço no planeamento urbanístico e no ordenamento do território para uma vida sadia e a preservação dos equilíbrios ecológicos. Têm sido desenvolvidas acções e formas de luta pelo desenvolvimento económico ao serviço da população. Onde os comunistas estão em maioria são adoptados critérios democráticos na atribuição de responsabilidades e um estilo de trabalho de diálogo, aberto e colegial.

É generalizado o reconhecimento da superioridade da obra realizada pelos eleitos do PCP e da ex-APU nos órgãos autárquicos em que está em maioria. Também em situações de minoria, os eleitos do PCP e seus aliados têm desenvolvido um intenso trabalho de grande importância para as populações, contribuindo da forma mais eficaz para a resolução dos problemas locais, seja nos seus pelouros específicos seja sua contribuição para a actividade geral dos órgãos, têm combatido e combatem com firmeza a prepotência, o autoritarismo, a definição errada de prioridades, o clientelismo e a corrupção onde se manifestam.

2. — A direita nunca se conformou com a existência do Poder Local democrático e com o papel do PCP e dos seus aliados mais próximos na gestão das autarquias.

Por isso, a direita, em muitos casos em aliança com o PS, sempre procurou modificar a natureza democrática do Poder Local, limitar a sua autonomia, multiplicar ingerências e discriminações e afastar o PCP e a ex-APU da gestão autárquica, não hesitando para tal em tentar impedir a APU de concorrer às eleições autárquicas de 1985 em numerosos municípios e freguesias e em estabelecer uma coligação sem princípios com o PS em numerosas autarquias.

Os objectivos da direita têm sido no essencial derrotados. Não foram, porém, abandonados. Aproveitando a si-

tuação criada com as eleições de 19 de Julho, o PSD vai procurar desferir os mais profundos golpes em características essenciais do actual Poder Local. O Governo PSD e a sua maioria parlamentar prepararam-se para retomar e ampliar a ofensiva reaccionária contra o Poder Local visando a limitação da sua democraticidade, autonomia, capacidade de resolução dos problemas das populações e o alargamento de processos arbitrários e discriminatórios de distribuição de verbas pelas autarquias, designadamente através dos critérios para a selecção de projectos para o FEDER e FSE, do aumento do peso das verbas para «contratos-programa» ou a pretexto de situações ditas «excepcionais».

No quadro da sua ofensiva anti-autárquica, o Governo anuncia ainda o propósito de alterar o sistema de eleição das Câmaras Municipais e de rever o regime de finanças locais de modo a eliminar a justiça e transparência dos critérios de distribuição de verbas pelos municípios e a diminuir a capacidade financeira das autarquias, reduzindo o montante global das verbas a transferir do orçamento do Estado, pressionando as autarquias a agravar a carga fiscal sobre as populações, e impondo novos encargos (habitação, parte da rede viária nacional e instalação dos tribunais) sem a transferência dos correspondentes e necessários recursos. Prosseguirão, por outro lado, a usurpação de funções e as ingerências na actividade autárquica, nomeadamente através dos CCR's, em especial no domínio do planeamento territorial e urbano e começam a surgir formas de pressão no sentido de «privatizar» actividades municipais susceptíveis de fornecerem receitas.

Ao mesmo tempo, o Governo manifesta uma clara intenção de protelar o mais possível a instituição das Regiões Administrativas.

3. — Nas novas condições que estão a ser criadas é necessário e possível comprovar e reforçar a superioridade da gestão autárquica dos eleitos do PCP e CDU. Para tal impõe-se lançar múltiplas obras e realizações que respondam às mais sentidas aspirações populares; prosseguir a correcta descentralização para as freguesias; desenvolver todas as formas de participação e colaboração das massas e das organizações populares; melhorar a informação, o esclarecimento, o atendimento e o contacto dos eleitos com as populações; reforçar a atenção à situação dos trabalhadores das autarquias, mobilizando a sua dedicação e melhorando a eficácia dos serviços; prestar especial atenção aos jovens, às mulheres, aos reformados, aos problemas dos desempregados e outras camadas carecidas de apoio nas suas lutas e reivindicações.

Os eleitos do PCP e seus aliados na CDU terão que enfrentar a nova situação que o Governo visa criar ao Poder Local, procurando impedir a discriminação na concessão de verbas e apoios, seja através de contratos-programa ou de outras formas. A elaboração de projectos e candidaturas bem fundamentadas aos contratos-programa e a subsídios e a participações do Governo e da CEE (como tem sido feito) e uma posição combativa dos eleitos e das populações é a forma adequada de dificultar e mesmo impedir as tentativas de discriminação que o Governo pretende acentuar.

Ao mesmo tempo, impõe-se corrigir deficiências e erros onde se manifestem, dando particular atenção ao combate

à burocracia, ao protelamento ou exigências excessivas na satisfação de pretensões dos particulares, à melhoria das relações entre os órgãos de informação e ao aprofundamento do estilo de massas em toda a gestão autárquica.

A participação dos eleitos do PCP e seus aliados em situações de minoria merece também uma grande atenção, de modo a melhorar muito o conhecimento pelas populações do papel importante que frequentemente tem sido desempenhado.

4. — A correcta avaliação e valorização do trabalho realizado e a unidade do Partido e dos seus aliados mais próximos em torno do Poder Local democrático, das suas realizações e conquistas assume uma importância decisiva.

É necessário dar a máxima atenção aos reparos e insatisfações dos munícipes e das populações. No quadro dos organismos do Partido e das Comissões da CDU é necessário promover a discussão das opiniões e a crítica fraterna mas, ao mesmo tempo, combater o criticismo e o derrotismo, e dar decisiva batalha às campanhas caluniosas da direita cada vez melhor orquestradas.

5. — O CC do PCP condena a tentativa de antecipação ilegal das eleições para antes do fim do mandato para que foram eleitos os órgãos autárquicos, a pretexto de as fazer coincidir com as eleições do Parlamento Europeu de meados de 1989.

O facto de se falar em tais projectos e tentativas e de os outros partidos estarem a preparar-se desde já para as eleições autárquicas não pode deixar de ser tido em conta por todo o Partido.

6. — O CC do PCP sublinha que é possível travar a luta de forma combativa em defesa do Poder Local democrático, contra as ingerências e as discriminações. É possível derrotar a tentativa de afastar ou diminuir a influência dos comunistas e dos seus aliados mais próximos nas autarquias. É possível e necessário não só manter como alargar a confiança das populações nos eleitos do PCP e da CDU e na sua honestidade, trabalho, competência, dedicação e experiência na resolução dos problemas das populações. Trata-se de uma tarefa de ainda maior importância na actual situação política. Trata-se de uma tarefa e de uma luta de todo o Partido e que tem que ser todo o Partido e os seus aliados a travar e a vencer.

7. — O CC do PCP considera que existem possibilidades de unir e mobilizar um grande número de eleitos de vários quadrantes políticos em torno da defesa da democraticidade, autonomia e capacidade de intervenção das autarquias.

O PCP combaterá com firmeza nas autarquias, na Assembleia da República e com as populações a ofensiva contra o Poder Local democrático.

Lisboa, 13 de Outubro de 1987

O Comité Central
do Partido Comunista Português

■ **Henrique Custódio**

Vila Franca de Xira: do Salão às Jornadas Quando as coisas

Em alguns aspectos, Vila Franca de Xira está «no topo» entre os seus pares: é dos concelhos mais industrializados do País e apresenta as mais elevadas taxas de cobertura em infra-estruturas básicas: 100%, nem mais. Inserido no limite norte da Área Metropolitana de Lisboa, este município de 293,88 km², 11 freguesias e mais de 100 000 habitantes cresceu espectacularmente nas últimas décadas e sofreu profundas alterações no seu perfil sócio-económico. A ilustrá-lo, temos a evolução da população activa residente: em 1950 32% dos seus habitantes trabalhavam no sector primário (agricultura) e 33% no secundário (indústria); em 1981 a taxa de ocupação do primário desce para 3% e a do secundário sobe para 58%. Acrescente-se que a população — hoje estimada em mais de 100 000 pessoas — era, em 1950, de 32 724...

São talvez números a mais para uma «entrada» que se quer de leitura fácil. Só que Vila Franca de Xira é realmente um concelho onde as coisas acontecem em grande. E se para grandes males, grandes remédios, no que toca à gestão municipal o trabalho tem avançado com decisão por esse caminho. Ou seja: resolvendo eficazmente os problemas herdados do passado e rasgando o futuro com ponderação e audácia — o que não é incompatível, como se sabe...

Vila Franca de Xira prova-o, de novo.

acontecem em grande

Fomos a Vila Franca de Xira por causa do Salão de Artesanato — iniciativa do Departamento de Acção Sócio-Cultural da Câmara, este ano em 7.ª edição — que é uma ponta tão boa como outra qualquer para se pegar num concelho onde todos os dias estão a acontecer coisas. E esta não é uma coisa qualquer. O camarada José António da Luz Carmo, responsável pelo Departamento que promoveu a iniciati-

va, explicou-a brevemente ainda antes de a visitarmos:

«Trata-se de uma acção com dois objectivos centrais: divulgar (e apoiar) o artesanato nacional, apresentando-o à população do concelho, e estimular o desenvolvimento do artesanato local (praticamente «morto» quando se iniciou esta amostra anual, já lá vão sete anos). Os resultados estão à vista: desde que há o Salão, não

só ressurgiram antigas formas de artesanato local, como aparecem novas.»

Mais tarde, quando visitámos o Salão no vasto pavilhão do Cevadeiro (construído pela edilidade em 1979), tivemos oportunidade de ver a presença significativa de Vila Franca de Xira entre os expositores, nomeadamente no campo da cerâmica. Entretanto o vereador Luz Carmo pormenorizava:



«Nas primeiras edições havia umas dezenas de módulos e, até, presenças um pouco alhelas ao artesanato tradicional e genuíno. Nos últimos anos, mercê do prestígio que o Salão ganhou entre os artesãos, começou a haver uma muito maior procura por parte destes, o que permitiu — melhor: impôs — uma mais rigorosa selecção de representações, procurando-se ter mesmo só artesanato tradicional.»

«Pode escrever aí!»

Esse aumento do interesse dos artesãos pelo Salão anual de Vila

Franca de Xira havia-nos sido claramente afirmado pelos próprios, horas antes, durante um almoço de confraternização oferecido pela Câmara aos mais de 200 participantes. Cândida Fortunato e Maria Carmelina Fevrel, representando a Câmara de Moncorvo (que expunha doces de amêndoa coberta) juntaram a voz a Ema Dantas, do Porto (queijos regionais), Gisélia Ascensão Felismina de Alcanena (trabalhos em rafia, junco e feno) e a Flora e João Faustino, de Constância (miniaturas em pedras semi-preciosas) para nos afirmarem preempitoriamente que «temos andado por muitas feiras e exposições por esse País fora e nunca fomos recebidos como o somos, sempre, por esta Câmara. E bem recebi-

dos em todos os aspectos: cuidados com os alojamentos, a alimentação, o acompanhamento, tudo! Pode escrever aí que muitos de nós começámos a vir cá precisamente por ouvirmos falar aos nossos colegas do bom acolhimento que aqui tínhamos.»

Está escrito.

O Salão é constituído por artesãos individuais e representações de municípios que dão atenção a esta área cultural, «o que dá garantia de genuinidade», segundo o vereador Luz Carmo, que realçou outro aspecto original da iniciativa: o de ter um grande número de gente a trabalhar ao vivo, executando as suas peças na presença do visitante e/ou comprador. «E aí este Salão

O município de Vila Franca de Xira — à semelhança, de resto, do que acontece na generalidade das autarquias geridas por comunistas — desenvolve a sua intensa actividade sempre em estreita ligação com as populações, auscultando-lhes a opinião, estimulando-as à intervenção activa e solicitando-lhes a colaboração. O trabalho dos órgãos autárquicos, esse privilegia sempre o empenho colectivo dos eleitos

apresenta sem dúvida o maior número de artesãos a trabalhar ao vivo jamais reunidos em qualquer outra iniciativa do género, mesmo nas de maior envergadura», acrescentou.

Lá os vimos, de vários pontos do País e executando as coisas mais diversas — mantas, cestas, miniaturas de barro ou madeira, trabalhos nos mais diversos materiais, decorativos ou funcionais, mas sempre artisticamente feitos, nascendo, cada um deles, único e perfeito das mãos do seu artífice. Apaixonante.

Respirar fundo

O vereador Luz Carmo, entretanto, falou-nos um pouco das actividades desenvolvidas pelo Departamento Sócio-Cultural da Câmara, informando que o município chamou a si a realização das grandes acções culturais e o apoio e a dinamização dos agentes desportivos e culturais do concelho. Resolvidos os problemas básicos das populações (água, electricidade, saneamento) entrou-se decididamente na tarefa de o dotar com equipamentos desportivos e culturais. Há dois pavilhões gimno-desportivos em construção (a somar ao que a Câmara construiu em Vila Franca de Xira e que serviu para albergar o Salão de Artesanato) enquanto a luta no campo dos edifícios escolares, embora continuando, já permite que se respire fundo:

«Em 1974 havia 98 salas de aula no concelho; hoje há mais de 220, todas construídas pela autarquia; só neste ano lectivo pusemos a funcionar mais 17 novas salas. Deixámos finalmente de andar a fazer escolas sob a pressão de evitar que as crianças não tivessem onde ir; grande parte das construídas nestes últimos dois anos já são salas destinadas a substituir velhas.»

O mesmo não acontece com os Ensinos Preparatório e Secundário, cujos edifícios são da responsabilidade do Governo: apesar dos constantes alertas do município de que a situação é já de ruptura, continua-se à espera da construção das escolas Preparatória e Secundária de Alhandra e Vialonga. Entretanto o município afectou neste orçamento 50 000 contos só para transportes escolares...

As Jornadas do Concelho

Tivemos também oportunidade de falar com outro vereador, o camarada Carlos Félix, responsável pelo Departamento de Administração Geral e presidente dos SMAS, que nos conduziu a outra área da intensa actividade em que o município anda também empenhado: as 1.ªs Jornadas de Desenvolvimento do Concelho (que o presidente da Câmara, camarada Daniel Branco, desenvolve na entrevista que publicamos ao lado). E disse-nos Carlos Félix (também responsável pelo secretariado permanente das Jornadas, que se realizarão a 13, 14 e 15 de Novembro próximo):

«Neste momento estamos a desenvolver uma intensa actividade com o objectivo de divulgar publicamente a iniciativa e envolver as várias camadas da população na discussão dos problemas inerentes a cada uma das secções das Jornadas.»

Que são cinco, como se segue: 1 — Desenvolvimento Económico e Emprego; 2 — Ensino, Cultura e Desporto; 3 — Quadro de Vida e Meio Ambiente; 4 — Urbanismo e Habitação; 5 — Demografia e População. Trata-se, sem dúvida, de uma profunda e vasta reflexão sobre o concelho, particularmente rica e enriquecedora dada a forte participação com que está a ser feita, como frisou Carlos Félix:

«Estão a ser realizadas reuniões em todas as freguesias com as populações, para as quais são convidados técnicos, agentes económicos, associações e organismos representativos dos trabalhadores. Estas reuniões têm como objectivo central discutir informalmente os problemas que maior influência terão no futuro do concelho. Simultaneamente estamos a fazer reuniões por sectores de actividade (comerciantes, empresários, agricultores, intelectuais, etc) e vamos fazer um encontro de colectividades. Tudo antes das Jornadas e com o objectivo de as discutir numa perspectiva mais sectorial.»

Eu não vos disse que em Vila Franca de Xira as coisas acontecem em grande? ■

Daniel Branco, presidente:



Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Fomos encontrar o camarada Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, submerso em trabalho. O corropio de deslocações e solicitações imposto pela intensa actividade presentemente vivida pelo município não o impediu, contudo, de «inventar» uma nesga no seu programa para falar à nossa reportagem e responder a algumas questões. De registar. Quanto à entrevista, aqui vai.

«Avante!»: — Qual a importância destas «Jornadas de Desenvolvimento» para o futuro próximo da vida da autarquia?

Daniel Branco: — As «1.ªs Jornadas de Desenvolvimento do Concelho» não são uma realização pontual, mas sim uma nova expressão, nas condições actuais, do processo de permanente ligação entre as populações e as autarquias que vimos concretizando.

A nossa população tem sido crescentemente solicitada a intervir na discussão, concepção e concreti-

zação de quanto lhe diz respeito. A resposta que temos obtido é altamente compensadora. O desenvolvimento do concelho é um processo complexo resultante da acção conjunta — embora até ao momento desarticulada — de diversos agentes: os empresários de diferentes actividades económicas, as colectividades e associações da população, as cooperativas e a administração pública nos seus níveis central e local, concorrem para esse desenvolvimento.

Assim, pode perguntar-se: será possível estabelecer um diálogo entre os diferentes intervenientes, procurando generalizar e disponibilizar a informação que sirva de suporte a um desenvolvimento mais coordenado?

As 1.ªs Jornadas de Desenvolvimento do Concelho partem do pressuposto que podemos responder SIM a esta questão e de que nós — autarquias — pela experiência, conhecimento e credibilidade, estamos em posição de desempenhar o papel de promotores do diálogo que é imprescindível.

Sendo uma constante a nossa preocupação e a nossa acção no sentido da promoção do desenvolvimento das nossas comunidades, as 1.ªs Jornadas de Desenvolvimento do Concelho representarão um passo de maior significado para toda a orientação futura da vida do nosso município.

«Av»: — Outra questão — o Plano Director Municipal. Que dificuldades têm travado a sua concretização? E em que medida essa concretização virá dinamizar a operacionalidade do trabalho da autarquia?

D.B.: — Não nos parece correcto falar em dificuldades que têm travado a execução do Plano Director

«Balancear o existente com o desejável»

Municipal de Vila Franca de Xira. A questão que nos tem feito não avançar prende-se com a própria filosofia de acção subjacente ao Plano Director Municipal (PDM).

Na maioria dos casos a elaboração do PDM é entregue a um gabinete exterior à Câmara, a quem é dada pouca orientação de partida e que, após levantamento de informação sobre a realidade do concelho e a elaboração de um diagnóstico técnico da situação, apresentam à consideração dos órgãos autárquicos municipais um produto final, a que chamam Plano Director, onde são apontadas opções de desenvolvimento futuro fundamentalmente baseadas no diagnóstico técnico elaborado.

Isto também já podíamos ter feito. Porém, e com todo o respeito por quem tem procedido assim, a nossa concepção privilegia o carácter político do PDM.

«Produto final», não

«Av»: — Carácter político... Podes especificar?

D.B.: — Sim. O PDM, em nosso entender, tem de assentar sobre três premissas fundamentais:

Primeiro — tem de conter, para além do máximo de informação possível sobre a realidade actual e sobre as alternativas de evolução previsíveis, a expressão clara dos anseios das populações, pelo que é imprescindível a sua participação;

Segundo — tem de ser um permanente instrumento de mobilização, o que exige que apresente opções correspondentes às necessidades sentidas e capazes de suscitar o empenho individual e colectivo na sua concretização;

Terceiro — tem de se inserir num

processo evolutivo de diálogo, aferição e correcção, suficientemente flexível para prever as alterações conjunturais e mesmo estruturais que se venham a apresentar no futuro, exigindo um permanente elaborar colectivo de respostas e soluções adequadas ao evoluir da realidade.

«Av»: — Portanto para vós o PDM não é um «produto final» apresentado por um gabinete exterior ao município, à espera de aprovação...

D.B.: — Exacto. Para nós o PDM não é um produto final, mas apenas uma fase do desenvolvimento do processo de gestão participada do município que vimos concretizando.

Julgamos ter atingido agora o amadurecimento do processo capaz de permitir novos avanços.

As 1.ªs Jornadas de Desenvolvimento do Concelho permitirão o alargamento da discussão colectiva do nosso presente e do nosso futuro, que viabilizará conclusões de solidez suficiente para servirem de linhas de orientação ao PDM.

Sendo a elaboração do Plano um incremento ao processo de participação, certamente que a coordenação que daí advirá permitirá um melhor aproveitamento do trabalho das autarquias, cada vez mais conjugada com o dinamismo dos restantes agentes de transformação.

«Não somos de mi-ragens»

«Av»: — O trabalho desta Câmara é conhecido e respeitado, mesmo por quadrantes políticos adversos ao PCP. Pode dizer-se que, aqui, o futuro «tem pernas para andar». Assim sendo, que direcções principais irão marcar o curto-prazo?

D.B.: — Como corolário das prioridades cumpridas em anteriores mandatos, o mandato actual é já de consolidação de novos caminhos que temos percorrido.

Com uma satisfação de carências básicas da população do concelho da ordem dos 100% em termos de distribuição de electricidade, de abastecimento de água, de redes de esgotos e de recolha do lixo, construímos uns robustos alicerces, onde temos vindo a assentar sólidas paredes em novos domínios.

Sem descurarmos a generalizada melhoria da prestação de serviços à população nos sectores já tradicionais, as actividades sócio-culturais têm crescente relevância na nossa acção. Ensino, cultura e desporto no concelho estão intimamente ligados à acção das autarquias. O incremento tem sido notório e irá prosseguir.

Trabalhando para todos os grupos etários e todas as camadas da população, temos privilegiado — e continuaremos a fazê-lo — a infância e a juventude. Ainda neste mandato ampliaremos a muito positiva experiência da Casa da Cultura e da Juventude de Aiverca, abrindo uma nova casa em Vila Franca de Xira. Vamos proceder à elaboração da Carta Cultural e da Carta Desportiva do Concelho, balanceando o existente com o desejável, elaborando depois, nessa base, programas de acção sectoriais para toda a área do concelho.

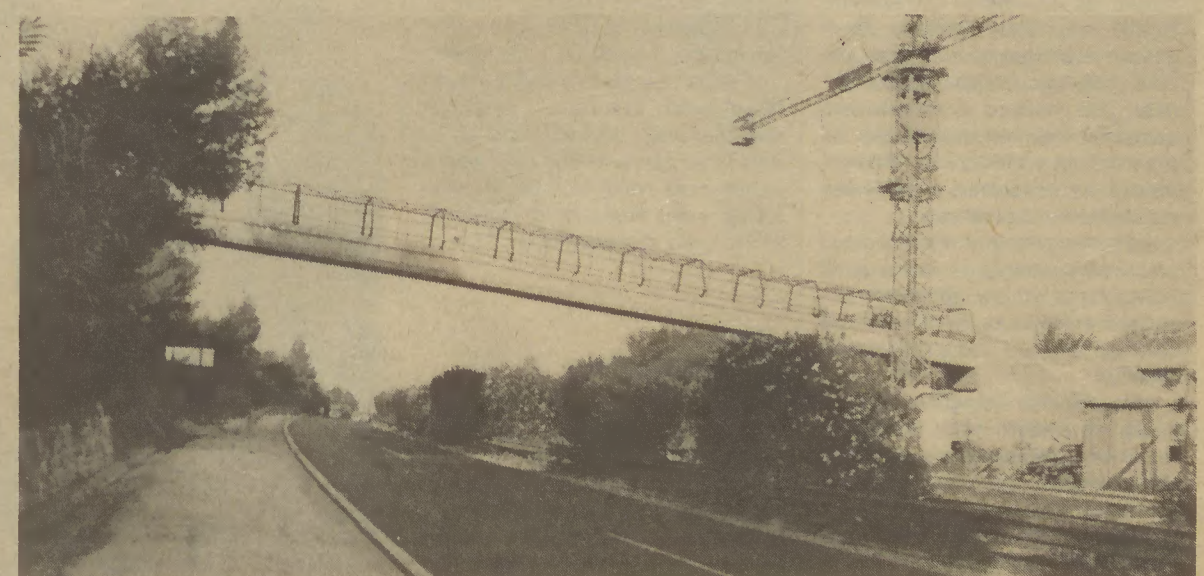
«Av»: — «Balancear o existente com o desejável» parece-nos uma formulação particularmente feliz. Como aplicá-la na área estritamente económica, neste tempo de «fartura» cavaquista?

D.B.: — O desenvolvimento económico é desde há muito nossa preocupação. Iremos redimensionar o nosso Departamento de Economia

e Turismo para melhor respondermos ao muito que já fazemos neste sector.

O turismo irá ter grande impulso em Vila Franca de Xira. Propomos-nos, em conjunto com todos os agentes turísticos, dinamizar o sector, aproveitando as enormes potencialidades de que dispomos.

O nosso futuro não é o da miragem e dos sonhos, do que se constrói a contar com esmolas do exterior. Iremos fazê-lo trilhando o caminho que vimos abrindo — com as enormes capacidades que resultam do trabalho colectivo empenhado, da confiança entre autarquias, população e restantes agentes de transformação, do aproveitar de todas as oportunidades e meios que consigamos obter, mas, sobretudo, com o aprofundar do que tem sido a chave do êxito da nossa acção — gerindo o município com a participação da população ■



Passagem para peões sobre a auto-estrada. Uma das muitas obras da responsabilidade da autarquia, num esforço permanente na melhoria da qualidade de vida dos municípios. As necessidades básicas, essas já estão resolvidas a 100%, o que constitui um feito assinalável, a nível nacional



Uma das originalidades do Salão do Artesanato: muitos dos artesãos executavam as suas peças ao vivo, na presença do visitante e/ou comprador

Um ano depois de Reykjavik

O primeiro passo para o desarmamento

A partir de 1985, a situação mudou completamente para todos os europeus, eu incluído. Agora, a minha família, os meus amigos, e eu próprio vivemos num continente onde uma guerra nuclear limitada pode começar a qualquer momento. Como resultado da instalação em território europeu dos mísseis americanos «Pershing» e de cruzeiro, que se contrapõem aos mísseis SS-20 soviéticos, a Europa foi transformada num potencial teatro de operações militares. Palavras do sociólogo suíço Jean Ziegler, no diálogo com o economista soviético Iuri Popov, reproduzido no livro «Ano 2000: fim da raça humana».

«Pela primeira vez na História, a ideia de desarmamento nuclear está prestes a concretizar-se.

«A ideia não é nova. O que é novo é ela afigurar-se possível.

«Ainda ontem o olhar deparava-se com uma muralha espessa, hoje o horizonte estende-se longamente.

«Duas mil ogivas constituem apenas uma pequena parte dos arsenais nucleares. Por outro lado, são suficientes para que, desaparecendo, se ofereça ao mundo uma nova perspectiva.

«O acordo sobre elas é uma parte menor do ocorrido. O que se passou foi algo muito maior: a União Soviética e os Estados Unidos finalmente pronunciaram juntos a primeira palavra sem utilizar a linguagem nuclear.» É um pequeno extracto do discurso do ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Chevardnadze, em Setembro último, na 42.ª Assembleia da ONU.

Entre as duas posições não medeia apenas uma diferença natural

de perspectiva ideológica. Tão pouco o decorrer de um — curto — lapso de tempo. Tudo indica que vai ser possível em breve a libertação da Europa de duas categorias de armas nucleares. E esse é um fruto inegável de laboriosas negociações pela paz, da dinâmica política de paz da URSS, do peso do movimento de massas pelo desarmamento. Mas, sobretudo, fruto de um momento ímpar nesta grande batalha: *Reykjavik*.

Há um ano, dias 11 e 12 de Outubro, na capital da Islândia, a União Soviética e os Estados Unidos, representados por Gorbatchov e Reagan, chegaram mais longe que nunca na possibilidade de alcançar acordos de desarmamento nuclear que iriam revolucionar todo o quadro da realidade internacional. O passo decisivo não foi dado. O obstáculo é muito concreto e tem um nome: IDE, ou seja militarização do Espaço. Que o mesmo é dizer: a persistência das pretensões do imperialismo de alcançar a superioridade militar.

Mas Reykjavik ficou como um marco que ninguém pode apagar. Nada poderá voltar a ser o que era, comentou então o camarada Gorbatchov. A possibilidade agora aberta de uma parcial libertação da Europa das armas nucleares é uma confirmação prática de que finalmente se trilham novos caminhos. Sobram dificuldades. Mas a lógica suicida da desenfreada corrida aos armamentos sofre o seu primeiro revés em termos práticos de desarmamento.

A segunda proposta respeita aos mísseis de médio alcance (alcance máximo de 1000 a 4500 quilómetros). Em causa a total liquidação dos mísseis soviéticos e norte-americanos desta classe na Europa (não levando de momento em conta os arsenais nucleares da França e da Grã-Bretanha).

A terceira questão incluída no «pacote» das propostas soviéticas era o Tratado de Defesa Antimíssil (DAM) e a proibição das experiências nucleares.

Qual a posição soviética neste domínio?

Gorbatchov expõe, com clareza: «Já que entramos numa conjuntura absolutamente nova, em que se começará a redução considerável dos armamentos nucleares e a sua liquidação em curto prazo, é indispensável proteger-se contra todos os imprevistos. Trata-se de armamentos que constituem até agora o sustentáculo da defesa do nosso país. Por conseguinte, é preciso eliminar tudo quanto poderia subverter a igualdade do processo de desarmamento, eliminar toda e qualquer possibilidade de serem criadas armas de outro tipo capazes de assegurar a superioridade militar. Consideramos esta posição perfeitamente natural e lógica.»

Mas outra é a lógica de Washington. Para o Pentágono e a Casa Branca trata-se ainda de intentar a conquista da superioridade militar perdida. O prosseguimento do projecto de militarização do Espaço, acompanhado da redução de armamento estratégico (a redução dos alvos a eliminar...) seria mesmo o caminho ideal... É absurdo, mas é um facto.

E assim, enquanto foi possível — embora difícil — chegar a posições de consenso no que respeita às armas estratégicas e aos mísseis de médio alcance, a delegação norte-americana barrou totalmente o caminho ao acordo global que se impunha.

E depois

A história de Reykjavik não se cingiu àqueles dois dias na capital islandesa. Porque foi demasiado importante o que lá se passou. E também pelo que se lhe seguiu.

Dias após, em Washington, sucediam-se com rapidez deveras curiosas posições. Tratou-se primeiro de apresentar as propostas soviéticas como de iniciativa americana! Manobra a que logo se sucederam outras: a desvalorização dos pontos a que se havia chegado a acordo (não formalizado embora), e mesmo a sua negação, quer em termos de propaganda quer no terreno prático das negociações. Foi evidente a preocupada pressa em pôr uma pedra sobre a cimeira da Islândia.

Só que tal pretensão não é pura e simplesmente possível.

Uma situação qualitativamente nova

A televisão portuguesa chegou a noticiar o acordo que afinal se não concretizou. Uma falha óbvia, sem dúvida. Mas testemunho também de quão perto se esteve de resultados concretos.

Nas últimas horas, esgotado já o tempo inicialmente previsto para as negociações, a delegação soviética ainda apresentou um texto, com que se pretendia torneir o grande obstáculo levantado: a «guerra das estrelas».

Nele textualmente se dizia: «A União Soviética e os Estados Unidos comprometer-se-iam a não usarem nos próximos dez anos do seu direito de renunciar ao Tratado «DAM», sem limite do prazo de vigência, e a observarem nesse período com rigor todas as suas alianças. São proibidos os ensaios com quaisquer elementos espaciais de uma defesa antimíssil no Espaço, menos as pesquisas e os testes realizados em laboratórios.

«Os armamentos estratégicos ofensivos de ambas as partes serão reduzidos a 50 por cento nos primeiros cinco anos deste decénio (até ao ano de 1991, inclusivamente).

«No segundo quinquénio do período em questão serão desmantelados os restantes 50 por cento dos armamentos estratégicos ofensivos de ambas as partes.

«Deste modo, os armamentos estratégicos ofensivos da União Soviética e dos Estados Unidos serão eliminados por completo até ao fim do ano de 1996.»

Como é sabido, a delegação nor-

te-americana recusou este esforço final por parte da União Soviética.

Comentando esta posição perante a Televisão soviética, Gorbatchov diria então que a causa principal do comportamento da delegação norte-americana «reside na dependência dos dirigentes daquele país do complexo militar-industrial e dos grupos monopolistas que transformaram a corrida aos armamentos nucleares e outros num negócio, uma fonte de lucros, numa finalidade da sua existência e da sua actividade».

«pacote»

«Colocámos na mesa das conversações todo um «pacote» de grandes medidas, as quais, caso fossem aprovadas, dariam início a uma nova época na vida da Humanidade — a época desnuclearizada. É esta a essência da viragem radical na conjuntura mundial, cuja possibilidade era evidente e real. Estava já em questão a liquidação das armas nu-

cleares em prazos relativamente curtos e não mais de limitação dos armamentos nucleares, como aconteceu no caso dos tratados Salt-1, Salt-2 e outros.»

O «pacote», de que assim Gorbatchov salienta a importância, en-

globava três propostas concretas:

A primeira proposta referia-se aos armamentos estratégicos. Trata-se da sua redução em 50 por cento num primeiro período de cinco anos — tanto das armas estratégicas na terra, como no mar e no ar.



O primeiro encontro em Reykjavik, o início de uma batalha acesa, sem conclusões, mas que haveria de dar os seus frutos

«Guerra das estrelas» O grande obstáculo

Na sua intervenção na conferência de imprensa ainda realizada em Reykjavik, Gorbachov destacou, entre outras conclusões: «*Todos nós que vivemos na Terra, no mundo socialista, no mundo capitalista e no mundo em vias de desenvolvimento temos agora uma oportunidade única: de, finalmente, começar de facto a cessar a corrida aos armamentos, proibir as armas nucleares, destruí-las e afastar da Humanidade a ameaça nuclear.*»

Esta uma conclusão fundamental do que se passou em Reykjavik. O caminho aberto para a liquidação de mísseis nucleares na Europa, testemunha de que nada foi perdido e de que as forças da paz estão empenhadas em segurar firme a oportunidade única de sobrevivência e progresso. ■

«O encontro de Reykjavik desmascarou ainda mais, aos olhos de todo o mundo, a famigerada «IDE» como um símbolo de obstrucionismo contra a causa da paz, como uma manifestação concentrada do militarismo e da relutância em eliminar a ameaça nuclear que paira sobre a Humanidade. É pura e simplesmente impossível interpretá-la de outra maneira. É a mais importante lição do encontro de Reykjavik». Um ano depois deste comentário de Gorbachov, frente às câmaras de televisão soviéticas, o grande obstáculo ao desarmamento mantém-se ainda inteiro.

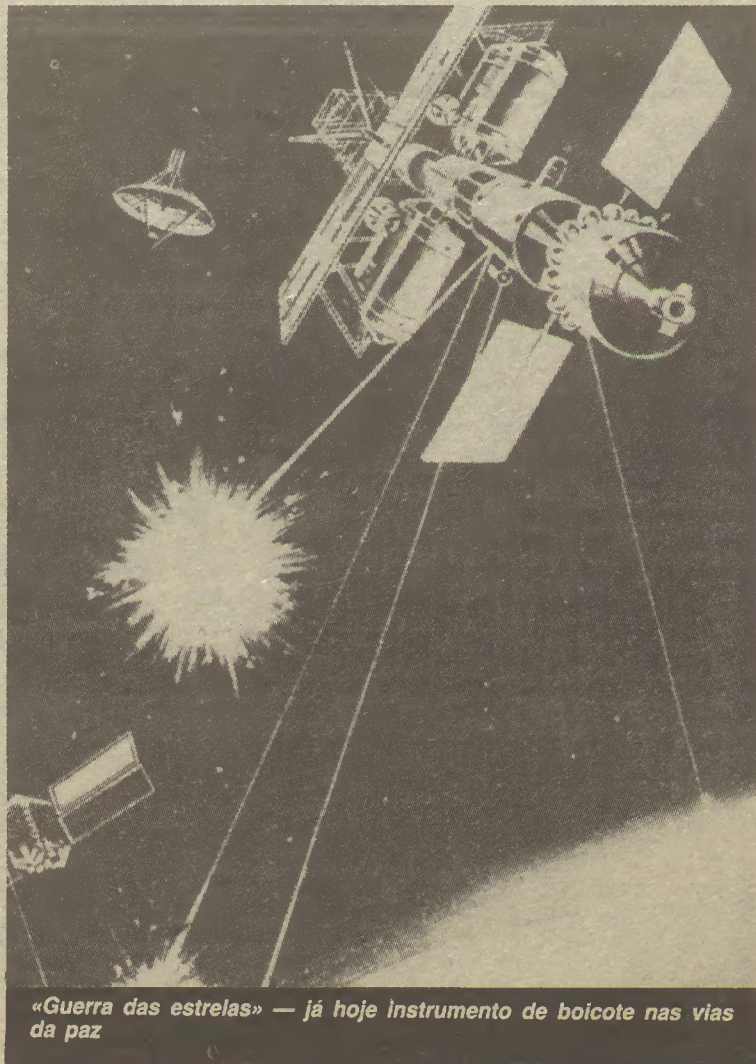
No concreto, o que é a «IDE»?

A «Iniciativa de Defesa Estratégica» foi anunciada por Reagan em Março de 83, e então apresentada como estritamente defensiva — um escudo intransponível defendendo dos mísseis nucleares (soviéticos,

naturalmente...) as cidades norte-americanas. Mais ainda: tratar-se-ia de um projecto que deveria lançar para a lixeira da História o armamento nuclear... Washington dava a «resposta» aos mais caros anseios e exigências de massas crescentes de gente em todos os países do mundo!

Volvidos tempos, tais teses iam-se tornando insustentáveis. Cientistas norte-americanos (e de todo o mundo) taxativamente afirmavam que mesmo que o «chapéu-de-chuva nuclear» tivesse (e necessariamente tinha que ter) o mais pequeno buraco — toda a civilização humana seria posta em causa. E a própria Academia Papal de Ciências do Vaticano, afirma em relatório que «as tentativas de criar e realizar tal projecto levariam o mundo não a uma limitação, mas a um novo aumento da quantidade de armas nucleares». Por fim também, mesmo em termos de defesa, as autoridades norte-americanas já só falavam de defender bases militares e silos de mísseis!

Concretamente o projecto de militarização do espaço prevê três tipos de armas. Nas palavras do professor suíço Jean Ziegler, anteriormente referido, trata-se de «*canhões laser instalados em plataformas no espaço, para destruírem o grosso dos mísseis soviéticos após o lançamento destes (...).* Em segundo lugar, o plano americano da «*guerra das estrelas*» prevê a produção e a instalação de uma grande quantida-



«Guerra das estrelas» — já hoje instrumento de boicote nas vias da paz

de de antimísseis, capazes de interceptarem, a grande altitude, ogivas nucleares dirigidas contra cidades americanas. Finalmente, o plano prevê um sistema de mísseis destinado a interceptar, a altitudes mais baixas, as ogivas inimigas que tenham passado através das duas «cortinas» anteriores».

Note-se que o argumento de que se trata apenas de um sistema defensivo é uma total falsificação.

Antes do mais, porque armas de defesa e ataque sempre andaram intimamente ligadas. Acresce que um sistema de defesa pode muito bem ser utilizado para defender as armas do atacante. E ainda porque os laser também serve naturalmente para atacar e destruir alvos no espaço... e em Terra.

A verdade é bem outra.

«Pergunta-se: que necessidade haverá de proteger a «liberdade da América» e dos seus amigos contra os mísseis nucleares soviéticos, se estes mísseis deixarão de existir?»

«Se não existirem as armas nu-

cleares, para que será necessária a defesa contra elas? Então todo este projecto com «guerra das estrelas» tem um carácter estritamente militarista, e visa alcançar a supremacia militar sobre a União Soviética».

Não à IDE

A pergunta colocada por Gorbachov e a conclusão de que não é de defesa que se trata, repete-se hoje por todo o mundo. Hoje, a IDE é tema obrigatório em todas as conferências e conversações sobre a segurança, desarmamento e desnuclearização.

Paralelamente se desenvolve um amplo movimento de massas em diferentes países, e que conta com a significativa participação de largos grupos de trabalhadores científicos.

Alguns, poucos, exemplos.

Na RFA, na região de Aquisgrán, tem-se como objectivo recolher 100 mil assinaturas contra a «guerra das estrelas», até à próxima cimeira Reagan-Gorbachov. Os organizadores do movimento, sociais-democratas, pretendem mobilizar a opinião pública, invocando nomeadamente a particular situação de Aquisgrán, literalmente sitiada de mísseis norte-americanos de médio alcance. E sublinham: «*como europeus devemos defender os nossos interesses e não nos deixarmos subordinar aos interesses económicos dos Estados Unidos, ao programa da IDE, porque este não nos traz a segurança.*»

Mais de 100 000 franceses já assinaram o *Apelo do movimento da paz francês* contra a militarização do cosmos, e que também exige a imediata suspensão dos ensaios nucleares.

A maioria dos físicos japoneses rejeita o projecto norte-americano da IDE e a participação do Japão em tal projecto. Num inquérito entre os 14 mil membros da Associação Japonesa de Físicos, realizado em fins de 1986, 78,8% dos inquiridos pronunciou-se contra o projecto armamentista dos Estados Unidos.

Alguns testemunhos das potencialidades de luta pela neutralização do que é hoje o obstáculo decisivo ao desarmamento.

À liquidação de mísseis na Europa, outros passos se terão que seguir. Estamos apenas no início de um processo fundamental de desarmamento. A luta decidida contra a militarização do espaço é um elemento fundamental no desbravar das vias da paz. ■

Onde se negocia a Paz

Genebra — Negociações americano-soviéticas sobre armas nucleares estratégicas e armas espaciais — Aqui são negociadas as propostas soviéticas sobre redução de armamentos nucleares estratégicos, o respeito pelo tratado DAM, e sobre os armamentos nucleares de médio alcance.

Viena — Conferência para a redução das Forças no centro da Europa — Reúne praticamente todos os países da NATO e do Pacto de Varsóvia.

Conferência para a segurança e a cooperação na Europa — É esta conferência que em 1975 promulga a Acta Final de Helsínquia. Teve duas sessões plenárias importantes, a primeira em Belgrado (Jugoslávia), e a segunda em Madrid. Nesta sessão de Madrid foi decidido nomeadamente a realização de uma Conferência para o Desarmamento que decorreu em Estocolmo em 1985 e 86. Decorre actualmente uma terceira sessão em Viena (Áustria). As conclusões positivas já alcançadas e actualmente em discussão em Viena devem abrir perspectivas para uma negociação concreta sobre a redução das forças e das armas convencionais na Europa.

Genebra — Comité da ONU para o Desarmamento — Entre outras questões são aqui negociadas a suspensão dos ensaios nucleares, a proibição e destruição dos stocks de armas químicas. ■



Gazetilha

por Ignotus Sum

Ária da corrupção

A cantiga do ai, ai tem várias interpretações. agora o governo vai lutar contra a corrupção...

Pasma-se a gente. Afinal perguntámos nós depois: — Quem foi que nos disse tal? Pois foi o governo. Pois...

Governo com tal ciência estando o caso tão feio? Tenham santa paciência: Governo a lutar? Não creio.

Não creio, não. Neste inferno de comprar, vender, mandar, corrupção, com tal governo, não faz senão aumentar...

Consenso e sem senso

Pode a Constituição ser alterada? Deve a Constituição ser alterada? Cavaco acha que deve. Logo então fica a sua intenção denunciada indementida: seu desejo seria ver a democracia destruída.

Pode Cavaco consegui-la? E ao fim e ao cabo aqui é que a porca torce o rabo?.

Apesar do enguiço Cavaco não tem força para isso pelo que lhe apetece aproveitando o vento entendimento com o PS.

A isto penso é que chamam consenso. Porém já se escuta um zum-zum alguém que entrar no tal consenso só prova que não tem senso nenhum...

O convite

Cadilhe foi à América e falou aos senhores do grande Capital a quem expressamente convidou a vir ganhar dinheiro em Portugal!

E não disse isto em português, está claro, mas em inglês. Mais prático, talvez... Aliás, este governo não é raro falar melhor inglês que português...

«Come to Portugal...» Descaramento! «Ganhem dinheiro...» Assim com esta calma: venham tirar o grande rendimento tomem os bens... a terra... o povo... a alma...

Pátria dos filhos meus, Pátria sagrada, não deixes que te agrave e que te rilhe a trágica vergonha, a cavalgada para o passado, de qualquer Cadilhe!

Pontos Cardeais

Vícios

Esta nem ao diabo lembra. Mas lembra ao «Diabo», um pasquim que nem o próprio lucifer imaginaria editar. E lembra ao Governo e a um dos seus delegados no país — uma governadora civil, neste caso a de Setúbal. Pois a senhora decidiu — talvez bem — ordenar que as *boîtes* do distrito encerrarem à uma hora da madrugada. As razões que aduziu para tal decisão é que são de espantar. Terá dito ela — segundo o «Diabo» — que, em razão de se combater a prostituição e a droga, encerrar mais cedo as *boîtes* tem a ver com o facto de se tratar de um distrito carenciado. E terá afirmado: «Estamos num distrito carenciado e não se podem alimentar vícios!»... Quererá a senhora dizer que, noutra qualquer distrito, o Governo que representa está disposto a alimentá-los? Que, por exemplo, no de Lisboa, onde em Cascais foram apreendidos alguns pesados quilos de cocaína, as *boîtes* continuam a poder fechar mais tarde porque o distrito «não é» carenciado? Quererá dizer que se podem alimentar vícios no resto do

Pais porque o Pais no seu conjunto não tem carências?

Séculos de aproximação

Enquanto o professor Freitas, o tal do século XXI, iniciava uma série de diligências no sentido de voltar ao CDS, o professor Adriano Moreira, presidente do mesmo CDS, falou sobre o século XX, do qual usou alguns anos que lhe deram abundante experiência do passado. Ambos puxando a mesma carroça carregada da mesma filosofia, ostentando embora rótulos diversos, têm o mesmo objectivo — que fica séculos atrás do nosso tempo. E por isso que o presente — quanto mais o futuro! — lhes parece ainda tão distante. O professor Adriano chegou ao ponto de afirmar que «ainda estamos longe da institucionalização do regime»! Não queremos acreditar que ele pense estarmos ainda antes do 25 de Abril. Pensamos que o que ele tem é pressa em que o futuro dê rapidamente a volta para chegar ao 24 de Abril, um tempo durante o qual ele se sentiu como peixe na água. Entre os dois professores do

CDS, ambos grandes viajantes no tempo, há séculos de aproximação...

Não ir em grupos

Depois de ter alinhado nos grupos como gente grande — estamos a falar dos famigerados polígrupos que permitem comprar a crédito a quem crédito não tem — o Estado parece decidido agora que não vai em grupos. Isto porque, conforme anunciou o governador do Banco de Portugal, segundo a imprensa, este processo de compras estará na origem do «aumento excessivo» do consumo cá na terra. Depois de anunciar que agora é que a gente ia ser rica, o Governo acha que já é demais. Tendo ganho as eleições, passou a achar que podíamos ser um pouco menos ricos. Ou um pouco mais pobres. O tempo das anunciadas vacas gordas vai rapidamente passar. Como uma miragem. São os despedimentos de empresas que encerram depois das eleições, no seguimento das promessas de viabilização — como por exemplo a «Fornos Eléctricos»; são os anunciados e desmentidos... filtros para o «passe social». E não falamos sequer do processo de destruição profunda a que querem submeter as nacionalizações, a Reforma Agrária — com as consequências económicas e

sociais previsíveis. Depois de ter conseguido agrupar 50 por cento do eleitorado em torno de promessas, o Governo vem dizer agora — ainda veladamente — que não vai em grupos. E que é preciso apertar o cinto.

O mau passo

A revisão constitucional, cujo processo ainda não se iniciou, está já na ordem do dia. Porque é importante. Para uns afigura-se urgente acabar com o regime democrático que ela consagra. Para outros torna-se imperativo defendê-lo. Para alguns outros, a coisa mostra-se como uma mercadoria a negociar. Como deixam a entender. Quer dizer — para cada um dos lados do «espectro político», a questão é clara. Para quem se pretende no meio, a coisa reveste-se de sombra. As sombras, entretanto, parecem atrair os hesitantes para o lado mais escuro, chamá-los a dar o mau passo... Num semanário de direita, que anuncia ter o PSD escolhido para Portugal «o sistema eleitoral alemão», garante-se que o PS «não dará nenhum passo antes do PSD». Ainda bem. E oxalá que o passo a dar não seja na esteira do partido do Governo. Porque seria um mau passo para a democracia. E um tropeção para um partido democrático.



Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 720

15 de Outubro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Álvaro Cunhal
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

Jan Glowszyk
MEMBRO DA COMISSÃO POLÍTICA
E SECRETÁRIO DO CC DO POUP

COMÍCIO DE AMIZADE

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PARTIDO OPERÁRIO UNIFICADO POLACO

16 OUTUBRO · SEXTA · FEIRA
21.30 horas
Soc. Filarmónica da Amadora

Sexta 16

• Torres Vedras

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho, com Júlio Filipe do CC.

• Braga

Reunião, às 21.30, no Centro de Trabalho, para os camaradas do concelho de Braga e concelhos do interior do distrito.

• Esposende

Reunião, às 21.30, no Centro de Trabalho.

presença do camarada **José Casanova**, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• Sesimbra

Encontro Distrital de Partidários da Paz, às 10.00, nos Bombeiros Voluntários.

• Setúbal

Plenário Distrital de Reformados, às 14.30, na Sociedade Musical Capricho Setubalense, com a participação do camarada **Domingos Abrantes**, membro do Secretariado e da CP do CC do PCP.

• Porto

Encontro Regional de Quadros sobre o trabalho nas Autarquias Locais e associações populares, às 15.00, no Centro de Trabalho da Boavista.

• Funchal

Reunião da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira, às 15.00, no Centro de Trabalho do Funchal.

Sábado 17

• Barcelos

Reunião, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• Taipas

Reunião, às 15 horas.

• Guimarães

Reunião, às 16.00, no Centro de Trabalho, para os camaradas das freguesias urbanas e suburbanas do concelho.

• Famalicão

Reunião, às 16.30, no Centro de Trabalho.

• Riba D'Ave

Reunião, às 16.30, no Centro de Trabalho.

• Porto Salvo

Reunião, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• Loures

Plenário de Quadros, às 15.00, no Centro de Trabalho de Sacavém, com a

Domingo 18

• Fafe

Reunião, às 10.00 no Centro de Trabalho.

• Pevidem

Reunião, às 10.00 na Escola Primária.

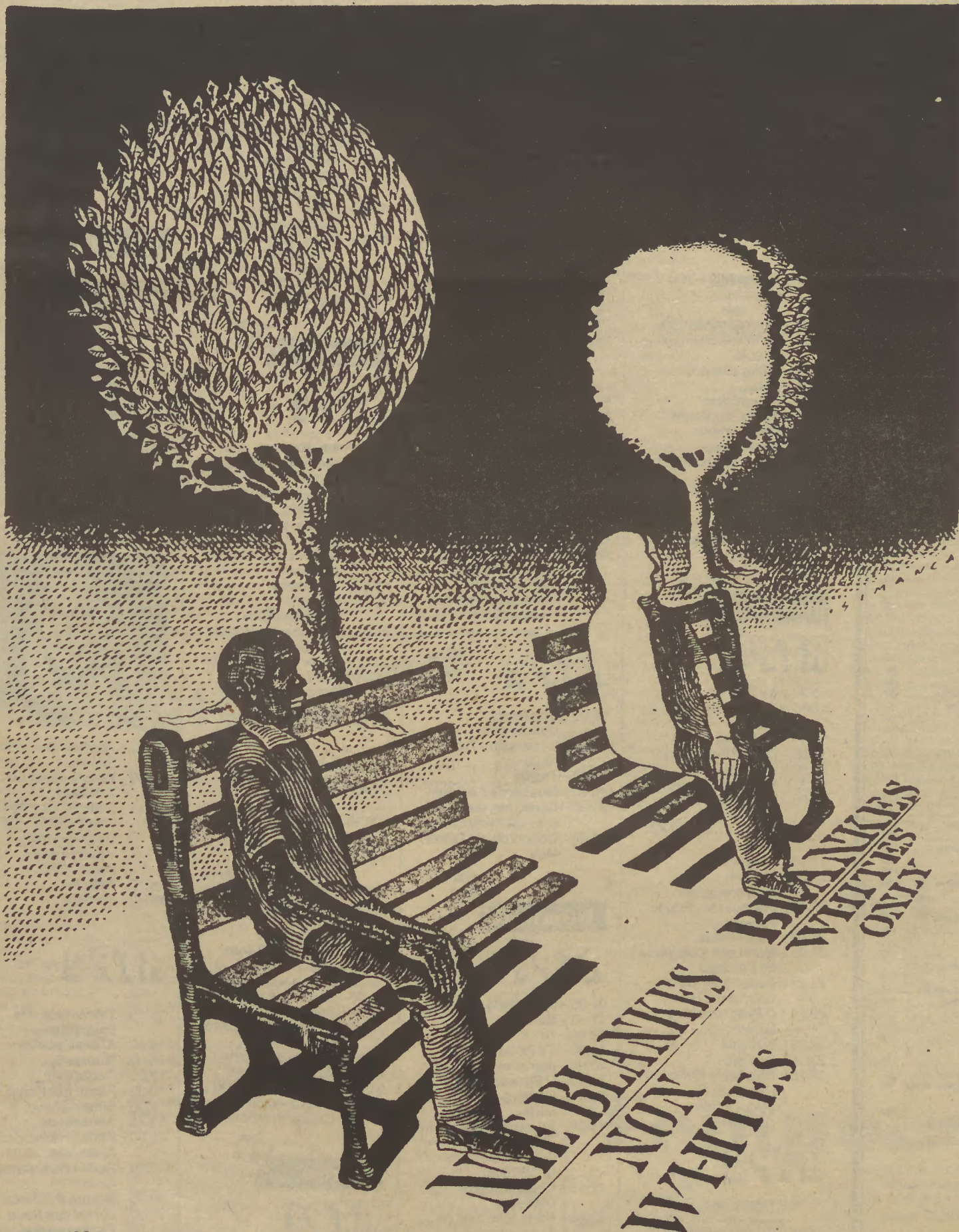
• Moreira de Cónegos

Reunião, às 10.00, na Junta de Freguesia.

• Carnaxide

Almoço-convívio, às 13.00, no Centro de Trabalho, com o camarada **Falé** do CC.

ANTOLOGIA



SIMANCA — Cuba — in Bohemia, revista mensal cubana, Julho/87



PCP

TEMPO DE ANTENA

Segunda-feira
19 de Outubro

RTP/1

(a seguir ao Telejornal)

RDP/1

(depois do noticiário das 13.00)

SECTOR MINEIRO



ESTRATÉGICO EM PORTUGAL situação e perspectivas

**ENCONTRO PROMOVIDO PELO PCP
COIMBRA, 15 DE MARÇO DE 1987**

DOCUMENTO-BASE	11
1. Caracterização global do sector	13
2. A actual crise económica e social no sector	24
3. Perspectivas e necessidades de desenvolvimento	28
4. Propostas	37

A actual situação ao nível das substâncias minerais	41
1. Pirites complexas	43
2. Minérios de cobre e zinco	46
3. Minérios de ferro	49
4. Minérios de tungsténio	52
5. Minérios de estanho	56
6. Urânio	59
7. Carvão	63
8. Petróleo e gás natural	66
9. Quartzo e feldspato	68
10. Sal (sal-gema e sal marinho)	69
11. Ouro	72
12. Prata	75
13. Outros minerais importantes para o futuro	77

INTERVENÇÕES	79
A prospecção mineira em Portugal — Claudino Cardozo	81
A situação social no sector mineiro — Adriano Matoso	84
Higiene, segurança e comodidade nas minas — António Banza	87
Algumas reivindicações do patronato mineiro — Jorge Lopes	89
A siderurgia e o desenvolvimento mineiro — António Lima	92
A electrometallurgia do silício — Henrique Cunha	95
A actividade extractiva no quadro da adesão à CEE — Joaquim Miranda	97
Aspectos da apropriação das riquezas minerais nacionais pelo capital estrangeiro — Fernando Sequeira	102
Os grandes projectos mineiro-metalúrgicos — Florêncio Bernardes	110
Projecto Cobre — Helena Bastos	118
A situação social em Trás-os-Montes — António Figueiredo	124
Minas do Pejão — Carlos Alberto	125
A Empresa Nacional de Urânio, EP — Orciano Santos Pereira	127
As minas da Panasqueira — José Maria Isidoro	133
As minas do Lousal — Manuel João Vaz	136
Alguns aspectos de Pirites Alentejanas, SA — Manuel Baltasar	139
Empresa de Desenvolvimento Mineiro — EP (EDM) — Manuel Camacho	141
O papel do Sector Empresarial do Estado no desenvolvimento mineiro — João Abel de Freitas	143
Perspectivas de aproveitamento das pirites portuguesas — José Mourão Gomes	148
Minérios de ferro e desenvolvimento da indústria siderúrgica integrada — José Fernando Pinharanda	152
Recursos nacionais em minérios de volfrâmio — Carlos Calado	158
Recursos nacionais em minérios de estanho — Carlos Calado	166
Recursos nacionais em ouro e prata — Jorge Lopes	172
Recursos nacionais de quartzo e feldspato — Luís Alves	174
O aproveitamento dos sientos nefelíticos — Carlos Silva	182
Os recursos nacionais em sal-gema e sal marinho — Eduardo Antunes	185
Política de aproveitamento do urânio nacional — Artur Codina	187
O aproveitamento dos carvões nacionais — António Martins Alves	193

Intervenção de encerramento — Carlos Costa	197
---	-----

ANEXOS	213
---------------	-----

edições
Avante!

Quinta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela «Tudo ou Nada», 27.º epis.
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório
- 17.30 — Sumário
- 17.35 — Brinca, Brincando
- 18.20 — Série «Missões de Paz»
- 18.50 — Série «O Império de Carson», 4.º epis.
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela «Roque Santeiro», 3.º epis.
- 21.00 — Sete Folhas



- 21.05 — Primeiro Andamento «Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa»
- 21.35 — Programa da Direcção de Informação
- 22.05 — Série «E as Trevas Cobriram a Terra», 1.º epis.
- 23.00 — Notícias
- 23.30 — Remate.

RTP2

- 13.15 — Telenovela «Os Imigrantes», 107.º epis.
- 14.00 — Pano para Mangas
- 15.35 — Série «As Blue Bell», 1.º epis.
- 16.30 — Trinta Minutos Com...
- 17.00 — Countdown
- 18.00 — Ponto Por Ponto
- 19.00 — Simon Show
- 19.45 — Almanaque
- 20.00 — Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 — Série «Os Malucos do Circo»
- 20.55 — Montra de Livros
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Shoaah.

Sexta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela «Tudo ou Nada»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório
- 17.30 — Sumário
- 17.35 — Brinca, Brincando
- 18.00 — Série «Memória Audio-Visual»
- 18.50 — Série «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela «Roque Santeiro»
- 21.00 — Sete Folhas
- 21.05 — Mobil nos Caminhos de Portugal
- 21.20 — Série «E as Trevas Cobriram a Terra»
- 22.15 — O Programa das Festas
- 22.45 — Notícias
- 23.15 — Remate
- 23.25 — Pela Noite Dentro «A Hiena não Ri», real. Carlos Lemos (Suécia).

RTP2

- 13.15 — Telenovela «Os Imigrantes»
- 14.00 — Agora Escolha!
- 15.35 — Série «O Mundo é um Palco»
- 16.30 — Trinta Minutos Com...

TV

O Programa

- 17.00 — Countdown
- 18.00 — Ponto por Ponto
- 19.00 — Simon Show
- 19.45 — Almanaque
- 20.00 — Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 — Série «Os Malucos do Circo»
- 20.55 — Montra de Livros
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Clube de Jornalistas



- 22.00 — Shoaah
- 22.00 — Troféu

Sábado

RTP1

- 09.00 — Juventude e Família
- 12.00 — Série «Defesa do Ambiente», 1.º epis.
- 12.30 — Documentário
- 13.00 — Jornal de Sábado
- 13.10 — Série «Especial National Geographic»
- 14.00 — Parlamento
- 14.30 — Série «Lucky Luke»
- 15.00 — Sobe e Desce
- 16.00 — Sessão da Tarde «Amor por Anúncio», real. Don Taylor (EUA/1984)
- 17.30 — Flsga
- 18.15 — Supertrinta
- 19.15 — Sete Folhas
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Jornal de Sábado
- 21.00 — Boletim Meteorológico
- 21.05 — Série — «E as Trevas Cobriram a Terra»
- 22.00 — Balada do Atlântico
- 23.30 — Cinema da Meia-Noite «Roma de Fellini», real. de Federico Fellini (Itália-França/1972).

RTP2

- 09.00 — Compacto Countdown
- 13.00 — Compacto «Tudo ou Nada»
- 16.00 — Troféu
- 20.00 — Música da América
- 21.00 — Série «Mandella», 1.º epis. De Philip Saville
- 22.00 — Concorde ou Talvez Não.

Domingo

RTP1

- 09.00 — Juventude e Família
- 11.15 — Missa
- 12.00 — 70x7
- 12.30 — TV Rural
- 13.00 — Jornal de Domingo
- 13.10 — O Som da Casa
- 14.15 — Série «A Casa de Irene»
- 15.30 — Primeira Matinée «A Quadrilha do Amor», real. Robert Lewis (EUA/1955)
- 17.15 — Clube Amigos Disney
- 18.45 — Série «Um Anjo na Terra», 1.º epis.
- 19.35 — Saúde
- 20.00 — Jornal de Domingo
- 20.30 — Boletim Meteorológico



14.45 — Série «Cosmos», 1.º epis. de Carl Sagan

- 20.40 — Amália no Coliseu
- 21.40 — Série «O Polvo 3»
- 22.35 — Domingo Desportivo.

RTP2

- 09.00 — Music Box
- 10.00 — Troféu
- 12.30 — Juventude e Família
- 13.00 — Caminhos
- 13.20 — Novos Horizontes
- 13.40 — TV Mulher
- 14.10 — Série «A Evolução do Homem»
- 15.00 — Troféu
- 17.00 — Seja Bem Vídeo
- 18.00 — Série «A Tia de Frankenstein», 1.º epis.
- 18.55 — Entre Barreiras
- 19.20 — Troféu — «Automobilismo: Grande Prémio do México de Fórmula 1»
- 22.00 — Arte e Letras — «Louis Trenker»
- 23.00 — Cine-Clube «O Poema do Mar», real. Alexandr Dovjenko (URSS/1958)
- 01.00 — Top Video

Segunda

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela «Tudo ou Nada»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 17.30 — Sumário
- 17.35 — Brinca, Brincando
- 18.20 — Série «Grande Ecrã»
- 18.50 — Série «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela «Roque Santeiro», 3.º epis.
- 21.00 — Série «Saber a Valer»
- 22.10 — Série «A Clínica a Valer»
- 23.05 — Notícias
- 23.35 — Remate.

RTP2

- 13.15 — Telenovela «Os Imigrantes»
- 14.00 — Agora Escolha
- 15.05 — X Concurso Internacional Vianna da Motta
- 16.30 — Trinta Minutos Com...
- 17.00 — Countdown
- 18.00 — Ponto Por Ponto
- 19.00 — Simon Show
- 19.45 — Almanaque
- 20.00 — Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 — Série «Os Malucos do Circo»
- 20.55 — Montra de Livros
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Bolsa e Economia
- 21.50 — Teatro «Victor ou as Crianças no Poder»

Terça

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela «Tudo ou Nada»

- 13.00 — Jornal da Tarde
- 17.30 — Sumário
- 17.35 — Brinca, Brincando
- 18.00 — Série «A Mão e o Homem em Projecto»
- 18.50 — Série «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela «Roque Santeiro»
- 21.00 — Programa da Direcção de Informação
- 22.00 — Série «Acção em Miami», 1.º epis.
- 22.50 — Notícias
- 23.20 — Remate

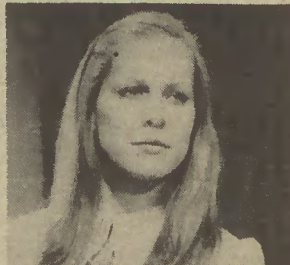
RTP2

- 13.15 — Telenovela «Os Imigrantes»
- 14.00 — Dois Dedos de Conversa
- 15.35 — Série «Quando as Mulheres Triunfam»
- 16.30 — Trinta Minutos Com...
- 17.00 — Countdown
- 18.00 — Ponto por Ponto
- 19.00 — Simon Show
- 19.45 — Almanaque
- 20.00 — Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 — Série «Os Malucos do Circo»
- 20.55 — Montra de Livros
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Série «Lá Em Casa Tudo Bem»
- 22.00 — CinemaDois «Vem e Vê», real. Elem Klimov (URSS/1985)

Quarta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela «Tudo ou Nada»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 17.30 — Sumário
- 17.35 — Brinca, Brincando
- 18.20 — Série «Ciência — Invenção do Futuro»
- 18.50 — Série «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico



- 20.15 — Telenovela «Roque Santeiro»
- 21.00 — Vamos Jogar no Totobola
- 21.15 — Lotação Esgotada «Dois Irmãos, dois Destinos», real. Valerio Zurlini (Itália/1962)
- 23.10 — Notícias
- 23.40 — Remate

RTP2

- 13.15 — Telenovela «Os Imigrantes»
- 14.00 — Agora Escolha
- 15.00 — Música É...
- 17.00 — Countdown
- 18.00 — Ponto Por Ponto
- 19.00 — Simon Show
- 19.45 — Almanaque
- 20.00 — Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 — Série «Os Malucos do Circo»
- 20.35 — Montra de Livros
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Fantasia e Realidade
- 22.00 — Clube de Imprensa
- 22.45 — Série «Crime Organizado nos EUA»

Cinema

A selecção

Exposições

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Os Dias da Rádio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
B Os Intocáveis	★★	—	★★	—	★★
C Jardins de Pedra	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
D Melo	—	★★★★	—	★★★★	—
E Nascido para Matar	★★★★	★★★★	—	—	—
F O Navio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G O Sacrifício	—	★★★★	—	★★★★	—

A — Real. Woody — Las Vegas/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). Lisboa.
 B — Real. Brian de Palma — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 24.00); Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/1 (13.45, 16.15, 18.45, 21.30); S. Jorge/1 (15.15, 18.15, 21.15) — Lisboa.
 C — Real. Francis Ford Coppola — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Alain Resnais — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Stanley Kubrick — Amoreiras/6 (13.45, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00); S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); 7.ª Arte (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 24.00); Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa; Trindade (15.00, 18.00, 21.30) — Porto.
 F — Real. Federico Fellini — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/3 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa.
 G — Real. Andrei Tarkovsky — Quarteto/4 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa.

Classificação de ★★★★★

...e ainda Música, debates, etc.

Música

VIII Jornadas Gulbenkian de Música Antiga — integrado nas VIII Jornadas Gulbenkian de Música Antiga, realiza-se na Igreja da Graça, no próximo dia 15 às 21.30, um concerto de Música Catalã do Século XVII, com música de Joan Cererols (Missa pro defunctis e Missa de Batalla) e de Joan Cabanilles (La Batalla Imperial — instrumental). Actuarão, como intérpretes Montserrat Figueras e Maria Cristina Kiehr, sopranos, Joan Cabero, tenor, Josep Cabré, barítono e o agrupamento «La Capella Reial», sob a direcção de Jordi Savall.

Termina no próximo sábado, no **Grande Auditório da Gulbenkian**, com dois concertos do «Clemencic Consort», respectivamente às 18.30 e 21 horas, o ciclo das VIII

Jornadas de Música Antiga da Gulbenkian, com a apresentação da versão moderna da ópera «Testoride Argonauta», de João de Sousa Carvalho, em dois actos, 1.ª audição moderna-versão cénica. O conjunto dos intérpretes é constituído pelos artistas Gloria Banditelli, Mario Cecchetti, na figura de Testoride, Nathalie Stutzmann Zsuzsanna Czsonka, Lina Akerlund, o conjunto Clemencic Consort, sob a direcção de René Clemencic, já conhecido do nosso público, cenários de Tony Casalonga e encenação de Sergio Vartolo.

Nova Temporada de Concertos na Gulbenkian — No período de 22 de Outubro a 19 de Dezembro próximo vai decorrer a primeira parte da nova Temporada Musical da Fundação Gulbenkian, que incluirá um total de 29 concertos.

A Orquestra Gulbenkian será dirigida pelos Maestros **Philippe Bender, Michel Corboz, Richard Hickox, Max Rabinovitch, Karl Anton Rickenbacher** e **Muhai Tang**. Na sua programação avulta o prosseguimento do ciclo da audição integral dos Concertos para piano e orquestra Mozart, em que actuarão como solistas **Maria João Pires** e **Hussein** e ainda com a colaboração do Coro Gulbenkian, a apresentação da Missa em dó menor de Mozart, da Oratória «A Infância de Cristo», de Berlioz e da «Cantata de Natal» de Honegger.

O elenco dos solistas que actuarão com a Orquestra Gulbenkian, inclui também, entre outros, a cantora **Edda Moser**, o pianista **Sequeira Costa** e o violoncelista **Franco Maggio Ormezwski**.

Bailado

Com a estrela marcada para o dia 15, com o bailado «Giselle» inicia-se a **Temporada da Companhia Nacional de Bailado do Teatro Nacional de S. Carlos**. Nos dias 16 e 21, às 21.00, e 17, às 16.00.

São primeiras figuras os bailarinos soviéticos **Ludmila Semeniaka** e **Iuri Posokhob** e **Luísa Taveira**, **Philip Betley**, **Paolo Cantalupo**, **Peter Lewton-Brain**, **Isabel Fernandes** e **Gulherme Dias**.

Cinema

A **ABC Cine-Clube de Lisboa** reinicia esta semana as suas actividades com um ciclo denominado «Novíssimo Cinema Italiano». Na 1.ª sessão, amanhã, sexta-feira, às 18.30, no **Estúdio 444**, teremos

em antestreia **Kaos**, de Paolo e Vittorio Taviani, que representou a Itália no Festival de Veneza de 84.

Na 3.ª feira, dia 20, à mesma e na mesma sala, o ciclo prossegue com **Nós Três — Mozart em Itália** (sobre uma parte da infância de Mozart), de Pupi Avati.

Se o não é, **faça-se sócio do ABC**: durante as sessões (para que qualquer um pode comprar bilhete) há sempre sócios com propostas à mão... É mais barato e é sempre cinema de qualidade.

No **Forum Picoas**, nos próximos dias, a série dos «Padrinhos». A 17 e 18, a **Honra dos Padrinhos**, de John Huston; nos dias 19 e 20 **O Padrinho I**, e nos dias 22 e 23 **O Padrinho II**, ambos de Coppola. Sessões às 19.00 e 22.00, bilhetes a 200\$00.

A assinalar, na RTP: na próxima 3.ª feira, no 2.º Canal, às 21.30, **Idi I Smotri** («Vai e Vê»), de Klimov (1985), considerado obra-prima da moderna cinematografia soviética. E uma série — **Mandela** —, 3 episódios a exibir a partir de sábado, 17, na RTP-2, que, a acreditar no rigor do resu-

mo fornecido pela RTP, fala *mesmo* da tragédia e da coragem de um povo em luta pela liberdade, e do seu dirigente Nelson Mandela, condenado a prisão perpétua e preso há 25 anos.

Homenagem a Lopes-Graça

A CM de Loures promove no próximo domingo, 18, uma série de actos de homenagem a **Lopes-Graça**.

Além da inauguração, nos Paços do Concelho, de uma exposição sobre a vida e a obra do Maestro, durante a tarde haverá um **concerto por bandas do concelho**, seguido, às 16.30, por outro concerto — este de música coral, com intervenção do **Coro da Academia dos Amadores de Música e do Coro da Universidade de Lisboa**. Depois de uma cerimónia de homenagem, com a presença de Lopes-Graça, marcada para às 17.30, concerto conjunto pelas várias bandas, interpretando obras de Nelson, Vítor Santos e Lopes-Graça.

Colectiva — Artex Galeria, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.

Colectiva — Galeria Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Colectiva — Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

Colectiva — Galeria EMI/Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 5/11).

Colectiva — Galeria de São Bento, Rua do Machadinho, 1.

30 Desenhos de Portinari — Na Sala de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna.

Ernesto de Sousa — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

IV Exposição Nacional de Gravura — Fundação Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias, Av. de Berna, 45.

Fotógrafos Ingleses — Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. Diariamente das 12.00 às 14.00 (até 21/10).

«Fronteira Sul» — Trabalhos de artistas das Canárias. SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom., das 14.00 às 20.00.

Gallí Bibiena — Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até fim de Outubro).

Homenagem a Peniche Galvelas — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 13.00.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Instrumentos Musicais — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (ao Restelo).

João Alfaro — Pintura. Sociedade Nacional de Belas Artes. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 18/10).

João Cutileiro — Homenagem a Isaac Holly. Galeria Holly, Largo da Trindade, 17. segunda, das 15.00 às 19.00, de 3.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 31/10).

Jóias do Quotidiano da Família Real — Palácio Nacional da Ajuda, sala do Retrato da Rainha. De 3.ª a

dom. das 10.00 às 17.00 (até 16/10).

José Esteves — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36.

Joseph Kosuth — Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 24/10).

Jorge Freire — Pintura. Galeria Triângulo, 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 5/11).

Luís Cruz — Escultura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 31/10).

Luís Newparth — Escultura. Galeria Quadrado, Rua Alberto de Oliveira, 52 Coruncheus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 7/11).

Maria José Escalante e Júlio Pego — Pintura. Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B. 2.ª e 3.ª, das 18.00 às 20.00, de 4.ª a sáb., das 18.30 às 21.30 (até fim de Outubro).

Paulo Cardoso — Pintura. «A Terra Vista do Sétimo Céu». Espaço Poligrupo/Renascença, Rua Ivens, 14 (até 20/10).

Pintura Maneirista — Do Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra. Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16.

Projectos de Design Industrial IADE — Palácio Pombal, Rua do Alegrim, 70.

Stuart Carvalhais — Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 20.00, 2.ª das 15.00 às 20.00 (até 31/10).

«Textéis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

PORTO

António Fernando — Pintura e Desenho. Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

«O Barco Rabelo». Centro Regional de Artes Tradicionais, R. da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/10).

III Bienal de Desenho da Árvore — Antologia de desenho do século XX com 145 trabalhos. Mercado Ferreira Borges.

Colectiva — Arte para Férias. Gal. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Colectiva — Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

«Figuras» — Fundação Engenheiro António de Almeida, Rua Tenente Valadim, 231. De 2.ª a sáb., das 14.30 às 18.30.

«O Habitat dos sem Abrigo» — Centro Unesco do Porto, Rua José Falcão, 100 r/c. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.00 (até 16/10).

OUTRAS LOCALIDADES

Jules Heyndels — Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço — ALMANSIL.

Gravuras da Coleção Calouste Gulbenkian — Museu do abade de Baçal (até 15/11) BRAGANÇA.

Delfim Maya — Exposição comemorativa do centenário do escultor. Museu José Malhoa — CALDAS DA RAINHA.

Francisco Elias — Cerâmica e miniaturas. Museu de Cerâmica (até final de Outubro) — CALDAS DA RAINHA.

Colectiva — Círculo de Artes Gráficas, Rua Castro Matoso, 19 — COIMBRA.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Miranda Justo e Tília Saldanha — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, R. Castro Matoso — COIMBRA.

Fabrica de Cerâmica — Museu Nacional de Ciência e Técnica, R. da Ilha (junto à Sé Velha) — COIMBRA.

Colectiva — Pintura, arte romana e azulejos dos séculos XVII e XVIII. Galeria Constância, R. Luís de Camões. De 4.ª a dom. das 14.00 às 20.00. CONSTANCIA.

Individual de Álvaro Perdigão; colectiva de Bual, Cargaleiro, Kira, outros — pintura, escultura, colagem, tapeçaria, serigrafia. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B. Das 14.30 às 23.30 (até 30/10) — COSTA DA CAPARICA.

«Evora — Os Povos e as Artes» — Salão Nobre dos Paços do Concelho. EVORA.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-ON-NOVO.

Azulejos Originais Portugueses — Galeria de Arte Espiral. Centro Comercial das Palmeiras, Lj. 14. Diariamente das 14.00 às 22.00. OEIRAS.

III Feira de Arte — Galeria de Arte do Casino (até 18/10) — PÓVOA DO VARZIM.

William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.

«Cascais no Tempo dos Romanos» — Museu de Arqueologia e Etnografia (até 18/10) — SETÚBAL.

Celestino Alves — «Pequena Antologia». Casa do Bocado, R. Edmond Bartissol. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 (até 25/10) — SETÚBAL.

Lima de Freitas — «Mito. Simbologia. Figura». Convento de Jesus, Galeria de Exposições Temporárias (18/10) — SETÚBAL.

Felícia/Cuca — Pintura e cerâmica. Junta de Freguesia de S. Julião, rua Jorge de Sousa, 3. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 (até 29/10) — SETÚBAL.

1.ª Bienal de Arte — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.

«Exposição no Palácio» — Colectiva, no Palácio da Pena. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 30/10) — SINTRA.

Colectiva — «Os Fios e os Frutos». Casa-Museu Álvaro de Campos. Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 31/10) — TAVIRA.

D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.

«Colectiva — Galeria Forum, Casa-Museu de Almeida Moreira. VISEU.

Teatro

O Cartaz

LISBOA

Caixa Económica Operária, Rua Voz do Operário, 64. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Kartoteka**, de Tadeusz Rozewicz, enc. de António Solmer.

Centro de Arte Moderna, Sala Polivalente, Terças e sáb., às 21.30, dom. 11, às 18.30, dias 18 e 25, às 16.00. **«Charcuterie Fine»**, de François-Louis Tilly.

Comuna, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.30. **O Urso na Cama**, de José A. Gouveia.

Sala Nova, de 3.ª a sáb. das 21.30, dom., às 17.00. **Os Dois Corcundas e a Lua**, de Richard Demarcy, enc. João Mota.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de

Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado e Fialho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Theatro Gymnásio, Rua Nova da Trindade, 5. **Calderón** de Pier Paolo Pasolini, enc. Mário Feliciano.

Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B 2.º. De 2.ª a sáb., às 21.30. **A Bela-Calígula**, de Augusto Sobral, enc. de Rogério Vieira.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Peça Para Dois Actores**, de Tennessee Williams, enc. Osório Mateus.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Feiras**, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Crída para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

Sede da Caixa de Pandora, Rua de N. Senhora de Fátima. **O Marinheiro**, de Fernando Pessoa, enc. de Fernando Costa.

SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balbeário Dr. Paulo Borba. 5.ª, 6.ª, sáb. e dom., às 21.30. **Boavida e o Diploma**, de Luigi Pirandello, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. de Carlos César.

Para Crianças

LISBOA

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. **Vlágem**, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando.

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo.



Tempo

Fim de Semana

Sábado: No Norte e Centro céu muito nublado, vento sudoeste moderado, por vezes forte; períodos de chuva. No Sul céu geralmente pouco nublado, vento moderado de Sudoeste.

Domingo: Céu muito nublado, vento moderado de Sudoeste, períodos de chuva no Norte.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

O véu de fantasia

A nova grelha de programação da RTP apresentará motivos de algum interesse, não sou eu quem diga o contrário. Está prometido que ela vai ter mais em conta a programação europeia, atenuando-se assim o domínio obsidiante da produção americana. A ver vamos, como não dizem os cegos, porque esses não vêem televisão.

Mas aquela gente do Lumiar — Cinco de Outubro, quando fala em produção europeia está a pensar exclusivamente na inglesa, francesa, italiana, um pouco da Alemanha, um pouquinho da Espanha.

Nada, porém, absolutamente nada contempla os países socialistas! Tudo se passa como se eles não existissem. Para a RTP, também a Terra e não só a Lua tem uma face oculta...

É caso para se dizer que a RTP foge do socialismo, como o diabo da cruz.

Se, apesar deste senão gravíssimo, a programação pode conter alguns sintomas, no que respeita à informação, tudo na mesma. Isto quer dizer que o Governo pode abrir mão doutros sectores — mas a informação guarda-a exclusivamente para si, para os seus homens de confiança. Não reparte nem uma migalhinha.

A isto não se chamará totalitarismo apenas coberto com o véu da fantasia democrática?

Nada de novo na informação

O caso da estada em Portugal de Alessandro Natta, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, ilustra bem a política de informação levada a cabo pela RTP-PSD.

Primeiro, ignorou a sua presença. Nem sequer a noticiou. Depois, fez a cobertura mínima da conferência de imprensa e, mais tarde, fez-lhe uma brevíssima entrevista. Quanto ao partido anfitrião, nenhum depoimento, nenhuma declaração, nenhuma opinião. Natta estivera cá, pelos modos, transportado numa astronave marciana...

Ainda quanto ao comício em que participaram Alessandro Natta e Álvaro Cunhal, nem uma palavra ouvida, nem uma imagem...

Verifiquemos ainda dois pontos significativos: para cobrir o acontecimento foi destacado um profissional conhecido pelo seu anticomunismo. Em segundo lugar, as questões focaram sempre pontos negativos ou conflituosos. A RTP interessava sempre mais a fofoca, a intriga, a conjectura malévola, do que a análise no plano do concreto. Andou sempre em busca dos pontos de desencontro, em lugar de procurar saber também os pontos de encontro.

Quase sempre Alessandro Natta respondeu de maneira a desfazer equívocos. Por exemplo, a certa altura veio à baila a acção da iniciativa privada e do Estado. Natta reafirmou a vantagem da iniciativa privada na vida social mas, na sua opinião caberá ao Estado a planificação económica, a orientação, pois, de duas uma: tal orientação ou a dá o Estado, ou a dão os grandes grupos financeiros e monopolistas.

Belmiro: 60 milhões de contos...

Esta atracção da RTP-PSD pelas grandes riquezas! Esta subserviência, digamos: esta cumplicidade, tem qualquer coisa, bom, tratando-se de quem se trata, tem qualquer coisa de... lógico.

Na rubrica **Face a Face**, ao longo dos meses, houve clara discriminação. Estiveram lá, na máxima força, os amigos, os simpáticos, os «colunáveis» segundo uma visão pessoalíssima.

A rubrica acabou seus dias com a presença de Belmiro de Azevedo, apresentado como «o homem mais rico do país», senhor do melhor de 60 milhões de contos.

Ele disserta sobre a **posse e fruição** da riqueza. Opina sobre as bases do progresso. Cita Marx, o pobre do Marx, sim, um homem de valor, simplesmente está ultrapassado, enfim, quem anda na crista da onda, quem sabe, quem domina o sentido da dinâmica social é ele, ele Belmiro de Azevedo, com mil demónios, não é em vão que se tem 60 milhões de contos!

Só nada nos disse sobre a sua Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, onde 600 trabalhadores estão em perigo de perder o emprego.

Nada nos disse, nem ninguém lhe perguntou. E fizeram bem. Parecia mal perguntar certas coisas a uma pessoa que tem os tais 60 milhões...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Privatizações JÁ

Enquanto as «primeiras» (e algumas outras) dos jornais se encham de OPVs, ganhos miraculosos na Bolsa, «putos que compram o Braz & Braz» e «capitalismo popular», o Governo de Cavaco vai preparando sem dar cavaco o programa de subversão total do 25 de Abril e da nossa democracia. Para já as privatizações inconstitucionais, não tardará a revisão da Constituição, ao que se crê mesmo naquilo em que não pode ser revista, mesmo com os tais ¾. Debate aqui, artigo acolá, o esturro não escapa ao mais entupido...

As prioridades

• «Todo o Poder à Maioria». Na Assembleia, desde a abertura, o PSD vai «impor» uma nova Lei Orgânica e um novo Regimento, vai acabar com os privilégios dos pequenos, reformular os poderes da Mesa, «nomear» um secretário-geral da sua exclusiva confiança. (...)

A primeira prioridade do grupo parlamentar maioritário é avariar a casa. Sobre isso os sociais-democratas têm já ideias fixas: a Lei Orgânica da AR tem de ser alterada, o Regimento também.

Porquê a pressa? Os responsáveis pela bancada do PSD respondem que não pode continuar uma situação em que um agrupamento como a Intervenção Democrática (dois deputados com o rótulo de independentes eleitos nas listas da CDU) tem direito a quatro funcionários para os apoiarem. Que a Mesa, órgão colegial, com representação equitativa dos quatro principais grupos parlamentares, tem poderes excessivos. Que o Conselho Administrativo tem de reflectir na sua composição a força da maioria.

Que não se compreende a impossibilidade em que se encontra o PSD de fazer substituir Maria do Carmo Romão do cargo de secretária-geral da Assembleia, sendo certo que se trata de uma socialista, nomeada para o lugar no tempo de Tito de Morais.

Na Assembleia da República desde o início muitos órgãos têm funcionado segundo a regra do consenso, valendo os pequenos grupos tanto como os grandes. O PSD considera que chegou o momento de introduzir a proporcionalidade na própria administração do Parlamento, respeitando-se a força que detém. Ficará o PSD sozinho nessa guerra? «Sozinho e suficiente» — dizem-nos.

Também o Regimento deverá ser adaptado aos novos tempos. «O PCP tem três espaços de intervenção, com 'Os Verdes' e a Intervenção Democrática erigidos em grupos autónomos». (...) «Vamos tratar disso imediatamente» — prometem.

Outra decisão já tomada pelo PSD é a revogação da Lei 28/87 que determinava o acompanhamento pela Assembleia do processo de integração europeia. «Intolerável intromissão» na área do Executivo — argumentam os sociais-democratas. O PSD votou vencido quando a Lei foi aprovada. Agora vai revo-

gá-la como todas as leis em que isso aconteceu, como é o caso da criação do Conselho da Rádio.

(...) Também deverá avançar desde já o antigo Projecto Capucho sobre a proibição de afixar propaganda fora dos locais a isso destinados. E de uma maneira geral o PSD vai fazer aprovar todos os projectos de que teve de desistir na anterior sessão por não dispor da maioria que agora tem. Concertará com o Governo o calendário. Espera «luz verde» em alguns domínios. Quanto ao resto, a Oposição já sabe com o que pode contar.

(...) Tirando isto, a actualidade da semana foi a distribuição das presidências das comissões: 10 para o PSD, 4 para o PS, uma para o PCP.

(«Semanário», 10 Out.)

Como, quando, o quê

• «(...) Permitam-me que diga algumas palavras — não necessariamente as menos importantes — sobre a privatização das empresas públicas que será feita durante os próximos anos.

O Governo apresentará em breve ao Parlamento alguns decretos, sendo provavelmente o mais importante aquele que visa a transformação de empresas públicas com capital integral do Estado em empresas mistas simultaneamente pertencentes ao Estado e a accionistas privados.

Neste momento não posso descrever pormenorizadamente a primeira fase do processo de privatização das empresas públicas. Porém, posso dar-vos respostas a questões como:

— Que empresas públicas?

As que estão em situação financeira positiva e não são prestadoras de serviços públicos exclusivamente nem são casos especiais de poder económico monopolista.

— Em que sectores económicos?

No sector industrial e no sistema financeiro.

— Em que percentagem de capital em títulos?

Até um limite máximo dos 50 por cento. A revisão constitucional poderá permitir ir mais além, incluindo a privatização total.

— Quando?

Começará nos princípios de 1988 e continuará durante vários anos.

— Como?

Através dos processos de mercado e, preferencialmen-

te, de mecanismos de câmbio.

— Quem são os compradores?

Haverá dois tipos de accionistas:

a) Os pequenos e médios aforradores, que serão os proprietários de uma grande parte do capital privado em títulos;

b) Homens de negócios e investidores institucionais que visem a participação de gestores profissionalizados e especializados, através da aquisição de títulos especiais com direitos e deveres específicos.»

(O ministro das Finanças em Nova York — «O Tempo», 8 Out.)

E para a revisão...

• «Quanto à revisão constitucional, ela poderá, desde logo, constituir uma iniciativa do PSD. Um grupo de trabalho coordenado por Fernando Nogueira e constituído por Rui Machete, Margarida Salema, Barbosa de Melo e Costa Andrade — os dois últimos do grupo de Coimbra — ultimou os pormenores e caberá a Cavaco Silva a decisão sobre a melhor altura de apresentar a proposta social-democrata ao Parlamento.»

(«O Tempo», 8 Out.)

...o PS apresenta-se!

• «Num questionário confidencial distribuído a todos os membros da sua Comissão Nacional, o PS admite alterar os limites materiais da revisão constitucional e desde já rever as normas que explicitam esse elenco de limites materiais.

Um constitucionalista ontem contactado por «o diário» considerou que uma revisão desta natureza representaria uma «ruptura total com o actual regime» e que propostas idênticas só foram até hoje apresentadas em 1980 pelo candidato presidencial Soares Carneiro.

Exceptuando o caso de Soares Carneiro, disse ainda o mesmo constitucionalista, até hoje, só houve quem tivesse defendido, no máximo, a tese da dupla revisão, ou seja, a alteração dos limites materiais nesta revisão e a revisão das normas que explicitam esse elenco de limites materiais somente na próxima revisão, daqui a cinco anos, o que aliás, considerou igualmente inconstitucional.

A apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais e o sistema de representação proporcional são dois dos princípios cuja revisão a actual Constituição impede, mas que o PS admite rever já no questionário a que a Lusa teve acesso e cuja existência foi também ontem confirmada a «o diário» pelo gabinete de imprensa daquele partido. (...)»

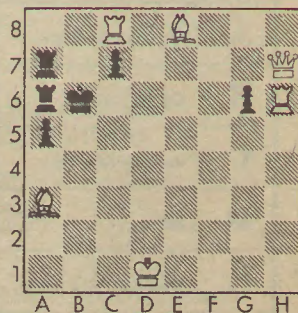
(«o diário», 13 Out.)

Xadrez

CXXIII — 15 de Outubro de 1987
Proposição N.º 123
Por: V. Bartolovic

6.º lugar no match
França-Jugoslávia 1955

Pr.: [6]: Ps. a5, c7, g6-Ts. a6, a7-Rb6



Br.: [6]: Bs. a3, e8, Ts. c8, h6-Dh7-Rd1

Mate em 2 lances

Jogo N.º 123

Tilburg, 1987

Br.: Ljubojevic

Pr.: Yussupov

1. é4, é5; 2. Cf3, Cç6; 3. Bb5, a6; 4. Ba4, Cf6; 5. 0-0, C:é4; 6. d4, b5; 7. Bb3, d5; 8. d:é5, Bè6; 9. ç3, Bç5; 10. Cbd2, 0-0; 11. Bç2, C:f2; 12. T:f2, f6; 13. é:f6, B:f2 +; 14. R:f2, D:f6; 15. Rg1, Taé8; 16. Df1, Bf5; 17. B:f5, D:f5; 18. b3, d4; 19. ç:d4, C:d4; 20. C:d4, Dç5; 21. Bb2, T:f1 +; 22. T:f1, Tè2; 23. Tf2, T:f2; 24. R:f2, Dd5; 25. Rè6, Dè5 + e as brancas abandonam.

Solução do N.º 123

Chave: 1. Th5!, ameaçando: 2. Tb5 ++
1. ..., ç6; 2. T:ç6 ++
1. ..., ç5; 2. B:ç5 ++
1. ..., Rb7; 2. D:ç7 ++
1. ..., Ta8; 2. D:ç ++
1. ..., g6 joga; 2. Db1 ++
1. ..., Tè7; 2. Bç5 ++

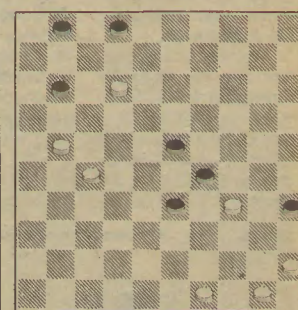
■ A. de M. M.

Damas

CXXIII — 15 de Outubro de 1987
Proposição N.º 123
Por: GL Gortmans

Londres, 1938

Pr. [7]: 1-2-11-23-29-33-35



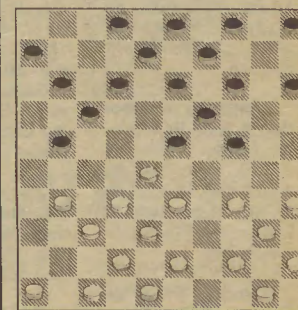
Br. [7]: 12-21-27-34-45-49-50
Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 123

Por: A. de M.M.

França, 1982

Pr.[17]: 2-3-4-5-6-8-9-11-12-13-14-15-17-19-21-23-24



Br.[17]: 28-31-32-33-34-35-37-38-40-42-43-44-45-46-47-48-50
Jogam as brancas e ganham material

Solução do N.º CXXIII
N.º 123 (GLG): 49-44 (29x49) 12-8 (2x13) 21-16 (49x21) 16x7! (1x12) 45-40 (35x44) 50x26+
Golpe N.º 123 (A. de M.M.): 13. 35-30 (24x35) 14. 44-39 (35x44) 15. 28-22 (17x28) 16. 33x22 (44x38) 17. 38x27 B+2.

■ A. de M.M.